



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



RELATÓRIO CONCLUSIVO DE INSPEÇÃO

Corregedoria Nacional do CNMP

**INSPEÇÃO NA CORREGEDORIA-GERAL
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**



1. ATOS PREPARATÓRIOS DA INSPEÇÃO

O Corregedor Nacional do Ministério Público, Dr. **Cláudio Henrique Portela do Rego**, por meio da Portaria CNMP-CN nº 115, de 22 de setembro de 2015, instaurou o processo de inspeção na Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará, designando os membros componentes da equipe, bem como os dias para a realização dos trabalhos. Foi instaurado no âmbito da Corregedoria Nacional do CNMP o Procedimento de Inspeção nº 764/2015-90, para organização dos documentos. A execução da inspeção deu-se conforme seu planejamento e foi realizada nos dias 21, 22 e 23 de outubro de 2015, por um total de 6 (seis) membros, a saber: os Procuradores de Justiça Armando Antonio Lotti e José Kumio Kubota e os Promotores de Justiça, Lenna Nunes Daher, Rodrigo Leite Ferreira Cabral, Adriano Teixeira Kneipp e Humberto Eduardo Pucinelli, além do Corregedor Nacional, Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego.

2. ATRIBUIÇÕES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Corregedoria-Geral é o Órgão da Administração Superior do Ministério Público encarregado da orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público. O Corregedor-Geral é eleito pelo Colégio de Procuradores de Justiça, dentre os Procuradores de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, sendo membro nato dos Colegiados da Instituição, quais sejam: Conselho Superior do Ministério Público e do Colégio de Procuradores de Justiça.

2.1. Atribuições. Segundo o artigo 58 da Lei Complementar Estadual (LCE) 72/2008, compete à Corregedoria-Geral:

- I - realizar, nas Procuradorias e Promotorias de Justiça, inspeções, correições ordinárias e extraordinárias, remetendo o Relatório ao Conselho Superior do Ministério Público;*
- II - realizar inspeções nos serviços dos Assessores, remetendo o relatório aos Órgãos junto aos quais oficiem;*
- III - propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma desta Lei Complementar, o não vitaliciamento de membro do Ministério Público;*
- IV - fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a Órgão de Execução;*
- V - acompanhar o estágio probatório;*



- VI - instaurar e presidir, de ofício ou por provocação dos demais Órgãos da Administração Superior, processo administrativo-disciplinar contra membro da Instituição, precedido ou não de sindicância, aplicando, nos casos previstos nesta Lei, a correspondente punição, ou encaminhando-o ao Procurador-Geral para aplicá-la ou determinar o arquivamento;*
- VII - remeter aos demais órgãos de Administração Superior, informações necessárias ao desempenho das suas atribuições;*
- VIII - apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, relativas ao ano anterior;*
- IX - manter atualizados os assentamentos da vida funcional dos membros do Ministério Público e dos estagiários, para aferição de merecimento;*
- X - convocar e realizar reuniões com os membros do Ministério Público, para tratar de questões ligadas à sua atuação funcional;*
- XI - sugerir ao Colégio de Procuradores a expedição de instruções, sem caráter normativo, visando à regularização e ao aperfeiçoamento dos serviços do Ministério Público;*
- XII - requisitar de qualquer autoridade, na forma da Lei, perícias, documentos, diligências, certidões, pareceres técnicos e informações indispensáveis ao bom desempenho das suas funções;*

2.2. Regimento Interno. Além da fixação legal das atribuições da Corregedoria-Geral pela LCE 72/2008, o órgão dispõe de Regimento Interno em vigor desde março de 2004.

2.3. Estrutura Organizacional. De acordo com o artigo 14 da Lei Estadual 12.482/95 e com o artigo 3º do Regimento Interno da CGMP/CE, sua estrutura administrativa atual é integrada por apenas dois órgãos: Secretaria e Assessoria.

3. CORREGEDOR-GERAL

O Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará, o Procurador de Justiça **Marcos Tibério Castelo Alves** (na ocasião da inspeção, o membro estava em gozo de férias, razão pela qual não foram colhidas as informações constantes no termo de inspeção).

3.1. VICE-CORREGEDOR-GERAL



3.1.1. O artigo 53 da LCE 72/2008 criou o cargo de Vice-Corregedor-Geral, a ser provido por um dos membros do Colégio de Procuradores indicado pelo Corregedor-Geral e nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça, para substituir o primeiro nos respectivos impedimentos, suspeições e afastamentos.

3.1.2. No momento da inspeção o cargo era ocupado pela Procuradora de Justiça, Dra. **Suzanne Pompeu Sampaio**, titular da 33ª Procuradoria de Justiça. O Vice-Corregedor, quando em substituição ao Corregedor-Geral, acumula suas atribuições com aquelas do ofício do qual é titular.

4. PROMOTORES CORREGEDORES

No momento da inspeção, eram os seguintes membros que auxiliavam a CGMP/CE na função de Promotor-Corregedor:

a) Daniel Isídio de Almeida Júnior. Assumiu a função em 12/03/2014. É titular da 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracanaú (3ª Promotoria de Justiça Criminal); reside na comarca de lotação; não exerce o magistério nem a advocacia; atualmente não participa de curso de aperfeiçoamento; não respondeu ou está respondendo a procedimento administrativo disciplinar, cumpre expediente das 8h00 às 14h00, em expediente na Corregedoria-Geral. Durante as inspeções e correições, o horário é das 8h00 às 18h00.

b) Guilherme de Lima Soares. Assumiu a função em 17/01/2012. É titular da 12ª Promotoria de Justiça de Fortaleza; reside na comarca de lotação; não exerce o magistério nem a advocacia; atualmente não participa de curso de aperfeiçoamento; não respondeu ou está respondendo a procedimento administrativo disciplinar, cumpre expediente das 8h00 às 14h00, em expediente na Corregedoria-Geral. Durante as inspeções e correições, o horário é das 8h00 às 18h00.

c) Francismauro Gomes Ribeiro. Assumiu a função em 23/01/2012. É titular da 35ª Promotoria de Justiça de Fortaleza; reside na comarca de lotação; não exerce o magistério nem a advocacia; atualmente não participa de curso de aperfeiçoamento; não respondeu ou está respondendo a procedimento administrativo disciplinar, cumpre expediente das 8h00 às 14h00, em expediente na Corregedoria-Geral. Na ocasião da inspeção estava em gozo de férias, mas deixou o formulário com as informações pessoais preenchidas.

d) Eduardo Tsunoda. Assumiu a função em 01/10/2013. É titular da 2ª Promotoria de Justiça Auxiliar da Família na Comarca de Fortaleza; reside na comarca de lotação; não exerce o magistério nem a advocacia; atualmente não participa de curso de aperfeiçoamento; não

+



respondeu ou está respondendo a procedimento administrativo disciplinar, cumpre expediente das 08h00 às 14h00, em expediente na Corregedoria-Geral. Durante as inspeções e correições, o horário é das 08h00 às 18h00, podendo se estender após esse horário, se necessário.

5. ESTRUTURA DE PESSOAL

5.1. Estrutura de pessoal do Órgão. A Corregedoria-Geral é composta por 07 (sete) servidores: Ana Denise Carneiro Moreira Gadelha (Oficial de Gabinete), Ana Cláudia Bonfim Jacó (Assessora Técnica), Daniela Mota Leite Barbosa (Técnica Ministerial), Elaine Gomes Barboza (Técnica Ministerial), Marcos Herbert Maier (Técnico Ministerial – NUGET), Érica Maria Lima Pimentel Bessa (Técnica Ministerial) e Leonardo Vasconcelos de Oliveira (Técnico Ministerial). Considerando-se que o Ministério Público do Estado do Ceará é composto atualmente por 441 (quatrocentos e quarente e um) membros, e ainda tendo em vista as diversas atribuições de responsabilidade da Corregedoria-Geral, o quadro de pessoal do Órgão mostra-se insuficiente para o adequado cumprimento de sua missão.

5.1.1. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “Quando da inspeção realizada neste Ministério Público do Estado do Ceará, no ano de 2013, a carência de pessoal da corregedoria deste órgão já havia sido constatada, ocasião em que essa Corregedoria Nacional recomendou a este Procurador-Geral de Justiça que “empreenda os esforços necessários à tramitação das propostas de reestruturação organizacional e de incremento da estrutura de pessoal da Corregedoria-Geral do MP/CE”. Houve tentativa, inclusive, de dar cumprimento à citada recomendação, através da elaboração de minuta do Projeto de Lei que reestrutura a Corregedoria Geral do Ministério Público. Aludida minuta chegou a ser apreciada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, que, na 6ª Sessão Ordinária, realizada em 27 de março de 2013 e, em seguida, foi encaminhada à Assessoria de Planejamento e Controle, para estudo sobre a repercussão financeira e orçamentária, tendo em vista que a reestruturação da Corregedoria Geral implicará no incremento de despesas de pessoal. Ocorre que, segundo informações prestadas pela Assessoria de Planejamento e Coordenação, prestadas à época, no final do ano de 2014, a proposta orçamentária deste órgão não foi aprovada em sua inteireza, eis que sofreu corte orçamentário no Grupo Pessoal e Encargos Sociais da ordem de R\$ 66.304.511,00 (sessenta e seis milhões trezentos e quatro mil quinhentos e onze reais), o que inviabiliza o incremento de despesas de pessoal. Afora isso, o Ministério Público do Estado do Ceará encontrava-se próximo ao limite de gastos com despesas de pessoal (1,67%) estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que impedia a criação de cargos. As informações acima



foram repassadas a esta douta Corregedoria Nacional, através do Ofício nº 133/2015/GAB/PGJ, de 07 de julho de 2015 (referente ao Procedimento nº 1121/2012-11) (DOC. 02). Infelizmente, a situação foi agravada. É que o relatório de gestão fiscal – RGF (disponível em <http://portaltransparencia.mpce.mp.br/index.php/gastos-com-pessoal/category/71-2015>) do 2º quadrimestre de 2015 registrou que a despesa líquida de pessoal do MPCE alcançou 1,82% da receita corrente líquida do período. Ademais, as propostas orçamentárias encaminhadas para os anos subsequentes, 2015 e, agora, para o ano de 2016, também sofreram cortes, que inviabilizaram o encaminhamento do projeto à Assembleia Legislativa, conforme se vê pelos expedientes anexos. (DOC. 03 e 04). Assim, ante a inexistência de recursos orçamentários suficientes para cobrir as despesas que serão geradas com a aprovação do supracitado projeto, não se mostrou viável encaminhá-lo ainda à Assembleia Legislativa. Por essas razões, o projeto que reestrutura o quadro de pessoal da Corregedoria-geral do Ministério Público permanece sobrestado na Assessoria de Políticas Institucionais, aguardando a viabilidade orçamentária para seu implemento.”

6. ESTRUTURA FÍSICA

6.1. Estrutura física. A Corregedoria-Geral está instalada no segundo andar do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral de Justiça, ocupando quatro salas contíguas: Gabinete do Corregedor-Geral, com banheiro privativo; secretaria; uma sala onde trabalham todos os Promotores Corregedores, sem divisão em Gabinetes individuais; uma sala de arquivo. Por falta de espaço, o servidor Marcos Herbert Maier, lotado no Núcleo de Gerenciamento Estatístico – NUGET, bem como a servidora Ana Cláudia Bonfim Jacó, desenvolvem suas atividades na sala de arquivo, em meio às estantes contendo caixas de documentos e procedimentos arquivados, local manifestamente inadequado e insalubre, conforme fotografia.



6.1.1. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “Foi encaminhado expediente ao Núcleo de Apoio Técnico, a fim de averiguar a irregularidade apontada, ao que o Analista Ministerial de Arquitetura atestou tratar-se de local insalubre, ao tempo em que informou que há nova área destinada à Corregedoria do MPCE, na edificação que está sendo reformada no Centro Administrativo do Cambé para abrigar a sede da Procuradoria-geral de Justiça, o que se espera corrigir a situação. (DOC. 05)”

7. SISTEMAS DE ARQUIVO

7.1. Sistemas de arquivo (controle do órgão e dos procedimentos): As sindicâncias, os inquéritos administrativos e as representações são arquivadas na Corregedoria-Geral de forma permanente, acondicionados em caixas e guardados em estantes instaladas em sala própria. Os demais documentos são arquivados por cinco anos. Após, são encaminhados ao Arquivo Geral.

8. ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



8.1. Estrutura de Tecnologia da Informação: cada Promotor-Corregedor e servidor dispõe de uma estação de trabalho com acesso à *intranet* e à *internet*. Atualmente, existem dois sistemas à disposição da Corregedoria-Geral: a) o Protocolo *WEB* é o sistema geral de controle de tramitação de documentos da Procuradoria-Geral de Justiça. Segundo informações da servidora Ana Denise Carneiro Moreira Gadelha, neste mês de outubro de 2015, uma nova funcionalidade foi implementada no sistema, permitindo a tramitação interna (dentro de um setor) do documento registrado. Há procedimentos tramitando apenas em meio eletrônico e outros, ainda em meio físico. A "carga" dos feitos aos Promotores-Corregedores é realizada por meio de livro específico, embora o sistema permita fazê-la por meio eletrônico; b) o Sistema Plataforma *Moodle* é utilizado para acompanhamento dos membros em estágio probatório. Passou a ser utilizado em setembro de 2014, com a assunção da última turma. Em relação aos sistemas de controle e registro de feitos da área-fim, vale ressaltar que, na correição realizada pela Corregedoria Nacional em 2012, foi recomendado ao Procurador-Geral de Justiça que franqueasse acesso à Corregedoria-Geral aos sistemas ARGOS e ARQUIMEDES. O sistema ARGOS foi substituído pelo ARQUIMEDES. Segundo foi informado à equipe de inspeção, o acesso foi franqueado aos Promotores-Corregedores neste ano de 2015. Como o sistema não está implantado em todas as promotorias de justiça, ou naquelas em foi implantado, não está com uso pleno, não há utilidade prática no acesso diante da inconsistência dos dados. Por fim, foi informado pelo chefe da STI, Wladimir, que o SGP já está disponível para inserção, pela Corregedoria, dos registros funcionais relativos às inspeções/correições e instauração de procedimentos disciplinares. Questionado, o Promotor-Corregedor Guilherme referiu que a STI informou à Corregedoria-Geral, 15 dias antes da inspeção, que o SGP estava "em produção", ou seja, pronto para uso e que passarão a fazer os lançamentos daqui para frente.

8.1.1. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. "No que respeita à inserção, pela Corregedoria, dos registros funcionais relativos às inspeções/correições e instauração de procedimentos disciplinares, foi encaminhado expediente ao Órgão Correicional deste Ministério Público do Estado do Ceará, a fim de apresentar manifestação sobre o assunto, ao que o douto Corregedor-geral, a despeito da recomendação de resposta ao CNMP em documento único, informou, através do Memorando nº 071/2015-CGMP/PGJ/CE (DOC. 06) que "está tomando as medidas para o envio das informações solicitadas diretamente ao CNMP, no prazo 15 (quinze) dias, e em igual prazo enviará cópia a sua Assessoria"(sic). Quanto a implantação do Sistema Arquimedes nas Promotorias de Justiça, a Secretaria de Tecnologia da Informação-STI (DOC. 07) informou que "o Sistema Arquimedes possui uma página na intranet que dá acesso ao sistema, traz documentação e vídeos tutoriais para os usuários, possui um módulo de relatórios



complementar ao sistema, o ato conjunto dos Exmos. Procurador-Geral e Corregedor-Geral que define o sistema oficial do MPCE e torna obrigatória sua alimentação e um mapa do Ceará indicando as comarcas nas quais o sistema está implantado”. Foi considerado “implantado” o órgão ministerial que recebeu a capacitação para uso do sistema, possui computadores, acesso à internet/intranet, servidor ou colaborador para utilizar o sistema; ou seja, os pré-requisitos básicos, estando, atualmente, a maioria das comarcas com o sistema está conforme mapa demonstrativo apresentado pela STI. A STI promoveu levantamento, de março de 2012 a outubro de 2015, no qual foi constatado que o sistema tem sido utilizado desde sua implantação. Contudo, o problema da falta de servidor em órgãos ministeriais dificulta o seu uso integral. No levantamento realizado foi identificado que alguns órgãos ministeriais não criaram ou não movimentaram processos nos últimos 60 (sessenta) dias, embora possuam os pré-requisitos para o uso do sistema. Além disso, os dados são passíveis de consulta pelo site do MPCE no serviço de consulta processual, de consulta da distribuição do processual (Resolução 110 CNMP) e para remessa de dados periódica para o Portal de Direitos Coletivos do CNMP.”

9. PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

9.1. Apontamentos gerais.

A análise dos procedimentos de natureza disciplinar em trâmite e arquivados no Ministério Público do Estado do Ceará permitiu as seguintes constatações:

9.1.1. Apesar da ampla vistoria dos procedimentos em trâmite e arquivados, não foi possível identificar um único caso de punição disciplinar. Recorrente, neste aspecto, a incidência da prescrição administrativa.

9.1.1.1. RESPOSTA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. A aplicação de sanção disciplinar, qualquer que seja a gravidade do ilícito administrativo, depende da finalização do PROCESSO DISCIPLINAR, o qual, conforme o artigo 246, compreende a sindicância, o inquérito administrativo e o processo administrativo, com previsão de manifestação do indiciado, sendo-lhe assegurado contraditório e ampla defesa em todas as fases. Destaque-se que, além do trâmite próprio dos procedimentos administrativos, a sistemática estabelecida na Lei Complementar nº 72/2008 de-



manda que ao final de cada fase – sindicância, inquérito e processo disciplinar – o processo seja submetido à apreciação de outro órgão – Procurador-geral de Justiça, ao término da sindicância, e Conselho Superior do Ministério Público, para decidir sobre abertura e julgamento do processo administrativo – havendo previsão de recurso dessas decisões ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores, o que denota se tratar de procedimento de longo prazo. Por outro giro, os prazos prescricionais estabelecidos no Código são exíguos, sendo que à maioria dos ilícitos é prevista a aplicação da pena de advertência (artigo 229), cujo prazo prescricional é de um ano (artigo 244, I), ocasionando, com isso, ao elevado número de procedimentos alcançados pela prescrição. Visando otimizar a persecução administrativa a Assessoria de Políticas Institucionais está elaborando projeto de lei para ser submetido ao Colégio de Procuradores de Justiça, para retificar as deficiências observadas no regime disciplinar dos membros do Parquet cearense, notadamente quanto a alteração do art. 244, por meio da modificação do regime jurídico da prescrição da pretensão punitiva pela prática de falta disciplinar. Com o novo regime, o prazo prescricional será ampliado, bem como serão previstas novas hipóteses de sua interrupção.(DOC. 01) Além disso, insta salientar que, de forma geral, a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo esclareceu que dentre os fatores que provocam a arguida lentidão na atividade da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo – CPIA, a produção de realização de Inquéritos Administrativos lhes foi imposta como atividade acumulativa, não tendo, os seus membros, prejuízo às atividades de sua titularidade ou afastamento de qualquer função de representação junto ao Poder Judiciário, cumprindo-lhes ainda as responsabilidades de membros do Órgão Especial do MPCE, do Conselho Superior do MPCE, da Secretaria-Executiva das Procuradorias Criminais e outras Comissões que resultam de convocação da chefia ministerial e que são exigências do momento, tudo somado a inexistência de substitutos, o que, caso os membros estejam em gozo de férias ou quaisquer afastamentos, retarda, consequentemente, os trabalhos em curso. (DOC. 08)

9.1.2. A interrupção da prescrição da pretensão punitiva administrativa só ocorre por ocasião da instauração do Processo Administrativo Disciplinar. Nas fases preliminares (sindicância e inquérito administrativo) não se fazem sensíveis outras causas interruptivas, que, agregadas aos diminutos prazos prescricionais, invariavelmente frustram a persecução disciplinar.

9.1.2.1. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “Acerca da interrupção do prazo prescricional, calha informar que há divergência de entendimento entre este Procurador-geral de Justiça com a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo e o Conselho Superior do Ministério Público, razão pela qual foi elaborada Consulta ao Conselho Nacional do Ministério



Público (PCA 1.00292/2015-74), considerando a necessidade de atender ao artigo 4º da Resolução nº 68/2011-CNMP, para proceder ao correto registro da informação do termo final de prescrição na capa dos autos e no sistema informatizado, tendo por base a pena mínima aplicável em tese. Nosso entendimento é que o prazo prescricional se interrompe quando da instauração da sindicância, daí a contagem seria reiniciada pelo prazo em tese, e assim, sucessivamente, quando da instauração do inquérito administrativo e do procedimento disciplinar. Isso porque §3º do artigo 244 da Lei Complementar nº 72/2008 dispõe que “a instauração do processo administrativo-disciplinar interrompe a prescrição”, sendo que nas Disposições Preliminares (Seção I), do Capítulo V, intitulado DO PROCESSO DISCIPLINAR, artigo 246, consta que o procedimento disciplinar compreende a sindicância, o inquérito administrativo e o processo administrativo. Já Comissão Permanente de Inquérito e o Conselho Superior do Ministério Público vem, reiteradamente, reconhecendo a prescrição da pretensão disciplinar a contar da data do fato, desconsiderando a interrupção operada pela instauração da sindicância, levando à extinção da punibilidade. Diante, pois, da divergência de entendimento, e considerando a necessidade de otimizar o comando da RESOLUÇÃO nº 68/2011-CNMP, para a pronta informação quanto aos prazos prescricionais, em tese, para as penalidades que ensejaram a instauração de sindicâncias e processos disciplinares, visando a plena efetividade à atividade disciplinar no âmbito do Ministério Público Brasileiro, foram lançados os seguintes questionamentos a esse CNMP:

- 1) A instauração de sindicância interrompe a contagem do prazo prescricional?
- 2) Em caso positivo, o prazo prescricional pode sofrer nova interrupção, quando das demais fases do processo disciplinar (inquérito administrativo e processo administrativo)?

Por outro giro, a despeito da controvérsia, informamos que a Assessoria de Políticas Institucionais está elaborando projeto de lei para ser submetido ao Colégio de Procuradores de Justiça, visando retificar as deficiências observadas no regime disciplinar dos membros do Parquet cearense, notadamente quanto a alteração do art. 244, a fim modificar o regime jurídico da prescrição da pretensão punitiva pela prática de falta disciplinar. Com o novo regime, o prazo prescricional será ampliado, bem como serão previstas novas hipóteses de sua interrupção. (DOC. 01)”

9.1.3. A apuração de ilícito funcional dispõe de uma desnecessária superposição de procedimentos de natureza meramente investigativa, que comprometem a celeridade das investigações, haja vista que frequente o uso de uma fase preliminar de defesa na própria Corregedoria-Geral, sindicância e inquérito administrativo (o que importa em mais de 5 oportunidades de apresentação de defesa antes da instauração do processo administrativo disciplinar).



9.1.3.1. MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “De fato, esta Corregedoria-Geral adota, sempre que não evidenciada, de plano, justa causa para instauração de procedimento disciplinar, um procedimento para apuração preliminar do fato e coleta de elementos de convicção mínimos que justifiquem a deflagração de Sindicância, sendo muitas vezes suficiente a mera manifestação do membro investigado para que a questão reste elucidada, pois via de regra apresenta esclarecimentos e documentos aptos a afastar a necessidade de instauração de Sindicância. Em outras situações, diligências preliminares realizadas pela Corregedoria também permitem um discernimento dos fatos, independente da manifestação do membro. Citado expediente, adotado por Corregedorias de diversos outros Estados, e também com previsão no art. 76 do Regimento Interno do CNMP, tem o efeito positivo, conforme reconhecido por V.Exa. na 99ª Reunião do CNCMP, no Rio de Janeiro, de evitar que representações/reclamações desassistidas de verosimilhança sejam prematuramente transformadas em Sindicâncias, maculando, em determinados casos, irrepreensíveis históricos funcionais e gerando desestímulo de membros com atuação incólume.”

9.1.3.2. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “A Assessoria de Políticas Institucionais está elaborando projeto de lei para ser submetido ao Colégio de Procuradores de Justiça, visando simplificar os procedimentos de apuração das referidas faltas, ao que sugere a supressão da fase de inquérito administrativo (nova redação do art. 246). Com isso, a investigação de possíveis faltas disciplinares passará a ocorrer por meio de sindicância, a qual contará com fase instrutória e postulatória, culminando na apresentação de relatório final pelo Corregedor-Geral, o qual poderá concluir pela aplicação das penas de advertência, censura ou suspensão, tudo conforme nova redação proposta dos artigos 253 e 254. Com a medida, além de simplificar o procedimento de apuração e sanção das faltas disciplinares, busca-se conferir papel mais ativo à Corregedoria Geral deste Ministério Público, garantindo-lhe uma posição de protagonismo na garantia da disciplina funcional dos membros da Instituição. (DOC 01)”

9.1.4. A Corregedoria-Geral desempenha papel secundário na persecução disciplinar, pois cinge-se a apurar preliminarmente o fato potencialmente ofensivo à legislação disciplinar e, após, não tem qualquer outro protagonismo no *ius perseguendi* administrativo.

9.1.4.1. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. Como foi dito alhures, a Assessoria de Políticas Institucionais está elaborando projeto de lei para ser submetido ao Colégio de Procuradores de Justiça, pelo qual a investigação de possíveis faltas disciplinares passará a



ocorrer por meio de sindicância, a qual contará com fase instrutória e postulatória, culminando na apresentação de relatório final pelo Corregedor-Geral, o qual poderá concluir pela aplicação das penas de advertência, censura ou suspensão, tudo conforme nova redação proposta dos artigos 253 e 254, o que conferirá papel mais ativo à Corregedoria Geral deste Ministério Público, garantindo-lhe uma posição de protagonismo na garantia da disciplina funcional dos membros da Instituição. (DOC. 01)

9.1.5. Desorganização na documentação dos procedimentos disciplinares, decorrentes das sucessivas autuações e renumerações de páginas (que impedem a compreensão sobre o histórico da formação do processo), falta de controle eletrônico das movimentações, ausência de registro de atos processuais e precariedade no registro e comunicação entre os órgãos da Administração Superior.

9.1.5.1. MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “As observações consignadas pela Corregedoria-Nacional são pertinentes mas a solução do problema não está adstrito à Corregedoria-Geral, vez que depende do aprimoramento dos sistemas utilizados na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Ceará. A apontada *“desorganização na documentação dos procedimentos disciplinares, decorrentes das sucessivas autuações e renumerações de páginas (que impedem a compreensão sobre o histórico da formação do processo)”*, por exemplo, é falha gerada pelo método de protocolo único, autuação e juntada de documentos, utilizado por todos os Setores da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Ceará, estando a Corregedoria-Geral apenas seguindo o modelo de gestão adotado pela Administração Superior. Destarte, a criação de um protocolo próprio para a Corregedoria-Geral talvez minimizasse os inconvenientes gizados pela Corregedoria-Nacional, mas neste caso esbarraria nas mesmas dificuldades já encontradas para a superação de outras demandas (falta de controle eletrônico das movimentações, ausência de registro de atos processuais e precariedade no registro e comunicação entre os órgãos da Administração Superior) que dependem de investimento e da atuação da Secretaria de Tecnologia da Informação da PGJ/CE.”

9.1.5.2. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “Atente-se que o controle eletrônico das movimentações entre os órgãos da Administração Superior é realizado através do Protocolo Web, cabendo aos setores pelo qual tramita o processo a alimentação dos dados, os quais são igualmente responsáveis pelo registro e numeração de páginas. A Assessoria do Procu-



rador-geral de Justiça informou que o controle de tramitação processual é feito rigorosamente por parte daquele setor, tanto no meio eletrônico quanto por protocolo físico, e a sequência de páginas segue a ordem já estabelecida, não havendo, ali, prática de nova autuação ou renumeração de páginas. Salientou que eventuais renumerações de página são usuais em procedimentos desta espécie, em razão da prática administrativa adotada de nova autuação a cada fase do procedimento disciplinar. (DOC. 09). No mesmo sentido, sobre a eventual desorganização na documentação dos procedimentos disciplinares, decorrentes das sucessivas autuações e renumerações de páginas, a Comissão Permanente de Inquérito aduziu que a organização dos autos é feita de acordo com a sistemática estabelecida pela Lei Complementar nº 72/2008, pela qual a Sindicância tem sua autuação e numeração de páginas e quando se faz a abertura de Inquérito Administrativo é feita uma nova autuação, recebendo o procedimento novo número e as páginas nova numeração, ficando os autos da Sindicância anexados ao Inquérito Administrativo. Caso seja aberto o Processo Administrativo Disciplinar, este também receberá uma nova autuação com numeração própria, e os autos de Inquérito Administrativo e Sindicância ficarão anexos a esse. Em razão disso, pode ocorrer de em cada página existir três números, sendo o de menor valor numérico referente à sindicância, o intermediário à manifestação do Procurador-Geral de Justiça, nos moldes do art. 254, Parágrafo Único, art. 255, da LC Nº72/2008, e o de maior valor corresponde aos acréscimos referentes ao inquérito administrativo. Do controle eletrônico das movimentações, entre os órgãos da Administração Superior, a Comissão informou que utiliza o sistema eletrônico disponível no Ministério Público Estadual do Ceará, Protocolo Web, o qual constam as tramitações dos procedimentos/processos administrativos. Da apontada ausência de registro de atos processuais e precariedade no registro e comunicação, no caso da Comissão de Inquérito, como se trata de procedimento sigiloso, ela recebe o procedimento e quando o mesmo é finalizado tramita para a Assessoria do Procurador-Geral de Justiça, com o cuidado de não identificar pelo nome o membro do Ministério Público sub judice, em conformidade com o art. 249, Parágrafo Único, da Lei complementar nº 72/2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), que ordena que “As publicações relativas ao procedimento disciplinar conterão o respectivo número, omitindo o nome do investigado”.(DOC. 08).”

9.1.6. Não apresentação de todos os procedimentos e processos disciplinares à Corregedoria Nacional por ocasião da inspeção, porquanto, somente por iniciativa do órgão nacional, foi possível localizar número significativo de expedientes em arquivos (inclusive, sindicâncias e reclamações sem controle adequado).



9.1.6.1. MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “Absolutamente, nenhum procedimento disciplinar foi omitido da Corregedoria-Nacional, ao contrário do que afirmado no Relatório Preliminar. Ocorreu que, para fins de atendimento à solicitação de V.Exa., veiculada nos Ofícios nºs 2614/2015/CN-CNMP/GAB e 2715/2015/CN-CNMP/GAB, datados, respectivamente, de 28/09/2015 e 06/10/2015, foram encaminhados à Corregedoria-Nacional, em relação física e empós virtualizados, apenas os procedimentos disciplinares propriamente ditos, em curso e arquivados nesta Corregedoria-Geral. Isso porque a Lei Complementar Estadual nº 72/2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará) prevê, em seu art. 246, como espécies de procedimento disciplinar a Sindicância, o Inquérito Administrativo e o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), não se enquadrando nesta categoria as representações arquivadas liminarmente, nem os procedimentos preliminares objeto da justificativa do item 9.1.3, daí porque não foram comunicados/enviados à Corregedoria-Nacional, muito embora estivessem, como de fato sempre estiveram, à disposição do Órgão Correicional, para consulta e exame, em todas as inspeções/correições procedidas na Corregedoria-Geral do MPCE, inclusive por ocasião da última visita da Corregedoria-Nacional, quando restou esclarecida tal questão aos seus ilustres membros, azo em que lhes foi apresentado o local onde estariam os autos arquivados. Também de importante registro é a circunstância de que o resumido quadro de servidores e a precária estrutura física desta Corregedoria-Geral, já reconhecido por V.Exa. no item 5 do Relatório, inviabiliza, por completo, o levantamento e virtualização de centenas de procedimentos preliminares e representações arquivados e em curso nesta Corregedoria-Geral, no exíguo prazo de 10 (dez) dias fixados por V.Exa. no Ofício nº 2715/2015/CNMP-CN/GAB. Por último, calha ressaltar que todas as Sindicâncias, em curso ou arquivadas nos últimos 03 (três) anos, foram comunicadas previamente à Corregedoria Nacional e também apresentadas por ocasião da visita de inspeção, incorrendo, portanto, em equívoco, a parte do relatório preliminar que afirma ter localizado sindicâncias em arquivos.”

9.1.6.2. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “Cumprir destacar que, tão logo recebida a requisição da Corregedoria Nacional de apresentação de todos os procedimentos e processos disciplinares à Corregedoria Nacional, protocolo nº 28273/2015-5, foram encaminhadas cópias da mesma às unidades que lidam diretamente com esse tipo de processo – Assessoria do Procurador-geral de Justiça, Secretaria Geral, Secretaria dos Órgãos Colegiados, Corregedoria Geral e Comissão Permanente de Inquérito Administrativo – para adotar as providências, observando o período indicado para a correição. (DOC. 10). Sobre eventual inobservância apontada neste item, a Assessoria do Procurador-Geral de Justiça aduziu que, no período indicado para a correição, tramitava naquele setor somente os processos nº 25002/2015-3 e 22833/2015-4 e



17490/2013-5, os quais foram encaminhados à Corregedoria Geral do MPCE na data determinada para o início da inspeção, 21 de outubro de 2015, não havendo processos dessa matéria arquivados na ASSPgJ, vez que a rotina administrativa restou estabelecida para que os procedimentos disciplinares findos sejam remetidos à Corregedoria Geral do MPCE. (DOC. 09); A Secretaria dos Órgãos Colegiados, por sua vez, no Memorando nº 518/2015-ORCOL/CSMP/PGJ/CE, de 20 de outubro de 2015, já havia se manifestado quanto a dificuldade de localização dos autos que ali aportaram, indicando que os processos em trâmite no Conselho Superior do Ministério Público e no Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça se encontravam com os relatores, bem como os processos arquivados por aquela Secretaria, explicando que a solicitação deveria ser direcionada à Gestão Documental, vez que não mais tem acesso direto a processos arquivados. (DOC. 10); Já o douto Corregedor-geral, a despeito da recomendação de resposta ao CNMP em documento único, informou, através do Memorando nº 071/2015-CGMP/PGJ/CE (DOC. 06) que “está tomando as medidas para o envio das informações solicitadas diretamente ao CNMP, no prazo 15 (quinze) dias, e em igual prazo enviará cópia a sua Assessoria”(sic). Segundo informações da Presidente da CPIA, a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo cuidou de enviar à Corregedoria Geral do Ministério Público do Ceará na data aprazada, para fins de consulta da equipe Correicional do Conselho Nacional do Ministério Público, os processos a seu encargo, os quais, após os trabalhos desenvolvidos pelo Órgão nacional, foram imediatamente devolvidos aos cuidados da CPIA. (DOC. 08)”

9.1.7. Falta de providências da Corregedoria-Geral para sanar omissão na prestação de informações por promotor de justiça em procedimentos preliminares, no sentido de apurar diretamente a notícia e verificar a prática de infração disciplinar.

9.1.7.1. MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “De fato, constatamos demora da Secretaria da Corregedoria-Geral em certificar a ausência de resposta do Promotor de Justiça no Procedimento Preliminar nº 5471/201, contudo, tal omissão já foi sanada, com a determinação de inspeção na Promotoria de Justiça objeto da reclamação, conforme despacho em anexo.”

9.1.8. Não instauração pela Corregedoria-Geral do procedimento disciplinar pertinente imediatamente após tomar conhecimento de fatos que caracterizem, em tese, infração disciplinar.

9.1.8.1. MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “A questão tratada neste tópico é relevante e merece a seguinte distinção. A Corregedoria-Geral, ao tomar conhecimento de



representações ou notícias de infração disciplinar devidamente instruídas com indícios de autoria e materialidade, tem por praxe a instauração de Sindicância. Por outro lado, há situações em que se faz necessária a realização de uma investigação sumária e preliminar, a fim de se colher elementos de convicção sobre a existência de justa causa para a deflagração de Sindicância, sendo nestes casos adotado o procedimento preliminar apuratório de falta funcional, já explicitado no item 9.1.3 supra. Já numa terceira hipótese, quando em correições e inspeções resta constatada atraso processual do membro, via de regra, a Corregedoria-Geral, adotando os princípios da justiça restaurativa e visando à caracterização do dolo funcional, tem por praxe Recomendar previamente ao membro a solução da pendência verificada, fixando um prazo de 30 a 90 dias para cumprimento, a depender da complexidade da questão. Findo tal prazo, e não sendo atendida a Recomendação ou não respondida a contento, procede-se então à Sindicância, em algumas situações ainda se fazendo nova inspeção ou diligências complementares (a exemplo de requisição de certidões) para a confirmação da falta funcional antes da instauração do procedimento disciplinar. A despeito do exposto, não olvidamos que por falta de recursos humanos e tecnológicos da Corregedoria-Geral, ocorre de eventualmente nossa Secretaria incorrer em mora na certificação do transcurso dos prazos e na tramitação dos feitos. Mas na grande maioria dos casos, o modesto lapso transcorrido entre a constatação da falta funcional e a instauração da Sindicância deve-se à demora fisiológica inerente ao devido processo legal e à adoção das providências acima explicitadas, não sendo correto se cogitar de omissão ou leniência voluntária deste Órgão Correicional.”

9.1.9. Falta de envio imediato de relatório de correição, em que foram apontadas irregularidades, ao Procurador-Geral de Justiça para a instauração de processo administrativo disciplinar.

9.1.9.1. RESPOSTA DA CORREGEDORIA-GERAL. “A deflagração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará pressupõe a instauração prévia de um Inquérito Administrativo, na forma dos arts. 255 e segs. da Lei Complementar Estadual nº 72/2008, sendo matéria sujeita à deliberação do Conselho Superior do Ministério Público (art. 258, § 3º). Esta Corregedoria-Geral bem que tentou, em alguns casos, fosse dispensada a fase do Inquérito Administrativo no procedimento administrativo disciplinar, passando-se da Sindicância diretamente para o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), porém referida pretensão restou rechaçada pelo Procurador-Geral de Justiça. Desta forma, eventuais irregularidades constatadas em correições e inspeções são objeto das medidas já explicitadas no item 9.1.8 supra, iniciando-se pela Corregedoria-Geral a apuração disciplinar das

responsabilidades funcionais, de acordo com a legislação de regência ministerial. Outrossim, os relatórios de correção e inspeção, independentemente de conterem ou não notícias de irregularidades, são impreterivelmente encaminhados ao Conselho Superior do Ministério Público, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, para fins de julgamento e adoção das providências cabíveis, na forma do art. 48, inciso XXIX, da Lei Complementar nº 72/2008, antes, porém, oportunizando-se ao membro prazo manifestação e cumprimento de eventuais Recomendações. De toda forma, a despeito de inexistir previsão legal para o **envio imediato** do Relatório de Correção ao Procurador-Geral de Justiça, nada obsta que passemos a fazê-lo, se de for entendimento deste Egrégio CNMP.”

9.1.10. Falta de análise por parte da Comissão Processante e do Conselho Superior sobre a questão relativa à possível atualidade das infrações disciplinares constatadas em relatórios de inspeção/correção - que poderia postergar o início da contagem do prazo prescricional.

9.1.10.1. MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “Referida questão, em que pese não se reportar à Corregedoria-Geral, merece a devida ênfase pelos demais Órgãos encarregados da persecução disciplinar, posto que nem sempre observam que as faltas funcionais omissivas produzem efeitos de caráter permanente, tendo sua consumação protraída ao longo do tempo, de maneira que o prazo prescricional quanto às mesmas somente tem sua contagem iniciada quando cessado o estado de permanência, ou seja, com a prática do ato de ofício a que estava obrigado o membro. Tal entendimento, do qual não se pode arrear, diminuiria, se observado, os casos de faltas funcionais declaradas prescritas no âmbito do MPCE.”

9.1.10.2. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “A Comissão de Inquérito destacou que o prazo prescricional é disciplinado no art. 244, da Lei complementar nº 72/2008 (Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará) e que, da leitura dos artigos referentes à prescrição, vê-se que a contagem prescricional se inicia na data do fato e apenas com a abertura do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR é que interrompe o mesmo. Assim, muitos processos são alcançados pela prescrição porque para a maioria deles é imposta pena de advertência, que prescreve em 1(um) ano da data do fato e mesmo com a abertura de Sindicância e Inquérito Administrativo, estes não são capazes de interromper a prescrição. Tendo em vista que a matéria é de ordem legal, seria necessária uma mudança na Legislação do Ministério Público Cearense para que QUALQUER PROCEDIMENTO seja ele Sindicância ou Inquérito Administrativo, interrompesse o prazo prescricional. Além disso, expõe que a Comissão Permanente de Inqué-



rito Administrativo, a qual recebe todas as sindicâncias oriundas da Corregedoria Geral do Ministério Público do Ceará transformadas em Inquérito Administrativo, conta apenas com uma servidora pública, no caso a técnica ministerial Cicila Daiane Barbosa de Oliveira Duarte, matrícula 168249-1-7, a qual acumula a função de Assessora Jurídica Especial, lotada na 47ª Procuradoria de Justiça com a de Secretária da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, responsável por fazer todos os expedientes (intimações, certidões, memorandos, ofícios), digitar termos de audiência e atas de reuniões, etc.). Ademais, a Comissão de Inquérito relatou que não dispõe de local específico para efetuar seus trabalhos, os quais são sigilosos. As reuniões e audiências são realizadas no Gabinete da 44ª Procuradoria de Justiça, por ser a titular membro da Comissão, o que causa transtorno nos trabalhos de rotina daquele gabinete, vez que obriga os servidores a interromper seus trabalhos. A falta de pessoal, aliada a ausência de instrumentos que viabilizem um bom andamento dos procedimentos que tramitam perante a Comissão, justificam os entraves na finalização dos feitos. A Comissão, ao ser nomeada, não recebeu nenhum suporte necessário e inexistia nenhum acervo ou arquivo que auxiliasse a execução da tarefa imposta, pois nas gestões anteriores as comissões eram pontuais, instituídas a cada procedimento instaurado, é dizer, não tinham caráter permanente. (DOC. 08) Quanto a estrutura física, de fato, não há local específico para esse tipo de trabalho, tendo em vista a limitação de espaço do prédio da Procuradoria-geral de Justiça, o qual não mais atende à demanda do órgão. Calha salientar que se encontra em andamento obras para mudança do edifício-sede da PGJCE, o que possibilitará melhores condições físicas para todos os setores administrativos do Órgão. Por sua vez, o Conselho Superior do Ministério Público, em Sessão realizada no dia 17/11/2015, em relação aos processos listados no expediente de nº 144/2015/GAB/PGJ, argumentou que não houve por parte do Conselho Superior do Ministério Público nenhuma postergação na análise dos processos disciplinares, tendo os mesmos sido apreciados no tempo regular, ao tempo em que informou que “o único marco de interrupção do prazo prescricional das infrações administrativas disciplinares é a instauração do processo administrativo disciplinar, consoante dispositivo em vigor da Lei Complementar Estadual nº 72/2008”. (DOC. 11)”

9.2. Procedimentos Disciplinares analisados:

NÚMERO	PROCEDIMENTO	CONSTATAÇÃO	PROVIDÊNCIA DO ÓRGÃO INSPECIONADO
13275/2012-6 (Inqué-	Sindicância	Ocorrência de prescri-	Manifestação da Corre-



rito 10166/2013-8)		ção, com aparente atraso na apuração disciplinar (falta funcional identificada em 09 de setembro de 2011 e pronunciamento do Órgão Colegiado em 16 de dezembro de 2013).	gedoria-Geral sobre o aparente atraso identificado.
--------------------	--	--	---

MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “A Corregedoria-Geral ao tomar conhecimento do exercício irregular do magistério determinou a notificação no dia 14 de setembro de 2011 do Dr. Marcus Vinícius Amorim de Oliveira para que prestasse os devidos esclarecimentos, especialmente pela impossibilidade, em tese, de conciliar o comparecimento ao expediente nas sextas-feiras e ministrar aulas nas quintas-feiras e sextas-feiras à noite. No dia 30 de setembro de 2011 o Dr. Marcus Vinícius Amorim de Oliveira solicitou a devolução do prazo para resposta, alegado que encontrava-se de férias no período de 12 à 26 de setembro de 2011, sendo que o pedido foi deferido no dia 5 de outubro de 2011. Decorrido o prazo de resposta a Secretaria desta Corregedoria deixou de certificar a ocorrência. Em razão da transição do antigo Corregedor-Geral para o presente, o feito teve novo impulso no dia 5 de janeiro de 2012, quando o reclamado foi novamente provocado (fl. 20). Na mesma oportunidade iniciou-se uma investigação acerca dos fatos, tendo sido expedido os ofícios ao Juiz Diretor do Fórum de Boa Viagem e ao Reitor da Faculdade do Nordeste (fls. 25/26). A última resposta aos ofícios aportaram nesta Corregedoria no dia 23/02/2015 (fl. 32). Os autos vieram à conclusão no dia 01/03/2012. Em 20/03/2012 em atenção a Justiça Restaurativa foi concedida a derradeira oportunidade ao interessado para que se adequasse a Resolução nº 73/2011. Em 11 de maio de 2012 o Promotor de Justiça em tela apresentou a resposta de fls. 40/42 recusando-se a cumprir a recomendação. Em 15 de maio de 2012 foi determinada a instauração de sindicância. Foi concedido o prazo de 15 dias para que o sindicato apresentasse a defesa, sendo que a intimação ocorreu no dia 04/06/2012. A defesa foi apresentada no dia 19/06/2012 (fl. 56). Em 2 de julho de 2012 a comissão sindicante, por prudência, vez que havia notícia nos autos de pedido de autorização para o exercício de magistério fora da comarca de lotação, decidiu pela expedição de ofício ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça para que prestasse as devidas informações. Em 6 de setembro de 2012 foi renovado o referido expediente. Em 17 de setembro de 2012 o sindicato foi interrogado e afirmou que deixou de lecionar às quintas-feiras à noite desde o fim do primeiro semestre letivo de 2012.



Em 26 de setembro de 2012 aportou nesta Corregedoria-Geral informação de que havia sido concedido ao sindicato licença durante o período de 9 de outubro de 2012 à 31 de julho de 2013 para frequentar o Curso de Doutorado em Direito na Universidade de Coimbra, Portugal (fls. 74/81). Em 02 de outubro de 2012 com a conclusão da sindicância, encerraram-se os trabalhos desta Corregedoria (fls. 82/92). O Exmo Sr. Procurador-Geral de Justiça determinou a instauração de Inquérito Administrativo em 31/10/2012 (fls. 91/97). Os Trabalhos da Comissão Processante, a qual, diga-se de passagem, não possui qualquer vínculo com esta Corregedoria, iniciaram-se em 22 de novembro de 2012 (fl. 99). Em 4 de abril de 2013 os trabalhos da Comissão Processante foram encerrados (fl. 334). Em 15 de abril de 2013, o Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça determinou o encaminhamento dos autos ao CSMP (fl. 340). Em 17 de setembro de 2013 o Conselho Superior do Ministério Público determinou a instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Houve recurso ao Órgão Especial e este, no dia 16/12/2013 reconheceu a prescrição da falta disciplinar (fl. 371). Em 26 de fevereiro de 2014 foi determinado o arquivamento dos autos pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça. Há informações nos autos de que o sindicato deixou de ministrar aulas apenas no final do primeiro semestre letivo do ano de 2012, motivo pelo qual o prazo prescricional iniciou-se no dia 30/06/2012. Levando em consideração tal prazo, a Corregedoria-Geral utilizou-se pouco mais de três meses do prazo prescricional. Por outro lado, o tempo decorrido entre o encerramento dos trabalhos da Comissão de Inquérito Administrativo até a decisão do Conselho Superior do Ministério Público (05 (cinco) meses e 13 (treze) dias) e a previsão de uma única causa interruptiva na lei alencariana do MP (instauração de PAD) contribuíram decisivamente para o reconhecimento da prescrição.”

14379/2015-8 (Inquérito 29234/2015-8)	Sindicância	Ocorrência de prescrição, com aparente atraso na apuração disciplinar (falta funcional identificada em 09 de setembro de 2011 e pronunciamento do Órgão Colegiado em 16 de dezembro de 2013).	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça sobre a possível não ocorrência da prescrição.
--	--------------------	---	--

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



. “Quanto à referida sindicância, cumpre esclarecer que esta foi instaurada por Portaria datada de 20/04/2015 e publicada em 07/05/2015. Concluídos os trabalhos da Corregedoria-Geral do MPCE em 03/06/2015, esta Assessoria Jurídica, em 10/06/2015, recebeu os citados autos, para análise e elaboração da minuta da decisão do Procurador-Geral de Justiça, a qual foi lançada aos autos em 04/08/2015. Na oportunidade, o Procurador-Geral de Justiça determinou a instauração de inquérito administrativo (PA nº 29234/2015-8), o que ocorreu por intermédio da Portaria nº 4380/2015, de 07/08/2015. Remetidos os autos à Comissão Permanente de Inquérito, esta, em 17/09/2015, se manifestou pela ocorrência da prescrição e pleiteou o arquivamento. Os autos vieram a esta Assessoria Jurídica em 25/09/2015, que, após apreciação dos fólios, providenciou a minuta da decisão do PGJ em 02/10/2015. Na ocasião, a Chefia Ministerial reconheceu a ocorrência da prescrição, porém, por entender que a prescrição é matéria que acarreta a extinção da punibilidade, determinou a remessa dos autos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do §3º do art. 258 da Lei Complementar nº 72/2008.

Segue trecho da referida decisão:

“(...) Com efeito, a contar da data do fato apontado como marco da ocorrência da suposta falta funcional atribuída a ilustre Promotora de Justiça Gláucia de Deus Ribeiro (02/07/2014 – data da realização da inspeção pela Corregedoria Geral do Ministério Público na 4ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Fortaleza/CE, na qual teria sido reconhecida a desídia da Agente Ministerial em relação à movimentação dos feitos), em julho último teria se verificado a prescrição da pretensão punitiva, fato este registrado na Ata de Instalação acostada no Caderno Processual do Inquérito Administrativo e na respectiva decisão monocrática ora encaminhadas a este subscritor (vide fls. 05 e 08/15).

Ademais, considerando que a data de instauração do inquérito administrativo disciplinar (07/08/2015 – Conforme Portaria nº 4380/2015 que inaugura este Caderno Processual) é considerada causa interruptiva do prazo prescricional, há de se perceber que, mesmo assim, já teria ocorrido a prescrição da pretensão punitiva, porquanto teria passado mais de um ano entre a data do fato e essa data.

Não obstante, o reconhecimento da prescrição é matéria que acarreta a extinção da punibilidade, vez que se refere à aplicação da pena, portanto concernente à autoridade julgadora competente, in casu o Egrégio Conselho Superior



do Ministério Público, nos termos do §3º do art. 258 da Lei Complementar nº 72/2008.

Pelo exposto, determino a remessa dos autos à Secretaria dos Órgãos Colegiados, para distribuí-lo à relatoria de um dos Conselheiros do CSMP, com o fito deliberar sobre a prescrição suscitada.(...)”

Sobre o tema da prescrição no âmbito do processo administrativo disciplinar, o Procurador-Geral de Justiça tem entendido que a instauração da sindicância interrompe o prazo prescricional e, por consequência, a contagem deste é reiniciada pelo prazo em tese, e assim, sucessivamente, quando da instauração do inquérito administrativo e do procedimento disciplinar. Tal entendimento é resultado da interpretação dada ao §3º do artigo 244 da Lei Complementar nº 72/2008, segundo o qual “a instauração do processo administrativo-disciplinar interrompe a prescrição”, o qual, consoante as Disposições Preliminares (Seção I), do Capítulo V, intitulado DO PROCESSO DISCIPLINAR, artigo 246, compreende a sindicância, o inquérito administrativo e o processo administrativo. Contudo, urge destacar que o entendimento ora apresentado diverge do entendimento fixado pela Comissão Permanente de Inquérito e pelo Conselho Superior do Ministério Público, o que ensejou a formulação de Consulta ao Conselho Nacional do Ministério Público (PCA 1.00292/2015-74). A despeito da consulta formulada, cumpre informar que a Assessoria de Políticas Institucionais está elaborando projeto de lei, com o propósito de retificar as deficiências observadas no regime disciplinar dos membros do *Parquet* cearense, em especial a alteração do art. 244 da LC nº 72/08. Com o novo regime, o prazo prescricional será ampliado, bem como serão previstas novas hipóteses de sua interrupção. Quanto ao Inquérito 29234/2015-8, a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, por sua vez, informou que foram instalados os trabalhos desse inquérito administrativo, em 13 (treze) de agosto de 2015, ocasião em tomou as seguintes deliberações:

“1 – Empós análise do procedimento administrativo nº 29234/2015-8(...)verificamos que na data do envio dos autos a esta Comissão, no dia 11 de agosto de 2015, o feito já estava prescrito, vez que as infrações previstas no Art. 212, V, IX, da Lei Complementar nº 72/08, por força do artigo 229, da mencionada lei, são punidas com advertência e, esta pena, nos moldes do art. 244, inciso I, da mesma lei, prescrevem em 1(um) ano, contados da data do fato. Considerando que, o decurso de tempo contado da data do fato (02 de junho de 2014), até a presente data (13 de agosto de 2015), i.é, um pouco mais de 1(um) ano, somos obrigados ao reconhecimento de que ocorreu a prescrição, porque se passaram mais de 1(um) ano, sendo suficiente para o reconhecimento da prescrição. Dessa forma, deliberamos pelo arquivamento do presente procedimento, vez que o feito foi alcançado pela prescrição”. Salientou que, por ser de ordem pública, a prescrição, uma vez configurada, deve ser reconhecida, obrigando-se a autoridade julgadora a declará-la de ofício, imposi-

ção que decorre do teor do art. 112 da Lei nº. 8.112/90: “Art. 112. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração”. (DOC. 08)”

31773/2015-1	Sindicância	Falta funcional identificada em 27/04/2015, decorrente da ausência reiterada de membro em atos judiciais. Investigação que, em 06/10/2015, ainda estava na fase de defesa preliminar em sindicância.	Manifestação da Corregedoria-Geral sobre o aparente atraso na apuração e não instauração imediata de PAD.
--------------	-------------	--	---

MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “Os fatos, em tese, caracterizadores de falta funcional, foram efetivamente identificados na correição realizada aos 27/04/2015, cujo relatório foi despachado por este Corregedor-Geral aos 24/05/2015, com a expedição de Recomendação com prazo de cumprimento de 30 dias e intimação dos membros correicionados (Drs. Joathan de Castro Machado e Sebastião Brasilino de Freitas Filho) para se manifestarem no prazo de 15 dias sobre o Relatório dos Promotores Corregedores, tendo o Dr. Joathan de Castro Machado recibo o ato notificatório em 18/06/2015 e apresentado esclarecimentos em 26/06/2015, enquanto que o Dr. Sebastião Brasilino de Freitas Filho somente se manifestou sobre o Relatório de Correição e cumprimento da Recomendação em 25/08/2015, na mesma data sendo determinada a abertura de Sindicância em relação aos fatos imputados ao Dr. Joathan de Castro Machado (acatando-se as justificativas e esclarecimentos prestados pelo Dr. Sebastião Brasilino de Freitas Filho), com relatório conclusivo exarado aos 14/10/2015, portanto, antes da visita de inspeção da Corregedoria-Nacional. Vê-se, pelo exposto, que não houve omissão ou inércia deliberada desta Corregedoria-Geral na condução do procedimento, aplicando-se, ao caso, as considerações gerais expostas no item 9.1.8 supra. Ademais, pelas razões óbvias já explicitadas no item 9.1.9, não poderia esta Corregedoria-Geral, nem mesmo o Procurador-Geral de Justiça, proceder à instauração direta de PAD para apuração da falta disciplinar em testilha.”



7613/2014-2	Protocolo	Demora na condução de investigação de improbidade administrativa de atribuição do PGJ (remessa em 07/03/2014, constituição de comissão em 29/09/2014 e retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem em 16/01/2015 por deslocamento das atribuições).	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça sobre o aparente atraso para a apuração de ato atribuído ao Governador do Estado.
17.490/2013-5	Inquérito Administrativo	Ocorrência de prescrição, com aparente atraso na condução do Inquérito Administrativo, que tramitou por um ano e dois meses.	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto à aparente demora na conclusão do Inquérito Administrativo pela Comissão Permanente de Inquérito Administrativo.
05011/2014-1	Protocolo	Omissão na prestação de informações por promotor de justiça quanto ao cumprimento da recomendação do Corregedor-Geral para movimentação de todos os inquéritos policiais e processos judiciais em atraso, sem notícias de que o Órgão Disciplinar tenha tomado providências para verificar de <i>per si</i> o cumprimento da recomendação e apurar possível infração disciplinar.	Manifestação do Corregedor-Geral quanto à aparente demora na apuração dos fatos e quanto à existência atual de inquéritos e processos judiciais com vista há mais de 30 dias na Promotoria de Justiça vinculada à Vara Única do Tribunal do Júri de Caucaia.



MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “A Corregedoria-Geral do Ministério Público do Ceará após a notícia de possíveis atrasos na Vara Única do Júri da Comarca de Caucaia, notificou o titular da Promotoria de Justiça da Vara Única do Júri da Comarca de Caucaia, o qual demonstrou que o atraso decorreu do pedido de requisição de devolução de todos os inquéritos policiais pelo Juiz da Comarca. O Dr. Elton Wanderley Leal informou ainda que em razão do atraso foi formado um mutirão pelo Procurador-Geral de Justiça. Foi diligenciado junto a Secretaria da Vara Única para que informasse a quantidade de feitos com vista e o nome do membro responsável. De posse da certidão foi expedida recomendação aos integrantes do mutirão para que procedessem a devida manifestação. Os Promotores de Justiça Dr. Sérgio Henrique de Almeida Leitão, Dra. Ana Karine Serra Leopercio e Dr. José Ribeiro do Santos Filho declararam o cumprimento da recomendação, apresentando certidões expedidas pela Diretora de Secretaria. Por sua vez, a Promotora de Justiça Dra. Margarida de Carvalho Barbosa apresentou resposta comprovando que não participou do mutirão, vez que a sua designação foi revogada e, por tal motivo, foi determinado o arquivamento. Restou apenas a análise do cumprimento da recomendação pelo Dr. Elton Wanderley Leal, sendo que este foi devidamente notificado e os autos permaneceram na Secretaria desta Corregedoria-Geral aguardando a resposta. Em razão do diminuto corpo de apoio e do excesso de serviço, a Secretaria da Corregedoria-Geral veio a informar o decurso do prazo para a resposta apenas no dia 11/11/2015. Os autos vieram conclusos para este Corregedor-Geral o qual determinou, por prudência, que fosse oficiado para a Secretaria da Vara Única do Júri da Comarca de Caucaia para que informasse a existência de feitos com vista ou carga para o Ministério Público há mais de trinta dias. Outrossim, informo a Vossa Excelência que a falta de recursos humanos, o excesso de serviço, o acompanhamento dos Promotores de Justiça em estágio probatório, o cumprimento do calendário mínimo de correições exigidas pelo CNMP, impedem a apuração *de per se* de todos os casos submetidos à apreciação desta Corregedoria-Geral, sendo selecionados apenas aqueles de maior gravidade.”

5471/2015-4	Protocolo	Omissão na prestação de informações solicitadas pela Corregedoria-Geral a promotor de justiça, em procedimento preliminar em que se apura representação subscrita por	Manifestação do Corregedor-Geral quanto à provável demora na apuração dos fatos.
-------------	-----------	---	--



		habitantes da Comarca, sem informações de que o Órgão Disciplinar tenha tomado providências para apurar diretamente a notícia veiculada na representação.	
--	--	---	--

MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “De fato, constatamos demora da Secretaria da Corregedoria-Geral em certificar a ausência de resposta do Promotor de Justiça no Procedimento Preliminar nº 5471/201, contudo, tal omissão já foi sanada, com a determinação de inspeção na Promotoria de Justiça objeto da reclamação, conforme despacho em anexo.”

29380/2014 (Sindicância 18615/2014-4/SP/PGJ)	Inquérito Administrativo	Ocorrência de prescrição, com provável atraso na condução do Inquérito Administrativo, que tramitou por mais de um ano.	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto à demora na conclusão do Inquérito Administrativo pela Comissão Permanente de Inquérito Administrativo.
---	--------------------------	---	--

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “A Comissão Permanente de Inquérito Administrativo informou que o processo em epígrafe necessitou de diligências(juntada de documentos, certidões, atestados médicos etc.), oitiva do Juiz de Direito Péricles Victor Galvão de Oliveira, as servidoras Rozângela Alves de Sousa e Susilene Nunes de Meneses na Comarca de Juazeiro do Norte/CE, oitiva das servidoras Raquel Elias Gomes e Silvana Castelo Branco, Promotores de Justiça Dairton Costa de Oliveira e André Karbage Nogueira, em data mais próxima desimpedida , ou seja, este processo teve a oitiva de 7(sete) testemunhas e quando conclusos os autos à Comissão Permanente de Inquérito Administrativo para deliberação foi constatado que o feito foi alcançado pela prescrição uma vez configurada, deve ser reconhecida, obrigando-se a autoridade julgadora a declará-la de ofício, imposição que decorre do teor do art. 112 da Lei nº.



8.112/90: “Art. 112. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração”. (in verbis)(DOC. 08)”

29270/2013-7	Protocolo	Procedimento disciplinar acompanhado por Reclamação Disciplinar instaurada pela Corregedoria Nacional.	
25002/2015-3	Sindicância	Demora na instauração de procedimento preliminar pela Corregedoria-Geral, em 20/04/2015, considerando que o conhecimento dos fatos se deu em 21/10/2014, em correição realizada no ofício.	Manifestação do Corregedor-Geral sobre o aparente atraso identificado.

MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “A correição foi realizada em 21/10/14 onde esta Corregedoria constatou dentre outras irregularidades a existência de 54 (cinquenta e quatro) processos judiciais com vista, 29 (vinte e nove) procedimentos extrajudiciais aguardando manifestação ministerial há mais de 30 dias e a existência de procedimentos extrajudiciais em desacordo com a taxonomia do CNMP. Foi expedida recomendação para a regularização dos trabalhos, tendo sido concedido 90 (noventa) dias. Em razão do membro encontrar-se no interior do Estado e não possuímos servidor para a realização de diligências, o Dr. Pablo de Oliveira Alves somente veio a ser intimado no dia 2 de dezembro de 2014, data na qual passou a transcorrer o prazo de 90 (noventa) dias (fl. 133). O referido prazo foi suspenso de 20 de dezembro de 2014 à 6 de janeiro de 2015 em razão do recesso forense. Antes do término do prazo da respondência, em 9 de março de 2015 o correicionado apresentou a manifestação de fls. 134/166, afirmando que estava providenciando o cumprimento da recomendação. Transcorrido o prazo fatal (18/03/2015) foi oficiado ao correicionado (para que comprovasse o cumprimento da recomendação (fl. 152). O Dr. Pablo de Oliveira Alves recebeu o ofício em 11/05/2015 e



apresentou diversas respostas que iniciaram em 5 de junho de 2015 e encerraram-se em 10/06/2015 (fls. 154/187), onde declarou que havia regularizado todos os trabalhos na Promotoria de Justiça de São João do Jaguaribe. Diante da confusa documentação encaminhada foram determinadas diligências para o esclarecimento acerca do cumprimento da recomendação (fl. 188). Em 7 de julho de 2015 foi determinada a instauração de sindicância. Em 9 de Julho de 2015 foi realizada a primeira reunião, onde foi determinada a notificação do sindicato. Apenas em 29 de Julho foi possível proceder a notificação para que o Dr. Pablo de Oliveira Alves apresentasse a sua defesa, tendo sido concedido 15 (quinze) dias. Em 19 de agosto de 2015 o sindicato apresentou a defesa de fls. 217/279 onde declarou que havia regularizado todos os trabalhos na Promotoria de Justiça. Ante a regularização dos trabalhos, a comissão sindicante decidiu pelo arquivamento. Apesar da aparente demora entre a realização da correição e a finalização da sindicância, observa-se que esta Corregedoria visando a atender a Justiça Restaurativa, especialmente pelo fato de que o acúmulo judicial e extrajudicial havia sido causado pela inexistência de membro titular por mais de um ano e de que o Promotor de Justiça procedeu a movimentação de todos processos judiciais e dos procedimentos extrajudiciais, concedeu oportunidades para que o sindicato demonstrasse a regularização dos trabalhos. Anote-se que o Promotor de Justiça em tela encaminhava a documentação comprovatória da regularização de forma confusa, misturando materiais das Promotorias de Justiça de Tabuleiro do Norte com a de São João do Jaguaribe, objeto de outra sindicância. Finalmente, é importante lembrar que as seguidas oportunidades não ocasionaram qualquer prejuízo para a aplicação de possível sanção disciplinar, eis que o feito foi arquivado e ainda, que não o fosse o prazo prescricional somente iniciou-se com o saneamento das irregularidades, ocorrida no dia 19/08/2015.”

22660/2013-6	Sindicância	Demora na instauração de sindicância pela Corregedoria-Geral, em 21/08/2013, considerando que o conhecimento dos fatos se deu em 19/02/2013, com o recebimento de notícia de fato.	Manifestação do Corregedor-Geral sobre o aparente atraso identificado.
---------------------	-------------	--	--



MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “A Corregedoria-Geral do Ministério Público tomou conhecimento dos fatos aos 10 de abril 2013, por meio do memorando nº 211/2013, oriundo da Secretaria dos Órgãos Colegiados, fls. 06. Aos 13 de maio de 2013, por despacho, o Corregedor-Geral determinou, em fase preliminar, a notificação do reclamado para esclarecimentos no prazo de 15 dias. O reclamado solicitou renovação do prazo com cópia integral do procedimento, cuja solicitação fora deferida aos 27 de maio de 2013, renovando-se o prazo de resposta. Aos 07 de junho o reclamado prestou suas informações. Aos 21 de agosto de 2013, por despacho, fora determinada a instauração de sindicância, a qual teve regular tramitação, com relatório final de **arquivamento** aos 08 de outubro de 2013. O eventual atraso na instauração da sindicância se deve à fase preliminar devidamente esclarecida no item 9.1.3.”

14.380/2015-6	Sindicância	Falta de orientação/recomendação da Corregedoria-Geral para que o promotor de justiça provocasse a restauração de Inquérito Policial desaparecido, com carga ao Ministério Público desde 2003; bem como aparente omissão da Corregedoria-Geral em apurar responsabilidade funcional decorrente do arquivamento do IP 1053796-44.2000.8.06.0001 pela prescrição, considerando que o feito estava com vista ao Ministério Público desde 21/06/11.	Manifestação do Corregedor-Geral sobre a não expedição de recomendação/orientação para a restauração dos autos e aparente ausência de apuração quanto à responsabilidade pela prescrição no Inquérito Policial.
---------------	-------------	---	---



MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “Esta Corregedoria-Geral esclarece que deixou de apurar a responsabilidade funcional do membro decorrente da prescrição reconhecida no I.P. nº 1053796-44.2000.8.06.0001 e seu consequente arquivamento em data de 09/08/2012, ante a inexistência de informações nos autos sobre a efetiva data da ocorrência da causa extintiva da punibilidade, podendo a prescrição ter ocorrido em período anterior ao qual os autos permaneceram com carga ao Promotor de Justiça (21/06/2011 a 06/07/2012). Saliente-se, outrossim, que durante a correição, realizada em 21/03/2012, na 4ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Fortaleza, o mencionado inquérito policial encontrava-se com o representante ministerial, Dr. Sebastião Brasilino de Freitas Filho, daí porque foi o membro Recomendado a restituí-lo ao Poder Judiciário, o que só foi feito em 06/07/2012, porém vindo a Corregedoria-Geral a tomar conhecimento da prescrição do fato criminoso objeto do disquisitório somente em 31/10/2014, por intermédio do Ofício nº 2164/2014, da lavra da Diretora de Secretaria Substituta da 4ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza, quando a eventual responsabilidade funcional do Promotor de Justiça já estava igualmente fulminada pela prescrição, posto que decorrido o prazo anual previsto na legislação local para a apuração e punição das transgressões disciplinares puníveis com advertência. Finalmente, quanto à ausência de expedição de Recomendação/Orientação no sentido de ser provocada, pelo Promotor de Justiça oficiante na Vara, a restauração do Inquérito Policial nº 0985386-31.2000.8.06.0001 (nº antigo 2002.01.11593-0), supostamente com carga ao MP desde 30/03/2003, em que pese o transcurso de mais de 10 (dez) anos da deflagração do procedimento, possivelmente já tendo incidido a prescrição, adotaremos a medida reclamada por esta Corregedoria-Nacional.”

11257/2014-2	Inquérito Administrativo	Ocorrência de prescrição, com atraso na condução do Inquérito Administrativo, que tramitou por mais de um ano.	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto à aparente demora na conclusão do Inquérito Administrativo pela Comissão Permanente.
---------------------	--------------------------	--	---

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. A Comissão Permanente de Inquérito informou que o processo em epígrafe necessitou de visita à Comarca de Aracati/CE para oitiva dos servidores Aldovandro José Barbosa e José Ribamar de Lima, em data mais próxima desimpedida, encontrando-se os autos conclusos à Comissão para deliberação.(DOC. 08)

17491/2013-3	Inquérito administrativo	Ocorrência de prescrição, com aparente atraso na condução do Inquérito Administrativo, que tramitou por mais de um ano; bem como demora pela Corregedoria-Geral na instauração da sindicância em 03/04/2013, por ter sido constatada violação do dever funcional pelo promotor de justiça em correção ordinária realizada em 09/01/2013.	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto à aparente demora na conclusão do Inquérito Administrativo pela Comissão Permanente; e manifestação do Corregedor-Geral quanto à aparente demora na instauração da sindicância.
--------------	--------------------------	--	--

MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “Após a realização da correção e realizada a análise de toda a documentação por esta Corregedoria-Geral foi determinada em 4 de março de 2013 a notificação do Dr. Sebastião Cordeiro Moreira (fl. 42) para que se manifestasse. A resposta do correicionado foi apresentada no dia 27 de março de 2013. Em 3 de abril de 2013 foi determinada a instauração de sindicância, a qual encerrou os trabalhos em 2 de maio de 2013. Em 26 de junho de 2013 foi determinada a instauração de inquérito administrativo pelo Exmo. Sr. Procurador-geral de Justiça. Em 16 de julho de 2014 a Comissão de Inquérito Administrativo decidiu pelo arquivamento dos autos por ausência de dolo e de má-fé (fls. 119/129). Observa-se que da determinação da instauração do inquérito administrativo até a decisão da Comissão de Inquérito Administrativo decorreu mais de um ano. Portanto, esta Corregedoria-Geral demorou pouco mais de três meses da data do conhecimento do fato para apurar e concluir a sindicância administrativa, enquanto que a Comissão de Inquérito Administrativa demorou mais de um ano para concluir os trabalhos não podendo ser imputado a esta Corregedoria demora excessiva na conclusão da sindicância.”

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “A Comissão Permanente de Inquérito informou que o processo em epígrafe necessitou de visita à Comarca de Aquiraz para oitiva do Procurador do Município Davi Sucupira Barreto em data mais próxima desimpedida e a conclusão do Inquérito Administrativo depende de deliberação dos membros e trabalho em conjunto para



confeção do relatório final, em razão da não constatação de falta funcional, foi sugerido o seu arquivamento.(DOC. 08)”

Autos de nº 19157/2012-0, nº 19358/2012-4, nº 19372/2012-5, nº 19162/2012-0, nº 22918/2012-0, nº 23416/2012-4 e nº 23838/2012-9.		Demora de quase um ano para a efetiva instauração do Processo Administrativo Disciplinar pelo Procurador-Geral de Justiça, sugerida pelo Corregedor-Geral em 25/09/2012.	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto à aparente demora na instauração do Processo Administrativo Disciplinar.
---	--	--	---

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “Quanto ao referido Inquérito, cumpre esclarecer que a Corregedoria sugeriu a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em 25/09/2012. Por sua vez, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou, em sua 39ª Sessão Ordinária realizada aos 23/10/2012 pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Os autos foram, então, encaminhados à Secretaria Geral deste *Parquet* aos 29/10/2012, com o fito de que fossem elaborados os expedientes necessários referentes à instituição da Comissão. Através dos Provimentos de nº 41/2013 e 42/2013, datados de 25/02/2013, foram, respectivamente, instituídas: uma Comissão Permanente de Inquérito e o próprio Processo Administrativo Disciplinar. Ocorre, porém, que, em razão de mudança de um dos membros da referida Comissão, foi necessária a confecção de novo ato, autuado sob o nº 63/2013 (15/03/2013), além de novo Provimento, o de nº 67/2013, datado de 20/03/2013, inaugurando, novamente, o Processo Administrativo Disciplinar, em razão da mudança da Comissão acima referida. Aos 24/04/2013, verifica-se que o encaminhamento dos autos pela Secretaria Geral à Comissão Permanente de Inquérito havia sido equivocada, eis que esta só teria atribuição para funcionar quando da fase de inquérito administrativo, e não quando já designada a instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Desta feita, nesta mesma data os autos foram devolvidos para apreciação por parte do Procurador-Geral de Justiça. Aos 06/05/2013, a então Procuradora de Justiça e decana, Marylene Barbosa Nobre despacha determinando a designação de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar. Nesse enredo, através do Provimento nº 186/2013, datado de 18/09/2013, foi designada a referida Comissão. Com efeito, somente após constituída essa Comissão, foram, então os trabalhos iniciados, conforme Despacho exarado aos 02/10/2013. Registre-se, por oportuno, que o relatório con-



clusivo dessa Comissão foi emitido aos 25/02/2014. Em seguida, o feito foi distribuído a membro do Conselho Superior em sua 9ª Sessão Ordinária, realizada em 06/03/2014, cuja decisão foi apresentada aos 16/06/2015, na 8ª Sessão Extraordinária, na qual, à maioria dos votantes, foi afastada a prática de conduta proibida por parte do membro ora processado. Importante consignar que, de fato, a demora na instauração de processo administrativo disciplinar teve sua origem na necessária elaboração dos expedientes por parte da Secretaria Geral deste Ministério Público, bem assim no equivocado encaminhamento dos autos à Comissão Permanente de Inquérito, quando então deveriam, os fólhos, terem sido remetidos à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, eis que já havia Provimento nesse sentido. Assim, considerando somente esse contexto, os autos disciplinares percorreram por seis meses, ou seja, desde o dia 25/10/2012 (data de deliberação do Conselho Superior pela instauração de PAD) até o dia 24/04/2013. Ademais, quando os autos foram devolvidos pela Comissão Permanente de Inquérito foi devolvida à apreciação da então Procuradora-Geral de Justiça, a Dra. Marylene, na condição de decana, teve que despachar, ainda, determinando a instauração de Comissão de Processo Administrativo, porquanto inexistente até aquele momento. Desta feita, nítido se entremostra que os fatos ora narrados deram ensejo à alegada demora na instauração de Processo Administrativo Disciplinar, não podendo, pois, ser atribuído, única e exclusivamente à Chefia desta Instituição Ministerial, tampouco à Assessoria Jurídica deste subscritor.”

Autos de nº 1675/2013-9, nº 6546/2013-7 e nº 15323/2013-0.		Ocorrência de prescrição, com atraso na condução do Inquérito Administrativo, que tramitou por mais de um ano.	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto à aparente demora na conclusão do Inquérito Administrativo pela Comissão Permanente.
---	--	--	---

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “A Comissão Permanente de Inquérito informou que o processo tratava-se de feito complexo, com várias imputações ao Promotor de Justiça investigado, pedido de diligências(juntada de documentos, etc)e quando conclusos os autos à Comissão Permanente de Inquérito Administrativo para deliberação foi constatado que o feito foi alcançado pela prescrição uma vez configurada, deve ser reconhecida, obrigando-se a autoridade julgadora a declará-la de ofício, imposição que decorre do teor do art. 112 da Lei nº.



8.112/90: “Art. 112. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração”. (in verbis)(DOC. 08)”

12703/2014-4		Atraso na condução do Inquérito Administrativo, que tramitou por quase um ano.	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto à aparente demora na conclusão do Inquérito Administrativo pela Comissão Permanente.
---------------------	--	--	---

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “A Comissão Permanente de Inquérito informou que o processo em epígrafe trata-se de imputação de nepotismo e atividade político-partidária cujo prazo prescricional é de 5(cinco) anos, o qual necessitava de uma apuração minuciosa, e a qual foram ouvidas as testemunhas José Evilásio Dantas, as Promotoras de Justiça Fernanda Andrade Mendonça e Denise Boudox de Mendonça, a Procuradora de Justiça aposentada Maria do Perpétuo Socorro França Pinto em data mais próxima desimpedida, não restando provado infração do Promotor de Justiça investigado, sendo deliberado pelo arquivamento do feito, decisão esta referendada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Ceará e também pelo Conselho Nacional do Ministério Público. (DOC. 08)”

22832/2015 (IA) 35045/2014-3/SP/PGJ (PAD)	Inquérito Administrativo	Ocorrência de prescrição, com demora na instauração do Inquérito Administrativo em 23/06/2015, considerando a finalização da sindicância em 11/12/2014; falta de envio imediato pela Corregedoria-Geral de relatório de correição, em que foram apontadas as irregularidades, ao	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto à aparente demora na instauração do Inquérito Administrativo; manifestação do Corregedor-Geral quanto à omissão apontada.
--	--------------------------	--	--



		Procurador-Geral de Justiça para a instauração de processo administrativo.	
--	--	--	--

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA “No que respeita ao Inquérito Administrativo nº 22832/2015 (PAD nº 35045/2014-3), observou-se o seguinte trâmite: Por intermédio da Portaria nº 017/2014 da CGMP, foi instaurada sindicância para apurar eventual falta funcional do Promotor de Justiça Alber Castelo Branco, cujo relatório conclusivo foi apresentado em 1º de dezembro de 2014, sugerindo-se a instauração de inquérito administrativo. Em 11/12/2014, os autos foram remetidos à Assessoria Jurídica, que, em 10/06/2015, minutou a decisão do Procurador-Geral de Justiça, em que determinou a instauração de Inquérito Administrativo. O Inquérito foi instaurado pela Portaria nº 3453/2015, de 18/06/2015 e protocolada sob o nº 22832/2015-6, em 23/06/2015. De fato, urge reconhecer que o procedimento acima nominado permaneceu na Assessoria Jurídica por um período considerável, aguardando a elaboração da minuta da decisão do Procurador-Geral de Justiça. Impõe-se esclarecer, contudo, que tal demora está associada ao fato da Assessoria Jurídica, somente no ano de 2015, até a presente data, haver recebido 1.434 Processos Judiciais, além de 1.627 Processos Administrativos, promovendo o devido andamento em 1.421 Processos Judiciais e 2.768 Procedimentos Administrativos, situação esta a revelar que a Assessoria Jurídica em momento algum demonstrou ser negligente no cumprimento de suas atribuições. Com efeito, a Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça dispõe de apenas 01 (um) Promotor de Justiça, que, apesar de contar com o apoio de 06 (seis) Assessores Jurídicos Especiais, de 01 (uma) Analista Ministerial Direito e de 02 (dois) Técnicos Ministeriais, é responsável pela elaboração de pareceres e de minutas de decisões relativos aos feitos que tramitam na Assessoria de Feitos Especiais, Assessoria de Controle de Constitucionalidade, Assessoria Cível e de Direitos Difusos e Assessoria Criminal. Importa esclarecer, por oportuno, que os processos administrativos e judiciais que aportam na Assessoria Jurídica são distribuídos em observância a ordem de recebimento. Não obstante, após verificar que determinados feitos demanda prioridade de análise, a exemplo dos disciplinares, a Assessoria Jurídica já adotou providências para assegurar o exame prioritário de tais demandas. A Comissão Permanente de Inquérito informou que foram instalados os trabalhos desse inquérito administrativo na data de 02 (dois) de julho de 2015, quando a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo reunida, deliberou nos seguintes termos: “1 – Empós análise do procedimento administrativo, verificamos que na data do envio dos autos a esta Comissão, no dia 24 de junho de 2015, o feito já estava prescrito, vez que as infrações previstas no Art. 212, V, XII e XVII, da Lei Complementar nº 72/08, por força do artigo 229, da menciona-

da lei, são punidas com advertência e, esta pena, nos moldes do art. 244, inciso I, da mesma lei, prescrevem em 1(um) ano, contados da data do fato. Considerando que, o decurso de tempo contado da data do fato (05 de junho de 2014), até a presente data (02 de julho de 2015), i.é, um pouco mais de 1(um) ano, somos obrigados ao reconhecimento de que ocorreu a prescrição, porque se passaram mais de 1(um) ano, sendo suficiente para o reconhecimento da prescrição. Dessa forma, deliberamos pelo arquivamento do presente procedimento, vez que o feito foi alcançado pela prescrição.” Vale salientar que, por ser de ordem pública, a prescrição, uma vez configurada, deve ser reconhecida, obrigando-se a autoridade julgadora a declará-la de ofício, imposição que decorre do teor do art. 112 da Lei nº. 8.112/90: “Art. 112. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração”. (in verbis)(DOC. 08)”

23996/2015	Sindicância	Demora na instauração de sindicância pela Corregedoria-Geral em 06/07/2015, considerando que tomou conhecimento dos fatos quando da correição realizada em 22/10/2014.	Manifestação do Corregedor-Geral quanto à aparente demora apontada.
------------	-------------	--	---

MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “A correição foi realizada em 22/10/14 onde esta Corregedoria constatou dentre outras irregularidades a existência de 240 (duzentos e quarenta) processos judiciais com carga, 83 (oitenta e três) procedimentos extrajudiciais aguardando manifestação ministerial há mais de 30 dias (fl. 54). em 30/10/2014 e a existência de procedimentos extrajudiciais em desacordo com a taxonomia do CNMP. Foi expedida recomendação para a regularização dos trabalhos, tendo sido concedido 90 (noventa) dias. Em razão do membro encontrar-se no interior do Estado e não possuímos servidor para a realização de diligências, o Dr. Pablo de Oliveira Alves somente veio a ser intimado no dia 2 de dezembro de 2014, data na qual passou a transcorrer o prazo de 90 (noventa) dias. O referido prazo foi suspenso de 20 de dezembro de 2014 à 6 de janeiro de 2015 em razão do recesso forense. Antes do término do prazo da respondência, em 9 de março de 2015 o correicionado apresentou a manifestação de fls. 172/215, afirmando que estava providenciando o cumprimento da recomendação. Transcorrido o prazo fatal (18/03/2015), a Secretaria da Corregedoria Geral deixou de certificar o término do prazo. Entretanto, em 21 de maio de 2015 o correicionado apresentou a



resposta de fls. 219/342 e após a análise da documentação foi determinada a instauração de sindicância em 30/06/2015. Em 1º de Julho de 2015 foi realizada a primeira reunião, onde foi determinada a notificação do sindicado. Apenas em 24 de Julho foi possível proceder a notificação para que o Dr. Pablo de Oliveira Alves apresentasse a sua defesa, tendo sido concedido 15 (quinze) dias. Em 24 de agosto de 2015 o sindicado apresentou a defesa de fls. 352/413 onde declarou que havia regularizado todos os trabalhos na Promotoria de Justiça. A Comissão analisando a documentação verificou pendências apenas no tocante a observância da taxonomia e requisitou certidão atualizada da Promotoria de Justiça de Tabuleiro do Norte. Em 18 de setembro de 2015 foram juntadas as certidões de fls. 417/496. Em 20 de outubro de 2015 a sindicância foi finalizada, concluindo pela instauração de inquérito administrativo. Apesar da aparente demora entre a realização da correição e a finalização da sindicância, observa-se que esta Corregedoria visando a atender a Justiça Restaurativa, especialmente pelo fato de que o acúmulo judicial e extrajudicial havia sido causado pela inexistência de membro titular por mais de um ano e de que o Promotor de Justiça procedeu considerável movimentação dos processos judiciais e dos procedimentos extrajudiciais, concedeu oportunidades para que o sindicado demonstrasse a regularização dos trabalhos. Anote-se que o Promotor de Justiça em tela encaminhava a documentação comprobatória da regularização de forma confusa, misturando materiais das Promotorias de Justiça de Tabuleiro do Norte com a de São João do Jaguaribe, objeto de outra sindicância. Finalmente, é importante lembrar que as seguidas oportunidades não ocasionaram qualquer prejuízo para a aplicação de possível sanção disciplinar, eis que o prazo prescricional somente iniciou-se com a promoção do membro para comarca de entrância intermediária.”

23441/2015-5	Inquérito Administrativo	Demora na instauração de Inquérito Administrativo pelo Procurador-Geral de Justiça em 28/05/2015, considerando que a comissão sindicante sugeriu pela instauração de Inquérito Administrativo, em decisão datada de 28/10/2014.	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto à aparente demora apontada.
---------------------	--------------------------	---	--



MANIFESTAÇÃO DA PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “Em relação ao Inquérito nº 23441/2015-5, a Portaria nº 15/2014/CGMP, datada de 18/08/2014, instaurou a sindicância. O relatório conclusivo foi emitido aos 28/10/2014. Entretanto somente aos 28/05/2015 foi emitido pronunciamento, por parte do Procurador-Geral de Justiça, acerca da determinação de abertura de inquérito administrativo. De fato, urge reconhecer que o procedimento acima nominado permaneceu na Assessoria Jurídica por um período considerável, aguardando a elaboração da minuta da decisão do Procurador-Geral de Justiça. Impõe-se esclarecer, contudo, que tal demora está associada ao fato da Assessoria Jurídica, somente no ano de 2015, até a presente data, haver recebido 1.434 Processos Judiciais, além de 1.627 Processos Administrativos, promovendo o devido andamento em 1.421 Processos Judiciais e 2.768 Procedimentos Administrativos, situação esta a revelar que a Assessoria Jurídica em momento algum demonstrou ser negligente no cumprimento de suas atribuições. Com efeito, a Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça dispõe de apenas 01 (um) Promotor de Justiça, que, apesar de contar com o apoio de 06 (seis) Assessores Jurídicos Especiais, de 01 (uma) Analista Ministerial Direito e de 02 (dois) Técnicos Ministeriais, é responsável pela elaboração de pareceres e de minutas de decisões relativos aos feitos que tramitam na Assessoria de Feitos Especiais, Assessoria de Controle de Constitucionalidade, Assessoria Cível e de Direitos Difusos e Assessoria Criminal. Importa esclarecer, por oportuno, que os processos administrativos e judiciais que aportam na Assessoria Jurídica são distribuídos em observância a ordem de recebimento. Não obstante, após verificar que determinados feitos demanda prioridade de análise, a exemplo dos disciplinares, esta Assessoria Jurídica já adotou providências para assegurar o exame prioritário de tais demandas. A Comissão Permanente de Inquérito informou que o processo trata-se de feito complexo com imputação de atividade político-partidária e no momento a instrução encontra-se encerrada, estando os autos conclusos a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo para deliberação e a confecção do relatório conclusivo.(DOC. 08)”

15116/2012-0	Sindicância	Ocorrência de prescrição, com demora na instauração de sindicância pelo Corregedor-Geral em 31/05/2012, considerando que tomou conhecimento dos fatos na correição realizada em	Manifestação do Corregedor-Geral quanto à aparente demora apontada.
--------------	-------------	---	---



		20/10/2010.	
--	--	-------------	--

MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “Neste procedimento salientamos que a Corregedoria Geral do Ministério Público do Ceará somente tomou conhecimento do fato em 01 de fevereiro de 2012, fls. 521, data em que o Promotor de Justiça José Silderlandio do Nascimento, ao assumir a titularidade da 1ª Promotoria de Justiça de Barbalha, comunicou a Corregedoria da real quantidade de procedimentos extrajudiciais existentes na unidade. Assim, sindicância foi instaurada aos 31 de maio de 2012, pois aos 20/10/2010, data da correição na 1ª Promotoria de Justiça de Barbalha, o sindicato havia omitido e ocultado a existência de procedimentos extrajudiciais. Eis o motivo pelo qual a sindicância fora instaurada aos 31/05/2012.”

11823/2013-3	Inquérito Administrativo	Ocorrência de prescrição, com demora na instauração de Sindicância pelo Corregedor-Geral em 24/10/2012, considerando que tomou conhecimento dos fatos na correição realizada em 18/06/2012; instauração aparentemente desnecessária de Inquérito Administrativo, tendo em vista a sugestão da comissão sindicante de instauração imediata de Processo Administrativo Disciplinar, e demora na conclusão do Inquérito, com o deferimento de diligências em procedimento findo.	Manifestação do Corregedor-Geral quanto à aparente demora apontada; manifestação do Procurador-Geral de Justiça a respeito da não instauração imediata de PAD e deferimento de diligências após o término da instrução.
---------------------	--------------------------	---	---



MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “O motivo da “demora” (4 meses e 6 dias) entre a constatação da infração e a instauração de Sindicância pela Corregedoria-Geral, é o mesmo já explicitado no item 9.1.8, supra. Com efeito, restou ali esclarecido que quando constatado, em correições e inspeções, atraso processual do membro, via de regra, a Corregedoria-Geral, adotando os princípios da justiça restaurativa e visando à caracterização do dolo funcional, tem por praxe Recomendar previamente ao membro a solução da pendência verificada, fixando um prazo de 30 a 90 dias para cumprimento, a depender da complexidade da questão. Findo tal prazo, e não sendo atendida a Recomendação ou não respondida a contento, procede-se então à Sindicância, em algumas situações ainda se fazendo nova inspeção ou diligências complementares (a exemplo de requisição de certidões) para a confirmação da falta funcional antes da instauração do procedimento disciplinar. Também se registrou que por falta de recursos humanos e tecnológicos da Corregedoria-Geral, ocorre de eventualmente nossa Secretaria incorrer em mora na certificação do transcurso dos prazos e na tramitação dos feitos. Mas na grande maioria dos casos, o modesto lapso transcorrido entre a constatação da falta funcional e a instauração da Sindicância deve-se à demora fisiológica inerente ao devido processo legal e à adoção de providências pertinentes, não sendo correto se cogitar de omissão ou leniência voluntária deste Órgão Correicional. Foi exatamente o que ocorreu na hipótese dos autos em destaque, senão vejamos. A 2ª Promotoria de Justiça de Tianguá foi inspecionada no dia 18/06/2012. No dia 11/07/2012, foi encaminhada Recomendação ao membro para que equacionasse a mora verificada na movimentação dos feitos judiciais e inquéritos policiais, fixando-se o prazo de 60 (sessenta) dias para o cumprimento da Recomendação. Ocorre que o transcurso do prazo da Recomendação somente foi certificado pela Secretaria da Corregedoria em 22/10/2012, logo em seguida sendo expedida a Portaria da Sindicância, aos 24/10/2012. Logo, no entender desta Corregedoria-Geral, o lapso entre a constatação do fato e a deflagração do procedimento disciplinar está devidamente justificado.”

MANIFESTAÇÃO DA PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “No que respeita à determinação de instauração de inquérito administrativo, ao invés do processo administrativo disciplinar, conforme sugerido pela Corregedoria-Geral de Justiça, cumpre explicitar o seguinte: A Lei Complementar nº 72/2008 dispõe expressamente que o procedimento disciplinar compreende a sindicância, o inquérito administrativo e o processo administrativo disciplinar. A sindicância, contudo, não é fase obrigatória. É o que se depreende do art. 253 da LC nº 72/08, segundo o qual “a sindicância é procedimento que tem por objeto a coleta preliminar de dados para instauração, se necessário, de inquérito administrativo.” Por outro lado, acaso seja instaurada a sindicância, a instauração do in-



quérito administrativo é medida que se impõe. É o que se depreende do art. 254, parágrafo único, in verbis:

“Art. 254 – in omissis

Parágrafo único. Concluída a sindicância, o Corregedor-Geral encaminhará os autos ao Procurador-Geral, com respectivo relatório, em que se manifestará, fundamentadamente, sobre a necessidade de seu arquivamento, ou instauração de inquérito administrativo.” (negrito)

Conclui-se, assim, que o inquérito administrativo, diferentemente da sindicância, é uma fase imprescindível para a instauração do processo administrativo disciplinar, estrito senso, ou seja, constitui-se em peça investigativa, cujo objetivo é o de instruir os autos do processo administrativo, dando maior oportunidade ao indiciado de apresentar defesa preliminar, bem como a juntada de documento ou oitiva de testemunhas para melhor demonstração de inexistência de falta funcional. Essa foi a razão pela qual este Procurador-Geral de Justiça determinou a instauração de inquérito administrativo e não de processo administrativo, conforme sugerido pelo órgão sensor. Quanto ao referido Inquérito, cumpre esclarecer que este foi instaurado por intermédio do Provimento nº 65/2013, de 18/03/2013, tendo a Comissão Permanente de Inquérito apresentado relatório conclusivo em 22/08/2013, ocasião em que sugeriu a aplicação de pena disciplinar de advertência. Em 30/08/2013 os autos chegaram na Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça. Aos 09/09/2013, foi emitida manifestação da Assessoria Jurídica pugnando pela realização de diligências, mormente a reorganização do caderno processual, a qual foi acatada pelo Procurador-Geral de Justiça através de despacho, na mesma data (09/09/2013). Em 07/10/2013, após o cumprimento das diligências, a Comissão Permanente de Inquérito devolve os autos à Assessoria Jurídica do Procurador-Geral, acompanhada de novo relatório conclusivo, datado de 02/10/2013, no qual foi ratificada a sugestão de aplicação da pena de advertência. Autos conclusos ao Procurador-Geral de Justiça em 16/10/2013, oportunidade em que a Chefia da Instituição determinou a remessa dos fólios ao Conselho Superior do Ministério Público para cumprimento do disposto no art. 258 da Lei Complementar Estadual nº 72/2008 (deliberação acerca do arquivamento ou da instauração de PAD). Aos 18/02/2014, o Conselho Superior do Ministério Público, em sua 7ª Sessão Ordinária, arquivou o feito. Necessário esclarecer que a alegada demora atribuída na condução desse Inquérito Administrativo deve considerar o fato de que os autos chegaram à Assessoria Jurídica somente aos 30/08/2013, e desacompanhado dos autos da sindicância, sendo, pois, necessária a reorganização dos autos, com sua anexação, como de fato foi sugerido pela Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça e por este acatada. Referidas diligências, porém, só restaram atendidas em 07/10/2013. Em pouco mais de uma semana depois, os autos são encaminha-

dos ao Conselho Superior, por determinação do Procurador-Geral de Justiça. Não obstante, aos 18/02/2014, o egrégio Conselho Superior deste Ministério Público, discordando do relatório conclusivo da Comissão determinou o arquivamento do feito. Desta feita, se houve demora na condução do feito esta jamais pode ser atribuída ao Procurador-Geral de Justiça e sua Assessoria Jurídica. A Comissão Permanente de Inquérito informou que o processo em epígrafe necessitou de várias diligências (cópias de relatórios, portarias, etc) memorandos à Corregedoria Geral do Ministério Público Ceará e à Secretaria Geral de Justiça, ofício à Comarca de Tianguá/CE, sendo o processo deliberado pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar, entendendo que o mesmo não estava prescrito, vez que os feitos em tramitação e de responsabilidade do Promotor de Justiça investigado continuavam em atraso. (DOC. 08)”

08434/2013-4	Sindicância		Sem constatação de irregularidades
17846/2012-0	Sindicância		Sem constatação de irregularidades
6928/2013-7 Inquérito nº 14311/2013-6)	Sindicância	Ocorrência de prescrição, com demora na conclusão do Inquérito Administrativo, que tramitou por quase um ano.	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto à aparente demora na conclusão do Inquérito Administrativo pela Comissão Permanente.

MANIFESTAÇÃO DA PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “A Comissão Permanente de Inquérito informou que o processo em epígrafe necessitou de várias diligências (cópias de relatórios, portarias, etc), visita à Comarca de Canindé/CE, o qual foram ouvidos o Juiz de Direito Paulo Sérgio dos Reis e a Promotora de Justiça Lucy Antonelli Gabriel da Rocha e o Delegado civil Amando Albuquerque Silva, sendo o processo deliberado pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar, entendendo que o mesmo não estava prescrito. (DOC. 08)”

8004/2013-5 (Inquérito nº 16846/2013-9)	Sindicância	Ocorrência de prescrição, com atraso na conclusão do Processo Ad-	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto à aparente demo-
--	-------------	---	---



		ministrativo Disciplinar pela Comissão processante, e demora no julgamento pelo Conselho Superior, considerando que quatro Conselheiros relatores averbaram impedimento.	ra apontada.
--	--	--	--------------

MANIFESTAÇÃO DA PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “A Comissão Permanente de Inquérito informou que a Procuradora de Justiça investigada ao longo do curso do Inquérito Administrativo gozou de licença saúde, o que retardou a conclusão do Inquérito Administrativo. O feito não havia sido alcançado pela prescrição e a Comissão deliberou pela instauração do Inquérito Administrativo. (DOC. 08). A Secretaria dos Órgãos Colegiados apresentou histórico justificando a demora no julgamento do processo no Conselho Superior do Ministério Público, ressaltando que a distribuição de processos era feita somente nas Sessões do CSMP, e que a partir de novembro de 2014, com a publicação do novo Regimento Interno daquele Órgão, a distribuição passou a ser diária, mesmo assim, diante das declarações de impedimento/suspeição, o processo demandou sucessivas distribuições. (DOC. 12)”

32845/2012-3 (Inquérito nº 12140)	Procedimento disciplinar acompanhado por Reclamação Disciplinar instaurada pela Corregedoria Nacional.		
27060/2012-6 (Inquérito nº 12139/2013-3)	Sindicância	Demora na instauração de sindicância pelo Corregedor-Geral em 21/01/2013, considerando ter tomado conheci-	Manifestação do Corregedor-Geral quanto à aparente demora apontada.



		mento dos fatos em 30/07/2012.	
--	--	-----------------------------------	--

MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “Ao contrário do que constou no relatório preliminar de inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público, a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Ceará tomou conhecimento dos fatos somente aos 30/07/2012, por meio do ofício/comunicação remetido pela Promotora de Justiça Maria do Socorro Brito Guimarães, conforme fls. 05, dos autos nº 19663/2012-7 em apenso. Aos 02 de outubro de 2012 fora expedido o despacho de instauração da Sindicância, cuja Portaria é datada de 23/10/2012. A sindicância foi concluída e relatada aos 07/12/2012.”

13988/2014-0 (Inquérito nº 25478/2014-8)	Sindicância	Ocorrência de prescrição, com atraso na conclusão do Inquérito Administrativo Disciplinar, que tramitou por mais de um ano.	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto à aparente demora apontada.
---	-------------	---	--

MANIFESTAÇÃO DA PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “A Comissão Permanente de Inquérito informou que o processo tratava-se de feito complexo, com várias imputações ao Promotor de Justiça investigado e quando conclusos os autos à Comissão Permanente de Inquérito Administrativo para deliberação foi constatado que o feito foi alcançado pela prescrição uma vez configurada, deve ser reconhecida, obrigando-se a autoridade julgadora a declará-la de ofício, imposição que decorre do teor do art. 112 da Lei nº. 8.112/90: “Art. 112. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração”.(in verbis) (DOC. 08)”

16926/2014-7 (Inquérito 29379/2014-4)	Sindicância	Ocorrência de prescrição, com atraso na conclusão do Inquérito Administrativo, que tramitou por mais de um ano.	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto à demora apontada.
--	-------------	---	---

MANIFESTAÇÃO DA PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “A Comissão Permanente de Inquérito informou que o membro da Comissão à época Alcides Jorge Evangelista Ferreira declarou-se suspeito por motivo de foro íntimo, requerendo sua exclusão dos trabalhos referentes a este processo, o qual foi deferido sendo substituí-lo a Procuradora de Justiça Vera Lúcia de Carvalho Brandão. A Promotora de Justiça ficou ciente da abertura do Inquérito Administrativo em 17 de outubro de 2014 e após sucessivas remarcações da audiência para o Interrogatório (licenças, etc) só foi possível realizá-la em 19 de janeiro de 2015, além da Promotora de Justiça retornar de férias apenas em 10 de março de 2015, o que retardou a conclusão do Inquérito Administrativo e quando conclusos os autos à Comissão Permanente de Inquérito Administrativo para deliberação foi constatado que o feito foi alcançado pela prescrição uma vez configurada, deve ser reconhecida, obrigando-se a autoridade julgadora a declará-la de ofício, imposição que decorre do teor do art. 112 da Lei nº. 8.112/90: “Art. 112. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração”. (in verbis) (DOC. 08)”

18073/2014-6 (Inquérito nº 22833/2014-2)	Sindicância	Ocorrência de prescrição, com atraso instauração de sindicância pela Corregedoria-Geral em 02/06/2014, considerando ter tomado conhecimento dos fatos em 22/01/2014; bem como atraso na instauração do Inquérito Administrativo em 18/06/2015, tendo em vista que a sindicância foi finalizada em 26/09/2014.	Manifestação do Corregedor-Geral e do Procurador-Geral de Justiça quanto à demora apontada.
---	-------------	---	---

MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. Trata-se de procedimento instaurado para apurar condução informal de procedimento extrajudicial, praticada, em tese, pelo Promotor de Justiça Francisco Ismael Capibaribe de Sousa, à época titular da 3ª Promotoria de Justiça de Aracati/CE. O procedimento extrajudicial dismórfico tratava sobre choque elétrico em crianças no brinquedo “Samba”, do Parque de Diversões Recife, instalado na cidade de Aracati/CE, na época dos



festejos de São Sebastião, aos 17 de janeiro de 2014. Os fatos chegaram ao conhecimento da Corregedoria Geral do Ministério Público do Ceará aos 22 de janeiro de 2014. Aos 24 de janeiro de 2014 a representação foi apreciada pela Corregedora-Geral em exercício, sendo determinada, por procedimento preliminar, a notificação do reclamado para prestar esclarecimentos no prazo de 15 dias, nos termos do art. 212, XVIII, da Lei Complementar nº 72/2008, conforme despacho de fls. 11. Aos 27 de janeiro de 2014 fora expedido o ofício de notificação, o qual foi enviado por carta registrada com aviso de recebimento aos 07 de fevereiro de 2014, fls. 12. Aos 18 de março de 2014 de 2014 fora juntado aos autos as informações protocoladas pelo reclamado aos 17 de março de 2014. Aos 24 de março de 2014, em se de preliminar, fora determinada a diligência ao técnico ministerial de Comarca de Aracati/CE, para cumprimento no prazo de 05 dias, sendo expedida pela Secretaria deste órgão correicional aos 10 de abril de 2014, com ofício postado aos 15 dias do mesmo mês. Aos 28 de abril de 2014 o técnico ministerial de Aracati cumpriu a requisição, sendo a diligência juntada aos autos no dia 05 de maio de 2014. Aos 02 de junho de 2014 o Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará, entendendo que os esclarecimentos prestados pelo reclamado não foram suficientes para estancar um procedimento disciplinar, determinou a instauração de sindicância para aprofundamento na apuração da suposta violação de dever funcional descrita no art. 212, V, VIII, XVII, da LC nº 72/2008. Tais medidas preliminares, necessárias e prudentes precederam a instauração de sindicância, cuja Portaria fora lavrada aos 03 de junho de 2014. A Sindicância, após instaurada, teve seu trâmite ordinário, sendo relatada aos 26 de setembro de 2014, antes do prazo prescricional. A comissão sindicante, à unanimidade, concluiu o relatório pela ocorrência da violação do dever funcional supracitado, sugerindo ao Exmo Sr. Procurador-Geral de Justiça a instauração imediata de inquérito administrativo, o qual fora instaurado aos 05/06/2015, ou seja, 09 (nove) meses após a conclusão da sindicância.

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “Em relação à Sindicância nº 18073/2014-6, houve igualmente demora na determinação de instauração de inquérito administrativo disciplinar por parte do Procurador-Geral de Justiça que, a despeito do relatório conclusivo da Comissão Sindicante haver sido concluído aos 26/09/2014, somente em 05/06/2015 houve decisão nesse sentido. De fato, urge reconhecer que o procedimento acima nominado permaneceu na Assessoria Jurídica por um período considerável, aguardando a elaboração da minuta da decisão do Procurador-Geral de Justiça. Impõe-se esclarecer, contudo, que tal demora está associada ao fato da Assessoria Jurídica, somente no ano de 2015, até a presente data, haver recebido 1.434 Processos Judiciais, além de 1.627 Processos Administrativos, promovendo o devido andamento em 1.421 Processos Judiciais e 2.768 Procedimentos Administrativos, situação esta a revelar que

a Assessoria Jurídica em momento algum demonstrou ser negligente no cumprimento de suas atribuições. Com efeito, a Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça dispõe de apenas 01 (um) Promotor de Justiça, que, apesar de contar com o apoio de 06 (seis) Assessores Jurídicos Especiais, de 01 (uma) Analista Ministerial Direito e de 02 (dois) Técnicos Ministeriais, é responsável pela elaboração de pareceres e de minutas de decisões relativos aos feitos que tramitam na Assessoria de Feitos Especiais, Assessoria de Controle de Constitucionalidade, Assessoria Cível e de Direitos Difusos e Assessoria Criminal. Importa esclarecer, por oportuno, que os processos administrativos e judiciais que aportam na Assessoria Jurídica são distribuídos em observância a ordem de recebimento. Não obstante, após verificar que determinados feitos demanda prioridade de análise, a exemplo dos disciplinares, esta Assessoria Jurídica já adotou providências para assegurar o exame prioritário de tais demandas. Instaurado o Inquérito Administrativo, a Comissão Permanente de Inquérito informou que na data de 02(dois) de julho de 2015, foram instalados os trabalhos desse inquérito administrativo, quando a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo deliberou nos seguintes termos: “1 – Empós análise do procedimento administrativo, verificamos que na data do envio dos autos a esta Comissão, no dia 24 de junho de 2015, o feito já estava prescrito, vez que as infrações previstas no Art. 212, V, VIII e XVII, da Lei Complementar nº 72/08, por força do artigo 229, da mencionada lei, são punidas com advertência e, esta pena, nos moldes do art. 244, inciso I, da mesma lei, prescrevem em 1(um) ano, contados da data do fato. Considerando que, o decurso de tempo contado da data do fato (17 de janeiro de 2014), até a presente data (02 de julho de 2015), i.é, 1(um) ano e 5(cinco) meses, somos obrigados ao reconhecimento de que ocorreu a prescrição, porque são passados mais de 1(um) ano e 5(cinco) meses, quando seria suficiente o decurso de 1(um) ano para o reconhecimento da prescrição. Dessa forma, deliberamos pelo arquivamento do presente procedimento, vez que o feito foi alcançado pela prescrição.” Vale salientar que, por ser de ordem pública, a prescrição, uma vez configurada, deve ser reconhecida, obrigando-se a autoridade julgadora a declará-la de ofício, imposição que decorre do teor do art. 112 da Lei nº. 8.112/90: “Art. 112. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração”. (in verbis)(DOC. 08)”

43688/2014-0	Sindicância	Ocorrência de prescrição, com demora na instauração de sindicância pela Corregedoria-Geral em 01/12/2014, considerando ter tomado conhe-	Manifestação do Corregedor-Geral e do Procurador-Geral de Justiça quanto à aparente demora apontada.
---------------------	-------------	--	--



		cimento dos fatos em 12/09/2014; bem como demora do Procurador-Geral de Justiça em proferir a decisão prolatada em 05/06/2015, não acolhendo sugestão da comissão sindicante para instauração de Inquérito Administrativo Disciplinar, tendo em vista que a sindicância se encerrou em 25/02/2015.	
--	--	--	--

MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “No dia 28 de agosto de 2014 a Corregedoria-Geral realizou visita de inspeção nas Promotorias de Justiça do Meio Ambiente de Fortaleza e apurou indícios de que a Dra. Cristiane Câmara Borges Melim não estava comparecendo regularmente ao expediente do Núcleo de Mediação Comunitária. A equipe de inspeção comunicou formalmente o fato ao Corregedor-Geral no dia 12 de setembro de 2014. No dia 15 de setembro de 2014 foi determinada a realização de visita ao Núcleo de Mediação Comunitária sem aviso prévio, com a finalidade de apurar a assiduidade do membro. Em razão da necessidade de adequação com a agenda de correições e inspeções, a visita foi realizada no dia 15/10/2014. No dia 20/10/2014 os autos vieram novamente conclusos, oportunidade em que foi determinada a realização de diligências para verificar o possível gozo de licença saúde e esclarecimento acerca de informações oficiosas prestadas pela servidora Juliana Sales, lotada na Secretaria-Geral (fl. 19). Os expedientes foram devidamente realizados e encaminhados à Secretaria-Geral. Após as respostas, os autos vieram conclusos e foi determinada a instauração de sindicância, o que foi feito em 01/12/2014. Portanto, a demora decorreu exclusivamente da regular tramitação do feito, pois esta Corregedoria-Geral, por prudência, aguardou o retorno de informações imprescindíveis para o desencadeamento do procedimento disciplinar.”

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “No que diz respeito à ocorrência de prescrição, com demora na instauração de sindicância pela Corregedoria-Geral em 01/12/2014, considerando ter tomado conhecimento dos fatos em 12/09/2014, foi encaminhado expediente ao



Órgão Correicional deste Ministério Público do Estado do Ceará, a fim de apresentar manifestação sobre o assunto, contudo, o douto Corregedor-geral, a despeito da recomendação de resposta ao CNMP em documento único, informou, através do Memorando nº 071/2015-CGMP/PGJ/CE (DOC. 06) que “está tomando as medidas para o envio das informações solicitadas diretamente ao CNMP, no prazo 15 (quinze) dias, e em igual prazo enviará cópia a sua Assessoria”(sic). Já quanto a bem demora do Procurador-Geral de Justiça em proferir a decisão prolatada em 05/06/2015, não acolhendo sugestão da comissão sindicante para instauração de Inquérito Administrativo Disciplinar, tendo em vista que a sindicância se encerrou em 25/02/2015 necessário destacar que houve, efetivamente, demora na determinação de instauração de inquérito administrativo disciplinar por parte do Procurador-Geral de Justiça que, a despeito do relatório conclusivo da Comissão Sindicante haver sido concluído aos 25/02/2015, somente em 05/06/2015 exarou decisão nesse sentido. Não obstante, necessário registrar que os autos só foram encaminhados a Assessoria Jurídica desse subscritor para elaboração de minuta da decisão somente aos 03/03/2015. De fato, urge reconhecer que o procedimento acima nominado permaneceu na Assessoria Jurídica por um período considerável, aguardando a elaboração da minuta da decisão do Procurador-Geral de Justiça. Impõe-se esclarecer, contudo, que tal demora está associada ao fato da Assessoria Jurídica, somente no ano de 2015, até a presente data, haver recebido 1.434 Processos Judiciais, além de 1.627 Processos Administrativos, promovendo o devido andamento em 1.421 Processos Judiciais e 2.768 Procedimentos Administrativos, situação está a revelar que a Assessoria Jurídica em momento algum demonstrou ser negligente no cumprimento de suas atribuições. Com efeito, a Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça dispõe de apenas 01 (um) Promotor de Justiça, que, apesar de contar com o apoio de 06 (seis) Assessores Jurídicos Especiais, de 01 (uma) Analista Ministerial Direito e de 02 (dois) Técnicos Ministeriais, é responsável pela elaboração de pareceres e de minutas de decisões relativos aos feitos que tramitam na Assessoria de Feitos Especiais, Assessoria de Controle de Constitucionalidade, Assessoria Cível e de Direitos Difusos e Assessoria Criminal. Importa esclarecer, por oportuno, que os processos administrativos e judiciais que aportam na Assessoria Jurídica são distribuídos em observância a ordem de recebimento. Não obstante, após verificar que determinados feitos demanda prioridade de análise, a exemplo dos disciplinares, esta Assessoria Jurídica já adotou providências para assegurar o exame prioritário de tais demandas. Sobre o não acolhimento da sugestão da comissão sindicante para instauração de Inquérito Administrativo Disciplinar, importa esclarecer que a Lei Complementar nº 72/2008, em seu artigo 255 confere ao Procurador-geral de Justiça a competência para instaurar o Inquérito Administrativo. Assim sendo, não está o Procurador-geral adstrito ao relatório final da sindicância se, fundamentadamente, entender que o mesmo não guarda harmonia com o lastro probatório dos autos. Nessa perspectiva, observou este subscrito, no presente caso, que a conclusão apresenta-



da pela Comissão Sindicante deixou de considerar a manifestação da Sindicada, Dra. Cristiane Câmara Borges Melim, quanto a crença veemente de que a mesma estaria a cargo tão somente das atribuições específicas junto a Promotoria de Justiça de Palmácia, no prazo de 03/07 a 31/08/2014, delineadas na Portaria nº 3420/2014, diante da sua especial condição de saúde, que demanda a adaptação do exercício de suas funções à limitação visual progressiva que vem sofrendo, o que levou a definir somente em 30 de julho de 2014, através da Portaria nº 3879/2014, que a mesma passaria a exercer as funções de Coordenadora Adjunta do Programa de Incentivo à Implementação de Núcleos de Mediação, com prejuízo de sua titularidade em Palmácia. Verifiquei pois, nos autos, que conjunto probatório corroborava com a versão apresentada pela Defendente, de que a mesma se empenhou em desenvolver suas atividades nos processos administrativos pendentes na Promotoria de Justiça de Palmácia, da qual era titular, tanto que cumpriu integralmente essa tarefa, comunicando o término da missão em 28 de agosto de 2014 e passando, logo em seguida, na mesma data, a comparecer na sede dos Núcleos de Mediação. Destarte, embora a Comissão Sindicante tenha presumido que o ato administrativo trazia informação inequívoca de que a mesma deveria cumprir com expediente junto ao Núcleo de Mediação Comunitária, constatei, claramente, que, pela forma como buscou sempre manter contato com a Administração, informando suas atividades e os afastamentos necessários, bem como dando ciência de suas limitações para atuação integral, aliado à demora na definição de sua lotação, a Sindicada não buscou se esquivar de seus deveres, tanto que assim que concluiu os trabalhos para o qual foi designada, em 28/08/2014, antes mesmo de findar o prazo para fazê-lo, que seria até 31/08/2014, apresentou-se para o início das atividades como Coordenadora Adjunta do Programa mencionado. Foram essas as razões que levaram ao não acolhimento do relato final da Comissão Sindicante e consequente arquivamento dos autos, por restar caracterizado nos autos que a Exma. Sra. Promotora de Justiça agiu acreditando veementemente estar autorizada pelo ato administrativo, Portaria nº 3420/2014, a se dedicar exclusivamente aos procedimentos administrativos ali listados, todos da Promotoria de Justiça de Palmácia, da qual era titular.”

37005/2014-5	Sindicância	Procedimento disciplinar acompanhado por Reclamação Disciplinar instaurada pela Corregedoria Nacional.	
21068/2014-1 (Inqué-	Sindicância	Demora na conclusão do	Manifestação do Procura-



rito 18253/2015-1)		Inquérito Disciplinar.	dor-Geral de Justiça quanto à aparente demora apontada.
--------------------	--	------------------------	---

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “A Comissão Permanente de Inquérito informou que foi instaurado Inquérito Administrativo, entretanto, em virtude das férias da Procuradora de Justiça agendadas para o dia 02/03/15 a 31/03/15 e 01/04/15 a 30/04/15, só foi possível o agendamento de audiência de interrogatório após as suas férias no dia 25 de maio de 2015, entretanto, o ato não foi realizado por motivo de saúde e em razão do recurso administrativo contra decisão do Procurador Geral de Justiça que instaurou o Inquérito Administrativo, os autos foram requeridos pelo Procurador de Justiça e a Comissão suspendeu o Inquérito aguardando o julgamento do recurso, o qual foi arquivado pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, em sua unanimidade, em decorrência da prescrição. (DOC. 08)”

676/2015-3		Omissão da Corregedoria-Geral quanto à apuração de possível falta funcional na atuação na atuação no inquérito policial n. 90/2013, sob a supervisão da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Boa Viagem/CE.	Manifestação do Corregedor-Geral quanto à aparente omissão apontada.
------------	--	---	--

MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “A Corregedoria Geral do Ministério Público do Ceará foi provocada pela Procuradora de Justiça Dra. Maria Acácia Moreira em razão de excesso de prazo (constatado na análise do Habeas Corpus nº 002797-19.2014.8.06.0000) na conclusão do inquérito policial nº 0006846-81.2013.8.06.0051. A provocação veio acompanhada de parte dos documentos constantes do HC. Ao receber a provocação, esta Corregedoria Geral expediu ofício ao Promotor de Justiça respondendo Dr. Alexandre Paschoal Konstantinou para que prestasse as devidas informações. As informações foram prestadas às fls. 47/61, onde este



informou que o inquérito policial foi recebido pelo Poder Judiciário em 07/08/2013 e apenas em 20/08/2013 foi dada vista dos autos ao Ministério Público. No dia 20 de agosto de 2013 o Ministério Público recebeu os autos de inquérito policial (fl.39). No dia 21 de agosto de 2013, o então titular da 1ª Promotoria de Justiça de Boa Viagem emitiu a manifestação de fls. 56/57, requerendo a realização de exame pericial das armas, a juntada do laudo de exame toxicológico e o interrogatório de Antonio Júnior Martins Soares. No dia 23 de agosto de 2013 (ver carimbo de fl. 56) os autos foram encaminhados para a Delegacia de Polícia Civil de Boa Viagem. Os autos retornaram ao MP e em 27 de setembro de 2013 (fls. 58/59) o referido membro verificou que novamente a prova da materialidade dos crimes ainda não havia sido providenciada pela Polícia Civil e determinou a devolução dos autos. Em 04 de novembro de 2014, após os autos terem sido devolvidos sem a juntada do laudo toxicológico, o Dr. Alexandre Paschoal Konstantinou devolveu os autos para cumprir a diligência requisitada. A autoridade policial permaneceu com os autos até o dia 5 de março de 2015, quando solicitou a dilação de prazo. A narrativa dos fatos, demonstra claramente que a demora na conclusão do inquérito foi da autoridade policial (veja os intervalos de tempo entre a cota ministerial e a devolução dos autos), a qual demonstrou-se incapaz de providenciar o laudo de exame toxicológico. No ponto de vista desta Corregedoria Geral não se observou qualquer omissão do membro atuante. Não era plausível exigir dos membros atuantes no inquérito policial que oferecessem denúncia sem o laudo de exame toxicológico. Anote-se que apesar de constar no Sistema do Tribunal de Justiça SPROC que os autos estavam com vista ao MP desde 20/03/2015 tal fato ocorre em razão da tramitação direta entre MP e Delegacia de Polícia. Explico. Os autos após serem devolvidos pelo MP diretamente a Delegacia de Polícia não tem esta fase registrada no sistema do TJCE, vez que o MP não tem nenhuma ferramenta disponível para registrar tal fato no sistema. O controle é realizado por um Sistema próprio do MPCE (Sistema Arquimedes) e através do Livro de Controle de Movimentação de Feitos Policiais. Portanto, entende esta Corregedoria que procedeu a apuração dos fatos, procedendo a análise das cópias das manifestações encaminhadas pelo reclamado.”

14797/2013-6	Protocolo	tumulto processual, em razão da tramitação de diversos expedientes em conjunto e das sucessivas remessas e devoluções entre os diversos órgãos da Administração	Manifestação do Corregedor-Geral e do Procurador-Geral de Justiça acerca da aparente demora apontada.
--------------	-----------	---	---



		encarregados da persecução administrativa; falta de instauração imediata do PAD com base no relatório de correição realizada pela Corregedoria-Geral; demora na instauração das sindicâncias (mais de um ano desde a correição), para a conclusão dos inquéritos administrativos (mais de 01 ano e 04 meses) e para a decisão do Conselho Superior (mais de 10 meses).	
--	--	--	--

MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “Aos autos nº 14797/2013 foram apensados os processos nº 17.847/2012 (trata do não envio dos relatórios trimestrais do estágio probatório), nº 8416/2013 (trata de atraso no impulso de feitos extrajudiciais em atraso na Promotoria de Justiça da Comarca de Mucambo) e nº 8415/2013 (trata de atraso no impulso ministerial de feitos extrajudiciais e falta de remessa dos relatórios da Cadeia Pública, referente a Promotoria de Justiça da Comarca de Pacujá). Nos autos nº 17.847/2012 a sindicância foi iniciada em 03/07/2012 e concluída em 19/11/12, pelo que entendemos que neste caso há tramitação regular e eventual demora é inerente a própria instrução do feito. Por sua vez, nos processos nº 8416/2013 e 8415/2013 verificamos que a correição foi realizada no mês de fevereiro de 2012, tendo sido expedida recomendação ao correicionado para regularização dos trabalhos no prazo de 30 (trinta) dias. As recomendações foram recebidas, respectivamente nos dias 22/03/2012 e 02/04/12. Ocorre que, após o transcurso do prazo, a Secretaria desta Corregedoria somente veio a certificar o decurso do prazo sem cumprimento da recomendação em 19/12/12 e inadvertidamente encaminhou os autos ao Conselho Superior do Ministério Público, sem que houvesse determinação superior. Apenas em 13 de março de 2013 o erro foi constatado e imediatamente foi determinada a instauração de sindicâncias administrativas, as quais foram concluídas em pouco mais de um mês. Por outro lado, tal equívoco não foi causa da prescrição da falta disciplinar, eis que 20 de setembro de 2013 a Comissão de Inquérito Administrativo constatou que o atraso na



movimentação dos feitos extrajudiciais ainda permanecia (fls. 224/262), motivo pelo qual o prazo prescricional ainda não havia sido iniciado.”

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “Sobre a suscitada demora do procedimento em epígrafe na Corregedoria Geral, foi encaminhado expediente ao Órgão Correicional deste Ministério Público do Estado do Ceará, a fim de apresentar manifestação sobre o assunto, contudo, o douto Corregedor-geral, a despeito da recomendação de resposta ao CNMP em documento único, informou, através do Memorando nº 071/2015-CGMP/PGJ/CE (DOC. 06) que “está tomando as medidas para o envio das informações solicitadas diretamente ao CNMP, no prazo 15 (quinze) dias, e em igual prazo enviará cópia a sua Assessoria”(sic). Por intermédio do Provimento nº 135/2013, de 15/04/2013, protocolado sob o nº 14797/2013-6, foi instaurado Inquérito Administrativo em desfavor do Promotor de Justiça Evânio Pereira de Matos. Em 04/11/2013, a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo concluiu a instrução dos Inquéritos Administrativos nº 14797/2013-6 e 16843/2013-6 (instaurado pelo Provimento nº 145/2013, de 21/06/2013), oportunidade em que decidiu unificá-los, para apurar os fatos no único feito, por se tratarem de fatos conexos, relacionados à atuação do mesmo agente ministerial. Em atenção ao Memorando nº 023/2014/CPIA/PGJ, de 15/09/2014, protocolado sob o nº 32120/2014-7, o Procurador-Geral de Justiça, por intermédio do provimento nº 179/2014, prorrogou por mais 30 (trinta) dias o Provimento nº 145/2013, datado de 21/06/2013, referente ao Inquérito nº 16843/2013-6. De igual modo, em atenção ao **Memorando** nº 024/2014/CPIA/PGJ, de 17/09/2014, protocolado sob o nº 32121/2014-5, o Procurador-Geral de Justiça, por intermédio do provimento nº 178/2014, prorrogou por mais 30 (trinta) dias o Provimento nº 135/2013, datado de 15/04/2013, referente ao Inquérito nº 14797/2013-6. Em 18/09/2014, a Comissão Permanente de Inquérito elaborou o relatório conclusivo dos Inquéritos administrativos nº 14797/2013-6 e 16843/2013-6, oportunidade em que sugeriu a instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Em setembro de 2014, os referidos autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica do PGJ, a qual em, 14/05/2015 minutou o despacho do PGJ, por meio do qual restou determinado que a Comissão Permanente de Inquérito providenciasse o apensamento dos citados Inquéritos, a fim de que o relatório conclusivo passasse a se localizar ao final do caderno processual unificado. Determinou-se, outrossim, que, cumprida a diligência, os fólios fossem encaminhados ao Conselho Superior do Ministério Público, em atenção ao §3º, do art. 258 da LC nº 72/08. Apesar dos fólios terem sido encaminhados ao Conselho Superior do Ministério Público em junho de 2015, somente em 04/08/2015, na 5ª Sessão Extraordinária, o esse respeitável órgão colegiado apreciou o relatório apresentado pela Comissão Permanente de Inquérito e decidiu pelo arquivamento dos autos, em face da prescrição da pretensão punitiva administrativa. De fato, urge reconhecer que o Inquérito Administrativo nº 14797/2013-6 permane-



ceu na Assessoria Jurídica por um período considerável, aguardando a elaboração da minuta da decisão do Procurador-Geral de Justiça. Ocorre que, conforme exposto alhures, a demora está associada a demanda de feitos administrativos e judiciais de responsabilidade da Assessoria Jurídica do PGJ, cuja análise era realizada em observância a ordem de recebimento no setor. Não obstante, após verificar que determinados feitos demanda prioridade de análise, a exemplo dos disciplinares, esta Assessoria Jurídica já adotou providências para assegurar o exame prioritário de tais demandas. Afora isso, cumpre registrar que, apesar do Inquérito nº 14797/2013-6 ter permanecido nesta Assessoria Jurídica por prazo não razoável, a prescrição administrativa restou ocorrida antes mesmo dos citados autos aportarem neste órgão. É que, conforme consta dos autos, o Inquérito foi instaurado em 15/04/2013 e o relatório conclusivo fora apresentado apenas em 18/09/2014, ou seja, depois de já decorrido 01 (um) ano. Diante disso, se a conduta imputada ao agente ministerial era punida com pena de advertência, ainda que se aplicasse, no caso, o entendimento já exposto sobre a interrupção do prazo prescricional, o reconhecimento da prescrição se mostra devido por já ter decorrido 01 (um) ano sem a conclusão do procedimento disciplinar previsto em lei. No que respeita à falta de instauração imediata do PAD com base no relatório de correção realizada pela Corregedoria-Geral, cumpre esclarecer que, a sistemática de apuração de falta disciplinar de membros deste Ministério Público, disposta na Lei Complementar nº 72/2008, compreende a sindicância, o inquérito administrativo e o processo administrativo disciplinar. A sindicância não é fase obrigatória. É o que se depreende do art. 253 da LC nº 72/08, segundo o qual “a sindicância é procedimento que tem por objeto a coleta preliminar de dados para instauração, se necessário, de inquérito administrativo.” Por outro lado, a instauração do inquérito administrativo, diferentemente da sindicância, é uma fase imprescindível para a instauração do processo administrativo disciplinar, estrito senso, ou seja, constitui-se em peça investigativa obrigatória, cujo objetivo é o de instruir os autos do processo administrativo, dando maior oportunidade ao indiciado de apresentar defesa preliminar, bem como a juntada de documento ou oitiva de testemunhas para melhor demonstração de inexistência de falta funcional. Em reforço ao raciocínio ora traçado, cumpre destacar o disposto no artigo 260, § 2º, da Lei Complementar nº 72/2008: “Art. 260. §2º Da Comissão de Processo Administrativo não poderá participar quem haja integrado a **precedente** Comissão de Inquérito. (destaque nosso)” Conclui-se, assim, que o inquérito administrativo precederá a instauração do PAD, razão pela qual este Procurador-Geral de Justiça determinou a instauração de inquérito administrativo e não de processo administrativo, conforme sugerido pelo órgão sensor. Sobre o período em que o processo estava a cargo da Comissão Permanente de Inquérito, a mesma asseverou que se tratava de feito complexo, com várias imputações ao Promotor de Justiça investigado, pedido de diligências(juntada de documentos, etc) visitas à Comarca de Mucambo-CE, com acompanhamento dos feitos judiciais e administrativos, entendendo o processo



não ter sido alcançado pela prescrição, deliberou pela instauração de Processo Administrativo disciplinar. (DOC. 08). A Secretaria dos Órgãos Colegiados apresentou histórico de tramitação do processo no Conselho Superior do Ministério Público, transcrevendo a decisão exarada, pelo arquivamento do feito. (DOC. 12)”

10040/2014-3	Protocolo	Tumulto processual, em razão da tramitação de diversos expedientes em conjunto e das sucessivas remessas e devoluções entre os diversos órgãos da Administração encarregados da persecução administrativa; demora na apreciação de representação pelo Procurador-Geral de Justiça, que recebeu o expediente em 06/08/2012, mas se manifestou somente em 20/03/2013, deixando de enfrentar a questão atinente a possível prática de crime.	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça a respeito da aparente omissão e demora apontada.
--------------	-----------	---	---

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “O expediente a que se refere a digna Corregedoria Nacional corresponde ao Ofício nº 158/APROSPEC/2012 – protocolizado sob o nº 19481/2012-4, datado de 12 de junho de 2012, subscrito pelo então Diretor Presidente, em exercício, da Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará – o qual tinha por escopo encaminhar suposta denúncia envolvendo o PM Francisco Nilber do Nascimento Terceiro, Soldado Lidervalber Nogueira Castro e o Promotor de Justiça Joathan de Castro Machado, por fato ocorrido em 21 de junho de 2012. Nessa oportunidade, o requerente solicita designação de outro membro ministerial para funcionar nos processos pertinentes às movimentações pa-



redistas de 2011/2012. Tal expediente, de fato, foi recebido pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, na data de 06 de agosto de 2012. Em 20 de março de 2013, o PGJ apreciou, denegando, o pedido de designação de outro membro do MPCE para atuar no caso supra apontado e encaminhou o feito à Corregedoria-Geral, uma vez que já havia Sindicância instaurada por meio da Portaria nº 017/2012/CGMP, desde 18 de dezembro de 2012. Na verdade, consta do Relatório apresentado pela Comissão de Sindicância, nos autos de nº 32906/2012-3, que em 30 de outubro de 2012, antes mesmo da instauração da sindicância, o Promotor de Justiça investigado foi notificado para oferecer alegações que entendesse pertinentes. Isso significa que, muito embora se reconheça a demora, não houve qualquer prejuízo dela decorrente, tendo em vista que os fatos imputados ao Promotor de Justiça Joathan de Castro Machado já estavam sendo investigados pela Corregedor-Geral do MPCE desde outubro de 2012. Em relação à conduta delituosa correspondente ao mesmo ilícito administrativo então apurado, cumpre esclarecer que o Procurador-Geral de Justiça, inicialmente, entendeu prudente aguardar a conclusão do Inquérito Administrativo, ao apreciar o relatório conclusivo da sindicância instaurada em desfavor do supra mencionado Promotor de Justiça (PA 32906/2012-3, fl. 238). Em seguida, ao analisar o Recurso manejado pelo investigado contra a decisão do Conselho Superior do MPCE que determinou a instauração de PAD, o Relator Francisco Gadelha da Silveira entendeu que inexistia nos autos elemento de convicção a denotar que o Promotor de Justiça Joathan de Castro Machado, de maneira deliberada e consciente, buscou prejudicar o Sd PM Francisco Nilber do Nascimento Terceiro. Assim, carentes os fólios da demonstração do dolo específico, qual seja, a direção da vontade em desfavor de um terceiro, não haveria como falar em prática delituosa, tampouco de prática infracional. Esse entendimento conduziu a decisão do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, que deu provimento ao Recurso, deliberando pelo arquivamento do Inquérito Administrativo nº 19481/2012-4 e seus anexos e consequente não instauração de processo disciplinar em desfavor do recorrente (PA nº 8630/2014-5 pag. 53 2ª parte). Em virtude desse entendimento, o Procurador-Geral de Justiça deixou de denunciar criminalmente o Promotor de Justiça Joathan de Castro Machado, fato que foi, inclusive mencionado na manifestação do membro auxiliar da Corregedoria Nacional, na Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.000834/2012-67, deflagrada por força dos mesmos fatos, acolhida pelo Excelentíssimo Corregedor Nacional do Ministério Público (pág. 85, 2ª parte).”

22887/2014-3	Protocolo	1- Ausência de informações quanto às providências solicitadas pela Cor-	manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto às providências
---------------------	-----------	---	--



		<p>regedoria-Geral à Procuradoria-Geral de Justiça para revogar a designação cumulativa do promotor de justiça investigado. 2- A portaria do inquérito administrativo é de 11.06.14, a instalação de 21.07.14, o interrogatório de 11.08.14, a citação de 22.08.14, a defesa de 08.08.14, o relatório final de 28.05.15 (com conclusão pela instauração de PAD) e a decisão de remessa ao CSMP de 16.06.15. Todavia, duas certidões, expedidas pela servidora Cicila Daiane Barbosa de Oliveira Duarte, contraditoriamente, apontam como data da juntada da citação e da defesa, respectivamente, em 22.08.15 (fl. 17) e 08.09.15 (fl. 20). 3) Ocorrência de prescrição, com demora na conclusão do inquérito, que tramitou por quase um ano. 4) Omissão de apreciação por parte da Comissão Processante e pelo Conselho Superior sobre a questão relativa</p>	<p>solicitadas pela Corregedoria-Geral para revogar a designação cumulativa do promotor de justiça investigado; quanto à aparente contradição nas datas dos atos processuais e certidões lavradas pela servidora Cicila Daiane Barbosa de Oliveira Duarte nos autos do Inquérito Administrativo 22887/2014-3; a respeito da aparente demora na conclusão do procedimento pela Comissão Permanente de Inquérito e omissão na apreciação da atualidade das infrações disciplinares.</p>
--	--	--	---



		à possível atualidade das infrações disciplinares - que poderia postergar o início da contagem do prazo prescricional.	
--	--	--	--

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “No que tange à 1ª observação, foi encaminhado expediente ao Órgão Correicional deste Ministério Público do Estado do Ceará, a fim de apresentar manifestação sobre o assunto, contudo, o douto Corregedor-geral, a despeito da recomendação de resposta ao CNMP em documento único, informou, através do Memorando nº 071/2015-CGMP/PGJ/CE (DOC. 06) que “está tomando as medidas para o envio das informações solicitadas diretamente ao CNMP, no prazo 15 (quinze) dias, e em igual prazo enviará cópia a sua Assessoria”(sic). Já quanto ao 2º apontamento, a servidora Cicila Daiane Barbosa de Oliveira Duarte informou que a aparente contradição nas datas dos atos processuais e certidões lavradas nos autos do Inquérito Administrativo 22887/2014-3 decorreu de erro material de grafia, aduzindo que, onde se lê 22.08.15 (fl. 17) e 08.09.15 (fl. 20), leia-se, respectivamente, 22.08.14 e 08.09.14. (DOC. 13). Acerca da ocorrência de prescrição, com demora na conclusão do inquérito, que tramitou por quase um ano, inserida na 3ª observação, a Presidente da Comissão Permanente de Inquérito, Procuradora de Justiça Fátima Diana Rocha Cavalcante, informou que se trata de feito complexo com várias imputações ao Promotor de Justiça investigado e que a Comissão, entendendo que o mesmo não estava prescrito, vez que os feitos em tramitação e de responsabilidade do Promotor de Justiça investigado continuavam em atraso, deliberou pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar. (DOC. 08). Por fim, a respeito da alegada omissão de apreciação por parte da Comissão Processante e pelo Conselho Superior sobre a questão relativa à possível atualidade das infrações disciplinares – que poderia postergar o início da contagem do prazo prescricional (nº 4) a Comissão Processante aduziu que, de sua parte, deliberou pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar. (DOC. 08). Já o Conselho Superior do Ministério Público, sobre o assunto, em Sessão realizada no dia 17/11/2015, informou que “o único marco de interrupção do prazo prescricional das infrações administrativas disciplinares é a instauração do processo administrativo disciplinar, consoante dispositivo em vigor da Lei Complementar Estadual nº 72/2008”. (DOC. 11)”

22887/2014-3	Protocolo	<p>1- Ausência de informações quanto às providências solicitadas pela Corregedoria-Geral à Procuradoria-Geral de Justiça para revogar a designação cumulativa do promotor de justiça investigado. 2- A portaria do inquérito administrativo é de 11.06.14, a instalação de 21.07.14, o interrogatório de 11.08.14, a citação de 22.08.14, a defesa de 08.08.14, o relatório final de 28.05.15 (com conclusão pela instauração de PAD) e a decisão de remessa ao CSMP de 16.06.15. Todavia, duas certidões, expedidas pela servidora Cicila Daiane Barbosa de Oliveira Duarte, contraditoriamente, apontam como data da juntada da citação e da defesa, respectivamente, em 22.08.15 (fl. 17) e 08.09.15 (fl. 20). 3) Ocorrência de prescrição, com demora na conclusão do inquérito, que tramitou por quase um ano. 4) Omissão de apreciação por parte da</p>	<p>manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto às providências solicitadas pela Corregedoria-Geral para revogar a designação cumulativa do promotor de justiça investigado; quanto à aparente contradição nas datas dos atos processuais e certidões lavradas pela servidora Cicila Daiane Barbosa de Oliveira Duarte nos autos do Inquérito Administrativo 22887/2014-3; a respeito da aparente demora na conclusão do procedimento pela Comissão Permanente de Inquérito e omissão na apreciação da atualidade das infrações disciplinares.</p>
--------------	-----------	---	--



		Comissão Processante e pelo Conselho Superior sobre a questão relativa à possível atualidade das infrações disciplinares - que poderia postergar o início da contagem do prazo prescricional.	
31441/2014-8	Protocolo	Decisão do Procurador-Geral de Justiça de não acolher a sugestão do Corregedor-Geral para abertura de Inquérito Administrativo, ao argumento de que houve o adimplemento das obrigações pelo Promotor de Justiça, sem, contudo, ouvir o Órgão disciplinar ou apreciar a falta de cumprimento das determinações da Corregedoria-Geral.	Manifestação do Procurador-Geral de Justiça quanto à aparente omissão apontada.

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “A Sindicância instaurada mediante a Portaria nº 016/2014/CGMP, de 08 de setembro de 2014, em desfavor do Promotor de Justiça JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO, titular da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Fortaleza, com vistas a apurar o não atendimento de recomendação expedida por ocasião de correição realizada no citado órgão de execução, em 05 de fevereiro de 2014, pela douta Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará. Ocorre que, após exame de todo dos autos, este subscritor observou que a imputação seria de que o sindicato teria deixado de: i) implementar os Livros Obrigatórios de Controle de Atendimento ao Público e Registro de Inquérito Civil; ii) fiscalizar Termos de Ajustamento de Condutas; iii) impulsionar procedimentos administrativos paralisados há mais de 90 (noventa) dias; iiiii) regularizar os procedimentos adminis-



trativos de acordo com a Resolução nº 07/2010 do Colégio de Procuradores de Justiça e Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público. Contudo, antes desta Chefia Ministerial se pronunciar a respeito da instauração ou não de Inquérito, o sindicato peticionou nos autos e demonstrou o fiel cumprimento da supracitada recomendação, convertendo os procedimentos administrativos em trâmite na 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano em Inquéritos Cíveis, Procedimentos Preparatórios e Notícias de Fato, observando, assim, as resoluções que disciplinam a matéria, bem como demonstrou a adoção de medidas no sentido de acompanhar a fiel execução de Termos de Ajustamento de Conduta e que os trabalhos do supracitado órgão de execução foram ajustados à taxonomia emanada do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), restando regularizados os registros no Livro de Registro de Inquérito Cível, no Livro de Registro e Controle de Instauração de Procedimentos Extrajudiciais e no Livro de Registro de Atendimento ao Público. Por essas razões, entendi não haver justa causa para constranger o agente ministerial a inquérito administrativo, juízo realizado com supedâneo no parágrafo único do artigo 254 da Lei Complementar nº 72/2008 e fundamentado nas provas colacionadas pelo sindicato, determinando, por conseguinte, o arquivamento dos autos. (DOC. 09)”

9.3. Análise dos arquivos físicos

A vistoria do arquivo físico da Corregedoria-Geral permitiu as seguintes constatações:

9.3.1. Não houve o atendimento, pela Corregedoria-Geral do Ceará, da requisição feita pela Corregedoria Nacional - no sentido de encaminhar, para análise do órgão nacional, todos os processos e procedimentos de natureza disciplinar, arquivados ou em trâmite desde de 2012 (Ofício nº 2715/2015/CNMP-CN/GAB), na medida em que verificada a existência de 47 caixas contendo procedimentos de natureza disciplinar (de 2012, 2013 e 2014) e 57 feitos (22 de 2014 e 35 de 2015, ainda não encaixotados) aguardando arquivamento. Convém registrar, como decorrência da vistoria das caixas, os seguintes números de protocolo nº 11814/2012-4 (sobre ausência a plantão), protocolo nº 14303/2012-5 (sobre falta de urbanidade), protocolo nº 16156/2012-5 (sobre atraso processual), protocolo nº 4200/2012-5 (sobre atraso processual, com acompanhamento pelo CNMP); protocolo nº 23707/2012-5 (sobre abuso); protocolo nº 274/2012 (arquivamento de sindicância / Operação Província II); protocolo nº 25209/2013-9 (sobre ausência injustificadas em audiência); protocolo nº 12265/2013-6 (sobre atraso processual / processo solto na prateleira); protocolo nº 22614/2013-3 (sobre falta de urbanidade); protocolo nº 21053/2013-5 (sobre omissão na interposição de recurso de caso com repercussão internacional); protocolo nº 27618/2014-7 (não comparecimento a ato judicial); protocolo nº 27837/2014-3 (sobre abuso de autoridade); protocolo



nº 3825/2014-6 (sobre omissão de deveres em caso de criança vítima de abuso sexual); protocolo nº 10140/2014-1 (sobre omissão em investigação); protocolo nº 5891/2015-3 (sobre atraso processual); protocolo nº 6107/2015-3 (sobre atraso na movimentação de inquérito civil).

MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “A resposta ao presente item é a mesma constante do item 9.1.6 supra.”

9.3.2. Foram apresentados pela secretária Elaine Gomes Barboza relatórios extraídos do sistema eletrônico de controle sobre os feitos disciplinares arquivados, mas, parte deles, não correspondem ao arquivo físico (como, por exemplo, os protocolos nº 11814/2012-4, nº 14303/2012-5; nº 4200/2012-5; 25209/2013-9; 22265/2013-6; e protocolo nº 3825/2014-6).

10. ESTÁGIO PROBATÓRIO

O acompanhamento é feito de forma eletrônica, com periodicidade trimestral, sendo o prazo de resposta de 30 (trinta) dias. São atribuídos os conceitos ótimo, bom, normal e insuficiente. Não é feita avaliação psicológica ou psiquiátrica dos membros. A inspeção pessoal dos membros em estágio probatório não é feita de forma sistemática, porém, há a remessa de cópia das atas de julgamento dos processos do plenário do Tribunal do Júri em que os membros participaram. O controle das causas suspensivas do vitaliciamento é feito através da Secretaria da Corregedoria-Geral, via sistema de Informação do Ministério Público – SIMP. A impugnação ao vitaliciamento pode ser levada a efeito pela Corregedoria-Geral ao longo do biênio. O contraditório é assegurado no âmbito do Conselho Superior. Este, o CSMP, ouvirá o Promotor interessado no prazo de 10 (dez) dias, dentro do qual poderá apresentar defesa prévia e requerer provas. Encerrada a instrução, que se fará dentro de 15 (quinze) dias, o interessado terá vista dos autos, pelo prazo de 10 (dez) dias, para oferecer alegações finais, contados da sua intimação pessoal. Na primeira reunião ordinária subsequente, o Conselho Superior do Ministério Público, presente a totalidade dos seus membros, decidirá sobre a impugnação, por voto por 2/3 (dois terços) dos seus integrantes em **escrutínio secreto** (artigo 131, § 5º, da Lei Complementar n.º 72/08. Da decisão contrária ao vitaliciamento caberá recurso ao Colégio de Procuradores, na forma do seu Regimento Interno, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação pessoal do interessado. Da decisão favorável ao vitaliciamento, proferida em processo de impugnação, caberá recurso do



impugnante ao Colégio de Procuradores no mesmo prazo previsto no parágrafo anterior. Os recursos serão decididos no prazo máximo de 30 (trinta) dias. O exame dos procedimentos de acompanhamento do estágio probatório é realizado pelo Conselho Superior do Ministério Público. A Corregedoria-Geral não participa do curso de formação dos membros. Atualmente, são oitenta e seis (86) membros em estágio probatório. Oitenta e quatro tomaram posse em 26 de outubro de 2014. Dois tomaram posse em 19 de agosto de 2015. Outros dezessete tomarão posse no mês de dezembro. O quadro total de membros do Ministério Público é quatrocentos e quarenta e um (441), vale dizer: cerca de um quinto do quadro do Ministério Público do Estado do Ceará encontra-se em estágio probatório. O Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará prevê, em seu artigo 11, que o Promotor de Justiça em estágio probatório remeterá, **trimestralmente**, à Corregedoria-Geral do Ministério Público cópias de, pelo menos, dez (10) trabalhos de sua autoria a seguir relacionados: a) matéria criminal, compreendendo pedidos de arquivamento de Inquéritos Policiais, denúncias, alegações finais, libelos, razões e contrarrazões de recurso ou outros pareceres que, pelo seu conteúdo, sirvam para aferir a sua qualificação profissional; b) matéria cível, compreendendo petições iniciais em processos de qualquer natureza, contestações e embargos, pareceres em mandados de segurança e ação popular, processos falimentares, portarias instauradoras de Inquéritos Cíveis Públicos, bem como os respectivos Relatórios, razões e contrarrazões de recursos, acordos extrajudiciais homologados e outros que, pelo seu conteúdo, sirvam para aferir a sua qualificação profissional. Consta da Lei Complementar n.º 72/2008, mais especificamente no seu artigo 130, que nos dois (02) primeiros anos de exercício no cargo, o Promotor de Justiça terá o seu trabalho examinado pelo Conselho Superior do Ministério Público, mediante a verificação dos seguintes requisitos: a) idoneidade moral, b) disciplina, c) dedicação, equilíbrio e eficiência no trabalho, d) pontualidade e assiduidade no exercício das suas funções, e) residência na Comarca, f) pontualidade na prestação de informações aos Órgãos da Administração Superior do Ministério Público. As peças são encaminhadas pelos Promotores de Justiça pelo chamado Sistema “Moodle”, via “on line”, no prazo de que trata o § 3º do artigo 11 do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará: *“O trimestre será computado a partir do primeiro dia útil após a posse do Promotor de Justiça, dispondo este de mais de 20 (vinte) dias após a implementação dos três meses, não computando os períodos de férias ou outros afastamentos temporários para entrega do Relatório na Corregedoria-Geral.”* São quatro Promotores-Corregedores que assessoram o Corregedor-Geral, sendo que, a cada um, compete o exame de vinte e um Promotores de Justiça em estágio probatório. O relatório trimestral é produzido e remetido ao Promotor de Justiça em estágio probatório, em geral, no prazo de trinta dias. Consta do artigo 13 do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do



Estado do Ceará que os relatórios trimestrais serão analisados pela Assessoria da Corregedoria-Geral, devendo ser levado em consideração, dentre outros critérios, a apresentação gráfica, argumentação, poder de convencimento, utilização de referências doutrinárias e jurisprudenciais e qualidade da redação, emitindo um dos seguintes conceitos: **ótimo, bom, normal e insuficiente**. Registra-se, ainda, que a concessão do conceito **insuficiente** não acarreta nenhuma consequência imediata. O Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará determina, ainda, que, no § 1º do artigo 11, deverão ser encaminhadas também cópias de Atas de Sessão de Julgamento do Tribunal Popular do Júri, Relatórios de visitas realizados a estabelecimentos penitenciários, bem como informações acerca do atendimento ao público. A Lei Complementar n.º 72, de 12 de dezembro de 2008, por seu turno, no capítulo do estágio probatório e vitaliciamento, nos seus artigos 130 a 132, estabelece a possibilidade de impugnação ao estágio probatório pelo Corregedor-Geral, competindo ao Conselho Superior decidir pela permanência ou não. A impugnação pode ser levada a efeito pela Corregedoria-Geral ao longo do biênio. O contraditório é assegurado no âmbito do Conselho Superior. Este, o CSMP, ouvirá o Promotor interessado no prazo de 10 (dez) dias, dentro do qual poderá apresentar defesa prévia e requerer provas. Encerrada a instrução, que se fará dentro de 15 (quinze) dias, o interessado terá vista dos autos, pelo prazo de 10 (dez) dias, para oferecer alegações finais, contados da sua intimação pessoal. Na primeira reunião ordinária subsequente, o Conselho Superior do Ministério Público, presente a totalidade dos seus membros, decidirá sobre a impugnação, por voto por 2/3 (dois terços) dos seus integrantes em **escrutínio secreto** (artigo 131, § 5º, da Lei Complementar n.º 72/08). Em outras palavras: não há fundamentada decisão administrativa e sim mera votação. Da decisão contrária ao vitaliciamento caberá recurso ao Colégio de Procuradores, na forma do seu Regimento Interno, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação pessoal do interessado. Da decisão favorável ao vitaliciamento, proferida em processo de impugnação, caberá recurso do impugnante ao Colégio de Procuradores no mesmo prazo previsto no parágrafo anterior. Os recursos serão decididos no prazo máximo de Justiça na carreira. Observa-se que a redação do artigo 131 da Lei Complementar n.º 72, de 12 de dezembro de 2008, que, como já destacado, disciplina o estágio probatório dos Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, não se mostra precisa. Consta o seguinte do texto legal: ***“Após implementado o biênio do estágio probatório, o Corregedor-Geral apresentará relatório circunstanciado ao Conselho Superior do Ministério Público, que apreciará os requisitos estabelecidos nesta Lei, decidindo fundamentadamente pela permanência ou não do Promotor de Justiça na carreira.”*** A imprecisão consiste na remessa do relatório circunstanciado **após** o implemento do biênio do estágio probatório. A esta altura, o Promotor de Justiça já é vitalício pelo transcurso do tempo, não sendo mais possível decidir pela sua não permanência na



carreira. O Regimento Interno da Corregedoria-Geral, é certo, prevê, no seu artigo 16, que, trinta (30) dias antes da implantação do biênio, o Corregedor-Geral do Ministério Público encaminhará ao Conselho Superior um relatório circunstanciado sobre atuação funcional e pessoal do Promotores de Justiça em estágio probatório, sugerindo fundamentadamente a permanência, ou não, deste na carreira. Não há, no histórico do Ministério Público do Estado do Ceará, notícia de **não** vitaliciamento de Membro em estágio probatório. Há um caso específico de Promotor de Justiça em estágio probatório – Doutor Pablo de Oliveira Alves – que, além de constatada a insuficiência de desempenho, há notícia de conduta desabonatória, mais especificamente subtração de refrigerantes por ocasião de um tombamento de carreta na rodovia. A Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará, segundo informações obtidas, levará a efeito a impugnação do estágio probatório. Paradoxalmente, o referido Promotor de Justiça foi promovido por merecimento. Não há previsão na legislação de regência – Lei Complementar ou Regimento Interno da Corregedoria-Geral – da realização de inspeções/correições nos Promotores de Justiça em estágio probatório. Estes, os Promotores de Justiça em estágio probatório, são inspecionados por ocasião de eventual habilitação em editais para remoção/promoção. Não há avaliação psicológica ou psiquiátrica dos Promotores de Justiça ao longo do estágio probatório. Aliás, segundo informações obtidas com os Promotores-Corregedores e a Subcorregedora-Geral, sequer houve avaliação psicológica ou psiquiátrica por ocasião do concurso de ingresso. Não há **prévio** curso de formação dos Promotores de Justiça em estágio probatório. Após a posse, os Promotores de Justiça assumem de imediato os respectivos cargos nas Promotorias de Justiça em que classificados. Ao longo do estágio probatório, em fins de semana sucessivos, os Promotores de Justiça frequentam um chamado “*Curso de Ingresso e Vitaliciamento dos Novos Membros do Ministério Público*” (calendário em anexo), com carga horária total de 180 horas/aula, patrocinado pela Escola Superior do Ministério Público, contendo as seguintes disciplinas: a) Tutela Constitucional (15h/a), b) Tutela Eleitoral (15h/a), c) Moralidade Administrativa (15h/a), d) Tutela Penal (15h/a), e) Tutela Civil, Ética e Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (15h/a), g) Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos (15h/a) h) Processo Civil (15h/a), i) Tutela Processual Penal (15h/a), j) Direitos Humanos (15h/a) e k) Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (45h/a). Em tal curso, a Corregedoria-Geral não tem qualquer protagonismo. Cumpre consignar, ainda, que, **antes** da posse da nova turma de oitenta e quatro (84) Promotores de Justiça, a Procuradoria-Geral de Justiça promoveu prévias reuniões – ao longo de uma semana – com os candidatos para fins de apresentação da Instituição. A Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Ceará, nesse período, teve um dia à sua disposição. Não há previsão na Lei Complementar n.º 72/08 de causas suspensivas do prazo do estágio probatório. A Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará, em casos tais, aplica o artigo 53 da Lei Federal



n.º 8.625/93. O controle das causas suspensivas do estágio probatório é feito pela Secretaria da Corregedoria-Geral do Ministério Público através de consultas periódicas ao SIMP (Sistema de Informações do Ministério Público). Em relação ao estágio probatório, a equipe de inspeção fez as seguintes observações:

MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “A despeito de não constar dentre as observações da equipe de inspeção, oportuno informar que, acerca da narrativa sobre a conduta do Promotor de Justiça Pablo de Oliveira Alves, em estágio probatório, quanto a subtração de refrigerantes por ocasião de um tombamento de carreta na rodovia, foi encaminhado expediente ao Órgão Correicional deste Ministério Público do Estado do Ceará, a fim de apresentar manifestação sobre o assunto, contudo, o douto Corregedor-geral, a despeito da recomendação de resposta ao CNMP em documento único, informou, através do Memorando nº 071/2015-CGMP/PGJ/CE (DOC. 06) que “está tomando as medidas para o envio das informações solicitadas diretamente ao CNMP, no prazo 15 (quinze) dias, e em igual prazo enviará cópia a sua Assessoria”(sic). De igual forma, os fatos foram levados ao conhecimento do Conselho Superior do Ministério Público, a fim de apresentar as considerações tidas por pertinentes, ao que a Secretaria daquele Órgão atestou (DOC. 12) que foi solicitada a impugnação em desfavor do Promotor de Justiça de Entrância Inicial Dr. Pablo de Oliveira Alves Nobre (Processo nº 41370/2015-4 (Anexo: 01 Volume), na data de 06/11/2015 às 15h33min, no qual figura como interessada a Exma. Dra. Suzanne Pompeu Sampaio Saraiva – Procuradora de Justiça Vice-Corregedor Geral do Ministério Público do Estado do Ceará, o qual foi distribuído para o Exmo. Sr. Conselheiro José Wilson Sales Júnior, consoante registro na Pauta da 42ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, realizada na data de 10/11/2015, tendo o relator solicitado a inclusão do processo em pauta para apreciação do Órgão Colegiado. No que respeita à menção, no aludido relatório preliminar de inspeção, de que “Paradoxalmente, o referido Promotor de Justiça foi promovido por merecimento”, a referida Secretaria transcreveu a Ata da 4ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público, realizada na data de 30/06/2015, na qual se observa que “o Senhor Conselheiro Dr. José Wilson Sales Júnior levantou a preliminar no sentido de suspender a apreciação do referido Edital, em razão do(a) candidato(a), Dr(a). Pablo de Oliveira Alves figurar em quinto precedente aos demais candidatos (as), por ser o(a) mais antigo(a) dentre os(as) requerentes habilitados(as), estando o(a) mesmo(a) com uma demanda de processos em atraso, por este motivo VOTOU pela SUSPENSÃO da apreciação da citada promoção convertendo a matéria em diligência para atualização dos processos em sua titularidade no prazo de 30(trinta) dias.” Ocorre que, por ocasião da sustentação oral, o Exmo. Sr. Promotor de Justiça Pablo de Oliveira Alves apresentou esclarecimentos, bem como foram apresentadas informações pelo Senhor Conselheiro



Dr. Miguel Ângelo de Carvalho Pinheiro acerca da regularidade do serviço do citado Promotor de Justiça, comprovada mediante documentos anexados em processo de inscrição para remoção na Entrância Intermediária sob sua relatoria. Dando-se por satisfeito, o Senhor Conselheiro José Wilson Sales Júnior retirou a proposta de suspensão do referido Edital, tendo o CSMP procedido à votação, que resultou na elaboração da lista tríplice, na seguinte ordem: 1º Pablo de Oliveira Alves, 2º Camila Frota Furlan e 3º Natália Saraiva Colares, seguindo-se da proclamação da promoção por merecimento do Exmo. Sr. Pablo de Oliveira Alves, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Tabuleiro do Norte, de Entrância Inicial, para a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Russas, de Entrância Intermediária.”

10.1. É fundamental que os Promotores de Justiça em acompanhamento do estágio probatório, ao longo do biênio, sejam submetidos, ao menos, a uma inspeção/correição. O exame trimestral de algumas peças selecionadas pelo próprio Promotor de Justiça em estágio probatório não tem o condão de permitir a avaliação escoreita dos seguintes requisitos: a) idoneidade moral, b) disciplina, c) dedicação, equilíbrio e eficiência no trabalho, d) pontualidade e assiduidade no exercício das suas funções, e) residência na Comarca, f) pontualidade na prestação de informações aos Órgãos da Administração Superior do Ministério Público. No mínimo, quando conferido o conceito **insuficiente** no Relatório do Estágio Probatório, sugere-se levar a efeito inspeção correição no cargo titulado pelo Promotor de Justiça em estágio probatório.

10.1.1. MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “Esta Corregedoria-Geral passará, doravante, a planejar seu calendário de correições/inspeções, dando prioridade às Promotorias titularizadas por membros em estágio probatório. Todavia, em que pese até então inexistir um programa específico de correições/inspeções voltados para o acompanhamento do estágio probatório, neste ano de 2015 a maioria dos membros vialiciandos foram inspecionados/correicionados, inclusive os dois membros que obtiveram conceito insuficiente.”

10.2. Deve-se cuidar para que todos os Promotores de Justiça ao longo do estágio probatório realizem trabalhos no Plenário do Tribunal do Júri.

10.3. É preciso prévio estágio de formação com os Promotores de Justiça em estágio probatório, conferindo à Corregedoria-Geral papel de protagonista.



10.3.1. RESPOSTA DA PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “Sobre essa recomendação, o Núcleo de Apoio Logístico a Concursos-NALCON informou que os aprovados no último certame foram convocados para participarem do Curso de Preparação para Ingresso na Carreira, Edital nº 028/2014, realizado pela Escola Superior do Ministério Público (DOC. 14). Segundo expediente oriundo da Escola Superior do Ministério Público (DOC. 15), responsável pela execução do Curso de Vitaliciamento de membros deste *Parquet*:

- 1) o Curso de Ingresso e Vitaliciamento para novos membros do Ministério Público é estruturado em dois módulos: Módulo I – 60 h/a e Módulo II – 180 h/a, perfazendo um total de 240 h/a;
- 2) a fase de vitaliciamento compreende necessariamente a participação do novo membro nos Módulos I e II;
- 3) a fase de ingresso se constitui no Módulo I, exclusivamente, sendo o seu objetivo de propiciar aos novos membros a visão orgânica do Ministério Público do Ceará;
- 4) o Módulo I foi realizado no período de 15 a 22 de setembro de 2014, no Auditório da Procuradoria Geral de Justiça com o devido controle de frequência, antecedendo a posse que se deu no dia 23 de setembro;
- 5) o Módulo II teve início em abril de 2015, havendo sido concluída a fase de apresentação de conteúdo programático, atendendo aos planos de ensino de cada disciplina, encontrando-se na fase de elaboração e entrega de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- 6) o Curso de Ingresso e Vitaliciamento é regulamentado pelo Conselho Consultivo da Escola Superior do Ministério Público do qual é membro nato o Corregedor-Geral do Ministério Público, que participou de todas as reuniões cujo referido curso foi matéria de discussão.”

10.4. Mostra-se necessária a alteração da Lei Complementar n.º 72/2008, no seu artigo 131, para que o relatório circunstanciado da Corregedoria-Geral do Ministério Público seja remetido ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo máximo de noventa (90) dias antes do final do biênio, viabilizando, com isso, em termos de prazo, o trâmite da impugnação de que trata os parágrafos referido artigo. No mesmo diapasão, o Regimento Interno da Corregedoria-Geral deve ser adaptado.

10.4.1. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “A matéria foi encaminhada à Assessoria de Políticas Institucionais, que informou estar contemplada na proposta de alteração da Lei Orgânica, no sentido de alterar o prazo para que o Corregedor Geral apresente relatório circunstanciado apreciando os requisitos para o vitaliciamento: “De acordo com a proposta (novo



caput do art. 131), tal relatório deverá ser apresentado no prazo máximo dos 90 (noventa) dias que antecedem à conclusão do biênio. Com mudança, possibilita-se o trâmite da impugnação de que tratam os parágrafos do mesmo artigo 131, os quais não sofrerão modificação. ” (DOC. 01). No que respeita à modificação/adaptação do Regimento Interno da Corregedoria-Geral, foi encaminhado expediente ao Órgão Correicional deste Ministério Público do Estado do Ceará, a fim de dar conhecimento do recomendado àquele Órgão, e para oportunizar a apresentação de consideração sobre o assunto, ao que o douto Corregedor-geral, a despeito da recomendação de resposta ao CNMP em documento único, informou, através do Memorando nº 071/2015-CGMP/PGJ/CE (DOC. 06) que “está tomando as medidas para o envio das informações solicitadas diretamente ao CNMP, no prazo 15 (quinze) dias, e em igual prazo enviará cópia a sua Assessoria”(sic).”

10.5. É possível representar ao Procurador-Geral de República para efeito de exame da constitucionalidade do § 5º do artigo 131 da Lei Complementar n.º 72/08 (escrutínio secreto para decidir à impugnação ao vitaliciamento).

10.5.1. MANIFESTAÇÃO RESPOSTA DA PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “Aludida recomendação foi prontamente acolhida e, como consequência, foi encaminhada representação à Procuradoria Geral da República, via correios, na data de 19 de novembro de 2015. (DOC. 16)”

10.6. É preocupante a inexistência de avaliação psicológica/psiquiátrica dos membros em estágio probatório.

10.6.1. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “O Núcleo de Apoio Logístico a Concursos-NALCON informou que o último certame realizado neste órgão para o cargo de promotor de justiça, regulado pelo Edital nº 001/2011, previu, no Capítulo XV, a realização de exame de sanidade física e mental como necessário à aferição, pela perícia média oficial, da aptidão ou não para ingresso no serviço público, estando os laudos periciais assentados na Ficha Funcional. (DOC. 14). Ademais, a proposta de alteração da Lei Orgânica, também atendendo à recomendação em questão, almeja inserir a avaliação psicológica dos membros do Ministério Público cearense como um dos critérios do estágio probatório. Desta feita, conforme a proposta de redação do art. 130, com a inserção do inciso VII, na oportunidade da decisão sobre o vitaliciamento de promotor de justiça, o exame psicológico passará a ser um dos elementos a serem considerados. (DOC. 01)”



11. CORREIÇÕES E INSPEÇÕES

As correções/inspeções são disciplinadas pelo Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará. Desde o ano de 2012, são realizadas, em média, 160 (cento e sessenta) correções por ano e 40 (quarenta) inspeções por ano. Em média, cada cargo é correccionado/inspecionado uma vez a cada três anos. Não há sistema eletrônico e nem é adotada a sistemática de relatório preliminar. A coleta de dados se opera no momento da correção/inspeção, ocasião em que é acessado o sistema de controle e registro dos feitos judiciais e extrajudiciais.

a) Aspectos avaliados nas inspeções e correções;

Trecho extraído do campo *“metodologia utilizada nos trabalhos”* de um relatório de correção (Relatório de Correção no cargo da Promotoria de Justiça de Missão Velha, realizado em 29.06.2015) - *“O trabalho de correção visa precipuamente a examinar a regularidade de atuação do órgão ministerial, tanto na área judicial, como na área extrajudicial, sobre a qual deverá incidir o foco de desenvolvimento de ações do Ministério Público, verificando-se, ainda, a assiduidade, eficiência e a desenvoltura neste atuar funcional, o que será aferido mediante o exame das pastas e livros existentes na Promotoria, de dados coletados na Secretaria de Vara e, ainda, do exame de processos arquivados e em tramitação, por amostragem, nos quais tenha havido intervenção do Ministério Público. Nos termos da Resolução n.º 43 do Conselho Nacional do Ministério Público, as atividades de correção ou inspeção abordarão os seguintes aspectos, dentre outros: a) livros ou sistemas de distribuição de autos de procedimentos administrativos, inquéritos civis, inquéritos policiais, processos judiciais e as respectivas movimentações; b) verificação quantitativa da entrada e saída de processos judiciais, inquéritos policiais e outros procedimentos administrativos por Membro da Unidade, no período a ser delimitado e que não poderá ser inferior a três meses; c) produção mensal do Membro do Ministério Público, abrangendo o saldo remanescente; d) verificação qualitativa, por amostragem, das manifestações do Membro lotado na Unidade a ser correccionada; e) atendimento ao expediente interno e ao expediente forense; f) cumprimento dos prazos processuais; g) regularidade no atendimento ao público; h) residência na unidade de lotação, ressalvadas as autorizações legais; i) avaliação do desempenho funcional, verificando-se, inclusive, a participação e a colaboração efetiva nas atividades da Unidade.”* A disciplina atividade fiscalizatória da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará encontra-se prevista nos artigos 31 *“usque”* 52 do seu Regimento Interno. Consta em tal diploma normativo que a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará fiscalizará a atuação funcional dos Membros da



Instituição através de: a) inspeção permanente, b) correição ordinária, c) correição extraordinária e d) visita de inspeção. A inspeção permanente será procedida pelos Procuradores de Justiça através do exame em processos que devam officiar, de peças oferecidas pelos Promotores de Justiça, procedendo às devidas anotações em fichas de conceito, com modelo impresso pela Corregedoria-Geral e encaminhando-as ao Corregedor-Geral do Ministério Público. As fichas com conceito “ótimo”, “bom” e “normal” serão automaticamente lançadas em seus “assentamentos”. As fichas com conceito “insuficiente” ou contendo observações negativas acerca da atuação funcional do Promotor de Justiça, assim como as peças processuais analisadas, serão encaminhadas ao Corregedor-Geral para apreciação, devendo o interessado ser ouvido, por escrito ou oralmente, após o que decidirá aquela acerca do registro em seus assentamentos. A correição ordinária será efetuada pessoalmente pelo Corregedor-Geral ou, por delegação, aos Promotores de Justiça Corregedores que oficiem junto à Corregedoria-Geral. A correição ordinária destina-se a verificar a regularidade do serviço, a eficácia e pontualidade dos Membros do Ministério Público, no exercício de suas funções e cumprimento das obrigações legais e das determinações dos órgãos de Administração Superior. Dos trabalhos correcionais será lavrado relatório, mencionando-se todas as ocorrências verificadas, medidas adotadas e sugestões para regularidade dos serviços, encaminhando-se uma via para o Promotor de Justiça correccionado e outra para o Conselho Superior do Ministério Público. A correição extraordinária será realizada a qualquer tempo, pessoalmente pelo Corregedor-Geral, de ofício ou por determinação do Procurador-Geral de Justiça ou do Conselho Superior do Ministério Público, objetivando a apuração de: a) abusos, erros ou omissões que incompatibilizem o Membro do Ministério Público para exercício do cargo ou funções; b) atos que comprometam o prestígio e a dignidade da Instituição; c) descumprimento de dever funcional ou procedimento incorreto do Membro do Ministério Público. Dos trabalhos correcionais será elaborado relatório circunstanciado a ser encaminhado ao órgão requisitante e ao Conselho Superior do Ministério Público, mencionando os fatos apurados, as providências adotadas e propondo as de caráter disciplinar ou administrativas que o caso comportar, bem como informando sobre o aspecto moral, intelectual e funcional do Membro do Ministério Público em referência. Consta, ainda, do regime normativo que, se a infração cometida pelo Promotor de Justiça for daquelas cujas competências para aplicação da respectiva punição seja do Corregedor-Geral, instaurará este, de logo, o devido procedimento administrativo, comunicando tal fato ao órgão requisitante e ao Conselho Superior do Ministério Público. A visita de inspeção, a cargo do Corregedor-Geral ou, por delegação deste a qualquer de seus Assessores, realizar-se-á a qualquer tempo, independentemente de prévio aviso, a fim de verificar a regularidade dos serviços ou para apurar reclamações acerca de erros, abusos ou omissões configuradoras de infrações disciplinares, quando conveniente e oportuno. Se, da inspeção realizada, verifica-se violação de dever imposto ao Membro do Ministério



Público, poderá o Corregedor-Geral, de ofício, determinar a instauração de sindicância ou processo administrativo, nos casos em que tenha competência para aplicar a correspondente punição, ou encaminhará relatório ao Procurador-Geral, com tal sugestão, nos demais casos. Em relatório de correição examinado ao concreto (em anexo) – na Promotoria de Justiça da Comarca de Missão Velha, na data de 29 de junho de 2015 – foi explicitada a metodologia que é utilizada, como regra, nos trabalhos de tal natureza, a saber: *“O trabalho de correição visa precipuamente a examinar a regularidade de atuação do órgão ministerial, tanto na área judicial, como na área extrajudicial, sobre a qual deverá incidir o foco de desenvolvimento de ações do Ministério Público, verificando-se, ainda, a assiduidade, eficiência e a desenvoltura neste atuar funcional, o que será aferido mediante o exame das pastas e livros existentes na Promotoria, de dados coletados na Secretaria de Vara e, ainda, do exame de processos arquivados e em tramitação, por amostragem, nos quais tenha havido intervenção do Ministério Público. Nos termos da Resolução n.º 43 do Conselho Nacional do Ministério Público, as atividades de correição ou inspeção abordarão os seguintes aspectos, dentre outros: a) livros ou sistemas de distribuição de autos de procedimentos administrativos, inquéritos civis, inquéritos policiais, processos judiciais e as respectivas movimentações; b) verificação quantitativa da entrada e saída de processos judiciais, inquéritos policiais e outros procedimentos administrativos por Membro da Unidade, no período a ser delimitado e que não poderá ser inferior a três meses; c) produção mensal do Membro do Ministério Público, abrangendo o saldo remanescente; d) verificação qualitativa, por amostragem, das manifestações do Membro lotado na Unidade a ser correicionada; e) atendimento ao expediente interno e ao expediente forense; f) cumprimento dos prazos processuais; g) regularidade no atendimento ao público; h) residência na unidade de lotação, ressalvadas as autorizações legais; i) avaliação do desempenho funcional, verificando-se, inclusive, a participação e a colaboração efetiva nas atividades da Unidade. Deste trabalho de verificação, poderá resultar a formulação de elogio à atuação do órgão ministerial, em sendo constatada a excelência do trabalho desenvolvido, ou a emissão de recomendação, para efetivação das correções necessárias, tudo em conformidade com o disposto no artigo 218, § 2º, da Lei Complementar n.º 72/08.”* O relatório de correição examina, também, a residência do Membro do Ministério Público na sede da Promotoria de Justiça, controle externo da atividade policial, procedimentos extrajudiciais em trâmite na Promotoria de Justiça e atendimento ao público. Em relação ao Tribunal do Júri, segundo informações obtidas junto aos Promotores Corregedores, há exame das atas das sessões realizadas. Foram realizadas as seguintes correições: ano de 2012: 196 (cento e noventa e seis); no ano de 2013: 147 (cento e quarenta e sete); no ano de 2014: 160 (cento e sessenta); ano de 2015: 129 (cento e vinte e nove). Foram realizadas as seguintes inspeções: ano 2012: 53 (cinquenta e três); ano 2013: 30 (trinta); ano 2014: 12 (doze); ano de 2015: 68 (sessenta e oito).



12. RESOLUÇÕES DO CNMP

a. **Controle Externo da Atividade Policial (Res. nº 20/CNMP):**

O controle das Resoluções CNMP 20, 56, 67, 71 do Conselho Nacional do Ministério Público é realizado pelo Núcleo de Gerenciamento e Estatística, onde atualmente está lotado apenas um servidor, Marcos Herbert Maier, formado em ciências atuariais, responsável por fornecer as informações à equipe de inspeção. No que concerne à Resolução nº 20/CNMP, vale registrar que o preenchimento de relatório de visitas semestrais às unidades policiais tornou-se obrigatório a partir da alteração da norma de controle externo, por meio da Resolução nº 121/CNMP, de março de 2015. A primeira visita, seguindo-se a nova sistemática, ocorreu entre os meses de abril de maio deste ano. Segundo relatório enviado à Corregedoria Nacional pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, o Estado do Ceará possui 154 unidades policiais cadastradas, dentre as quais apenas 7 não tiveram os respectivos relatórios preenchidos. A informação quanto ao nível de preenchimento foi confirmada mediante consulta ao sistema de resoluções do CNMP pelo servidor responsável. Segundo o servidor Marcos Maier, foi realizada intensa atividade de orientação pela Corregedoria-Geral quanto à importância do preenchimento pelos membros, o que resultou no alto índice de cumprimento da Resolução. Ademais, no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará, foi publicada a Portaria nº 038/2015/PJG, em que se delimitaram as áreas de atuação das Promotorias de Justiça para o exercício do controle externo da atividade policial e visitas às unidades policiais. Dessa forma, o controle quanto à responsabilidade pelo preenchimento resta facilitado por meio de consulta ao ato normativo. Considerando ser recente alteração da Resolução nº 20/CNMP, com a criação do relatório de visita técnica às unidades policiais, entende-se como satisfatória a atuação da Corregedoria-Geral inspecionada no acompanhamento e orientação dos membros quanto à necessidade de preenchimento, o que gerou alto nível de cumprimento da Resolução.

12.2. **Interceptação telefônica (Res. nº 36/CNMP):**

Para a prestação de informações relativas às interceptações telefônicas, o membro do Ministério Público do Estado do Ceará deve acessar a *Intranet*, e, no item resenha da Promotoria de Justiça, preencher um formulário eletrônico para prestar os dados requeridos pelo Conselho Nacional. De acordo com relatório extraído pela Corregedoria Nacional, os dados referentes ao mês de agosto



de 2015 ainda não haviam sido informados pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará, entretanto, durante a inspeção, o servidor Marcos Maier informou que a pendência foi sanada na data 20 de outubro de 2015, apresentando extrato do sistema para comprovação das informações.

12.3. Cronograma de inspeções e correições (Res. nº 43/CNMP):

Em cumprimento à Resolução nº 43/CNMP, o cronograma de inspeções e correições realizadas/a realizar pela Corregedoria-Geral do Ceará no ano de 2015 foi devidamente informado à Corregedoria Nacional, nos seguintes termos:

Janeiro/2015.

COMARCAS	DATA
URUBURETAMA	12
1ª ITAPIPOCA	13
2ª ITAPIPOCA	14
3ª ITAPIPOCA	15
JECC ITAPIPOCA	16
CAPISTRANO	19
GUARAMIRANGA	20
PACOTI	21
ARACOIABA	22
REDENÇÃO	23
12ª FAMÍLIA FORTALEZA	27
13ª FAMÍLIA FORTALEZA	27
14ª FAMÍLIA FORTALEZA	29



15ª FAMÍLIA FORTALEZA	29
-----------------------	----

Fevereiro/2015.

COMARCAS	DATA
UMIRIM	02
APUIARÉS	03
PENTECOSTE	04
SÃO LUÍS DO CURU	05
PARACURU	06
16ª FAMÍLIA FORTALEZA	10
17ª FAMÍLIA FORTALEZA	10
18ª FAMÍLIA FORTALEZA	12

Março/2015.

COMARCAS	DATA
RERIUTABA	02
MUCAMBO	03
PACUJÁ	04
GRAÇA	05
VARJOTA	06
JAGUARETAMA	09



<i>ERERÊ</i>	<i>10</i>
<i>IRACEMA</i>	<i>11</i>
<i>POTIRETAMA</i>	<i>12</i>
<i>ALTO SANTO</i>	<i>13</i>
<i>31ª CÍVEL FORTALEZA</i>	<i>16</i>
<i>33ª CÍVEL FORTALEZA</i>	<i>18</i>
<i>35ª CÍVEL FORTALEZA</i>	<i>24</i>
<i>37ª CÍVEL FORTALEZA</i>	<i>26</i>

Abril/2015.

COMARCAS	DATA
<i>ITAIÇABA</i>	<i>06</i>
<i>1ª ARACATI</i>	<i>07</i>
<i>2ª ARACATI</i>	<i>08</i>
<i>3ª ARACATI</i>	<i>09</i>
<i>JECC ARACATI</i>	<i>10</i>
<i>GENERAL SAMPAIO</i>	<i>13</i>
<i>1ª CANINDÉ</i>	<i>14</i>
<i>2ª CANINDÉ</i>	<i>15</i>
<i>CARIDADE</i>	<i>16</i>



<i>PARAMOTI</i>	<i>17</i>
<i>PROMOTORIA MILITAR FORTALEZA (inspeção)</i>	<i>27</i>

Maio/2015.

COMARCAS	DATA
<i>MERUOCA</i>	<i>04</i>
<i>ALCÂNTARAS</i>	<i>05</i>
<i>6ª SOBRAL</i>	<i>06</i>
<i>7ª SOBRAL</i>	<i>07</i>
<i>JECC SOBRAL</i>	<i>08</i>
<i>INDEPENDÊNCIA</i>	<i>11</i>
<i>QUITERIANÓPOLIS</i>	<i>12</i>
<i>NOVO ORIENTE</i>	<i>13</i>
<i>1ª NOVA RUSSAS</i>	<i>14</i>
<i>2ª NOVA RUSSAS</i>	<i>15</i>
<i>CHORÓ</i>	<i>18</i>
<i>PEDRA BRANCA</i>	<i>19</i>
<i>1ª BOA VIAGEM</i>	<i>20</i>
<i>2ª BOA VIAGEM</i>	<i>21</i>
<i>MADALENA</i>	<i>22</i>



<i>1ª EXECUÇÕES FISCAIS FORTALEZA</i>	<i>12</i>
<i>2ª EXECUÇÕES FISCAIS FORTALEZA</i>	<i>14</i>
<i>3ª EXECUÇÕES FISCAIS FORTALEZA</i>	<i>26</i>
<i>4ª EXECUÇÕES FISCAIS FORTALEZA</i>	<i>28</i>

Junho/2015.

COMARCAS	DATA
<i>GAECO</i>	<i>01</i>
<i>PORTEIRAS</i>	<i>15</i>
<i>PENAFORTE</i>	<i>16</i>
<i>JATI</i>	<i>17</i>
<i>1ª BREJO SANTO</i>	<i>18</i>
<i>2ª BREJO SANTO</i>	<i>19</i>
<i>JARDIM</i>	<i>22</i>
<i>MISSÃO VELHA</i>	<i>23</i>
<i>1ª BARBALHA</i>	<i>24</i>
<i>2ª BARBALHA</i>	<i>25</i>
<i>3ª BARBALHA</i>	<i>26</i>
<i>5ª EXECUÇÕES FISCAIS FORTALEZA</i>	<i>16</i>
<i>6ª EXECUÇÕES FISCAIS FORTALEZA</i>	<i>18</i>



Agosto/2015.

COMARCAS	DATA
MORAÚJO	17
URUOCA	18
SENADOR SÁ	19
1ª MASSAPÊ	20
2ª MASSAPÊ	21
UBAJARA	24
IBIAPINA	25
SÃO BENEDITO	26
CROATÁ	27
GUARACIABA DO NORTE	28
1ª SUCESSÕES FORTALEZA	11
2ª SUCESSÕES FORTALEZA	13
3ª SUCESSÕES FORTALEZA	25
4ª SUCESSÕES FORTALEZA	27
5ª SUCESSÕES FORTALEZA	25

Setembro/2015.

COMARCAS	DATA
BARRO	14



<i>MAURITI</i>	<i>15</i>
<i>MILAGRES</i>	<i>16</i>
<i>ABAIARA</i>	<i>16</i>
<i>JECC JUAZEIRO DO NORTE</i>	<i>17</i>
<i>1ª JUAZEIRO DO NORTE</i>	<i>21</i>
<i>PROMOTORIA DO JÚRI JUAZEIRO</i>	<i>21</i>
<i>2ª JUAZEIRO DO NORTE</i>	<i>22</i>
<i>3ª JUAZEIRO DO NORTE</i>	<i>22</i>
<i>6ª JUAZEIRO DO NORTE</i>	<i>23</i>
<i>5ª JUAZEIRO DO NORTE</i>	<i>24</i>
<i>1ª FALÊNCIAS FORTALEZA</i>	<i>10</i>
<i>2ª FALÊNCIAS FORTALEZA</i>	<i>29</i>

Outubro/2015.

COMARCAS	DATA
<i>CARIRIAÇU</i>	<i>19</i>
<i>NOVA OLINDA</i>	<i>20</i>
<i>4ª JUAZEIRO DO NORTE</i>	<i>21</i>
<i>7ª JUAZEIRO DO NORTE</i>	<i>21</i>
<i>VIOLENCIA DOMÉSTICA JUAZEIRO DO NORTE</i>	<i>22</i>



Novembro/2015.

COMARCAS	DATA
1ª EUSÉBIO	09
2ª EUSÉBIO	10
3ª EUSÉBIO	11
1ª MARANGUAPE	12
2ª MARANGUAPE	13
3ª MARANGUAPE	23
1ª PACAJUS	24
2ª PACAJUS	25
1ª PACATUBA	26
2ª PACATUBA	27
1ª INFÂNCIA E JUV FORTALEZA	03
2ª INFÂNCIA E JUV FORTALEZA	05
3ª INFÂNCIA E JUV FORTALEZA	17
4ª INFÂNCIA E JUV FORTALEZA	19
5ª INFÂNCIA E JUV FORTALEZA	24

Dezembro/2015.

COMARCAS	DATA
----------	------



12.4. Inspeções em estabelecimentos prisionais (Res. nº 56/CNMP):

Segundo informações prestadas à Corregedoria Nacional pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, o Estado do Ceará possui 169 estabelecimentos prisionais cadastrados. Até março de 2015, a Resolução nº 56/CNMP estabelecia o envio mensal dos relatórios. Atualmente, são três relatórios trimestrais e um anual, a serem enviados de acordo com o cronograma informado pelo Conselho Nacional, em virtude de alteração levada a efeito pela Resolução 120/CNMP. Extrato do sistema do CNMP remetido pela referida Comissão indica várias unidades prisionais do Estado do Ceará sem o preenchimento dos respectivos relatórios, nos últimos doze meses. Segundo o servidor Marcos Maier, a cobrança quanto às pendências não segue uma rotina, principalmente em razão de falta de estrutura de pessoal para realizar o levantamento. Outra dificuldade se refere à ausência de um ato normativo que vincule cada estabelecimento prisional a um ofício, como ocorre no caso das unidades policiais, descritas na Portaria 038/2015/PGJ. Dessa forma, quando constatada a falta de preenchimento de um relatório, a Corregedoria-Geral precisa pesquisar as diversas normas de atribuição para identificar o Órgão responsável pela inspeção do estabelecimento penal. Normalmente, a primeira promotoria da Comarca tem atribuições para a inspeção dos presídios. E finalmente, o servidor apontou a necessidade de alteração do sistema do CNMP para disponibilizar apenas os relatórios trimestrais. Ressaltou que a modificação da Resolução não foi acompanhada pela alteração do sistema, que ainda apresenta campo para preenchimento dos relatórios mensais. Isso faz com que os membros se confundam e preencham mensalmente, conquanto a norma determine a obrigação trimestral. Como a Corregedoria-Geral recebe os relatórios mensais, acaba tendo que validar todos os documentos, o que aumenta a carga de trabalho. Segundo o Promotor Corregedor Guilherme de Lima Soares, o atraso quanto às visitas aos estabelecimentos prisionais é verificado quando das correções e inspeções. Entretanto, não foi constatada rotina da Corregedoria-Geral de cobrança dos membros para o preenchimento dos relatórios de inspeção em atraso, nem foi identificada hipótese de apuração disciplinar em razão de descumprimento da Resolução e da Lei de Execução Penal. Segundo o Promotor Corregedor Guilherme de Lima Soares, o atraso quanto às visitas aos estabelecimentos prisionais é verificado quando das correções e inspeções.



12.5. Fiscalizações em unidades de cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade (Res. nº 67/CNMP):

Em consulta ao sistema de controle da Resolução nº 67/CNMP, verificou-se que estão cadastradas 11 (onze) unidades de cumprimento de medidas socioeducativas de internação e 6 (seis) de semiliberdade no Estado do Ceará. A sistemática de controle da Corregedoria-Geral é a mesma aplicada aos estabelecimentos prisionais, porém o índice de preenchimento das Resoluções relacionadas à área da Infância e Juventude é mais alto. Em consulta ao sistema de Resoluções do CNMP na data da inspeção, quanto aos relatórios anuais de 2015, constatou-se, em relação às unidades de Internação, que 9 (nove) relatórios foram enviados e 2 (dois) estão pendentes. Segundo o servidor Marcos Maier, essas duas unidades foram criadas recentemente e, por isso, não foram objeto da inspeção anual (Centro Educacional Dr. Zequinha Parente e Centro Socioeducativo Canindezinho). No que tange às unidades de semiliberdade, 3 (três) relatórios foram enviados e 3 (três) estão pendentes. O membro auxiliar responsável pela validação das informações das Resoluções nº 67 e 71/CNMP é o Promotor-Corregedor Daniel Isídio, que estava de férias na data da inspeção. Neste aspecto, também não foram identificadas rotinas de cobranças dos relatórios em atraso ou de apuração disciplinar da omissão constatada.

12.5.1. MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “Constatamos o não envio de 02 relatórios das Unidades de Semiliberdade e 01 Relatório de Internação, conforme certidão em anexo. A Corregedoria-Geral do Ministério Público, atenta às Resoluções 67 e 97, do CNMP, tem como sistemática de controle das inspeções e relatórios em atraso em unidades de cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, a cobrança periódica dos Promotores de Justiça responsáveis, por meio de contato telefônico, expedição de recomendação genérica e específica aos membros omissos, conforme se faz prova os documentos anexos, pretéritos à realização da inspeção da Corregedoria Nacional. Convém ressaltar que ao membro auxiliar Daniel Isídio de Almeida Júnior incumbe apenas a validação das informações recebidas, ficando a cargo do NUGET (Núcleo de Gerenciamento Estatístico), informar à Corregedoria-Geral do Ministério Público a existência de relatórios em atraso não remetidos pelos membros. Assim, justificamos a Vossa Excelência que esta Corregedoria-Geral tem, efetivamente, método de controle, porém com atuação limitada à sua reduzida e pequena estrutura de recursos humanos e físicos.”

12.6. Indicação dos termos e prazos prescricionais em procedimentos disciplinares (Res. nº 68/CNMP):



Não foi constatada pela equipe de inspeção a aposição, na capa dos procedimentos ou nos sistemas eletrônicos, de informação quanto ao prazo prescricional das faltas disciplinares, o que configura descumprimento da Resolução nº 68/CNMP.

12.6.1. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “Foi encaminhado expediente ao Órgão Correicional deste Ministério Público do Estado do Ceará, a fim de apresentar manifestação sobre o assunto, contudo, o douto Corregedor-geral, a despeito da recomendação de resposta ao CNMP em documento único, informou, através do Memorando nº 071/2015-CGMP/PGJ/CE (DOC. 06) que “está tomando as medidas para o envio das informações solicitadas diretamente ao CNMP, no prazo 15 (quinze) dias, e em igual prazo enviará cópia a sua Assessoria”(sic). Contudo, cumpre-nos informar que o registro da aludida informação enfrenta dificuldade na medida em que há divergência de entendimento entre o Procurador-Geral de Justiça com a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo e o Conselho Superior do Ministério Público, razão pela qual foi elaborada Consulta ao Conselho Nacional do Ministério Público, quanto a contagem do prazo prescricional das faltas disciplinares. É que, a propósito da interrupção do prazo prescricional, a Lei Complementar nº 72/2008, que estabelece a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará, disciplina a prescrição punitiva disciplinar da seguinte forma:

SUBSEÇÃO II

DA PRESCRIÇÃO

Art. 244. Prescreverá:

I – em 1 (um) ano, a infração punível com advertência;

II – em 2 (dois) anos, a infração punível com censura;

III – em 3 (três) anos, a infração punível com suspensão;

IV – em 4 (quatro) anos, a infração punível com remoção ou disponibilidade compulsórias;

V – em 5 (cinco) anos, a infração punível com demissão ou cassação da aposentadoria e disponibilidade, quando o fato não se constituir crime.

§1º A infração disciplinar, definida em lei como crime, terá o prazo de prescrição deste sujeito às mesmas causas de interrupção previstas na legislação penal.

§2º A contagem do prazo prescricional iniciará da data do fato.

§3º A instauração do processo administrativo-disciplinar interrompe a prescrição.



Pois bem, via de regra, a fixação do prazo prescricional é realizada com base na prática de infração punível com advertência, tendo em vista ser essa a penalidade aplicável à maior parte das condutas típicas disciplinares:

Art. 229. A advertência, procedida pelo Corregedor-Geral, por escrito e de forma reservada, aplica-se nos seguintes casos:

I – negligência no exercício da função;

II – desobediência às recomendações de caráter administrativo expedidas pelos órgãos de Administração Superior;

III – prática de ato reprovável;

IV – utilização indevida das prerrogativas do cargo;

V – descumprimento dos deveres funcionais previstos no art.212, incisos VII, VIII, IX, X, XII, XIII, XIV, XVI, XVII, XIX e XXI desta Lei;¹

VI – afastar-se injustificadamente do exercício das funções ou do local onde exerça as suas atribuições.

Assim sendo, boa parte das infrações disciplinares se submetem, em tese, ao prazo prescricional de 01 (um) ano, segundo revela o art. 244, inciso I, da Lei Complementar nº 72/2008. Tal prazo só é ampliado nos casos de reincidência ou nas condutas específicas a que são atribuídas sanções mais severas, bem como quando a infração disciplinar se constitui crime. Ora, a contagem do prazo tem início na data do fato, conforme preceitua o §2º do artigo 244. Assim entendido, a Administração teria até um ano para promover a punição do infrator (no caso de advertência, por exemplo), sob pena de não mais poder fazê-lo. Ocorre que, com base no parágrafo §3º do referido artigo, a instauração do processo administrativo-disciplinar interrompe a prescrição. Diante dessa previsão, o entendimento desse subscritor é que o prazo prescricional se interrompe quando da instauração da sindicância, daí a contagem seria reiniciada pelo prazo em tese, e assim, sucessivamente, quando da instauração do inquérito administrativo e do procedimento disciplinar. Isso porque §3º do artigo 244 da Lei Complementar nº 72/2008 dispõe que “a instauração do processo administrativo-disciplinar interrompe a prescrição”, sendo que nas Disposições Preliminares (Seção I), do Capítulo V, intitulado DO PROCESSO DISCIPLINAR, artigo 246, consta que o procedimento disciplinar compreende a sindicância, o inquérito administrativo e o processo administrativo. Já Comissão Permanente de Inquérito e o Conselho Superior do Ministério Público vem, reiteradamente, reconhecendo a prescrição da pretensão disciplinar a contar da data do fato, desconsiderando a interrupção operada pela instauração da sindicância, levando à extinção da punibilidade. Diante, pois, da divergência de entendimento, e considerando a necessidade de otimizar o



comando da RESOLUÇÃO nº 68/2011-CNMP, para a pronta informação quanto aos prazos prescricionais, foram lançados os seguintes questionamentos a esse CNMP (PCA 1.00292/2015-74):

- 1) A instauração de sindicância interrompe a contagem do prazo prescricional?
- 2) Em caso positivo, o prazo prescricional pode sofrer nova interrupção, quando das demais fases do processo disciplinar (inquérito administrativo e processo administrativo)?”

12.7. Inspeção dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (Res. nº 71/CNMP): Estão cadastradas 21 (vinte e uma) unidades de acolhimento institucional no Estado do Ceará, nos municípios com menos de 1 milhão de habitantes, e 32 (trinta e duas) unidades naqueles com maior número de habitantes, dentre estas, 8 (oito) estão inativas. Em consulta ao sistema de Resoluções do CNMP na data da inspeção, quanto aos relatórios anuais de 2015, constatou-se o seguinte: 31 (trinta e um) relatórios foram enviados e 15 (quinze) estão pendentes. Mais uma vez, cabe ressaltar a ausência de rotinas de cobranças dos relatórios em atraso ou de apuração disciplinar da omissão constatada.

12.7.1. MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “Em consulta ao Sistema de Resoluções, do site do CNMP, verificamos a pendência de remessa de 10 Relatórios das Casas de Acolhimento, e não 15, conforme registrado no Relatório Preliminar, a maioria em razão do encerramento das atividades de acolhimento pelas instituições. Todos os Promotores de Justiça que possuem atribuição de realizar a inspeção da Resolução nº 71/CNMP são periodicamente instados a cumprir a resolução. A Corregedoria-Geral do Ministério Público, atenta à Resolução 71, do CNMP, tem como sistemática de controle das inspeções e relatórios em atraso, a cobrança periódica dos Promotores de Justiça responsáveis, por meio de contato telefônico, expedição de recomendação genérica e específica aos membros omissos, ato normativo, conforme se faz prova os documentos anexos, pretéritos à realização da inspeção da Corregedoria Nacional. Assim, justificamos a Vossa Excelência que esta Corregedoria-Geral tem, efetivamente, método de controle, porém com atuação limitada à sua reduzida e pequena estrutura de recursos humanos e física, e que os 10 relatórios não remetidos já estão sendo objeto de fiscalização por parte desta Corregedoria-Geral.”

12.8. Controle do exercício do magistério (Res. nº 73/CNMP): O Ministério Público do Estado do Ceará dispõe de regramento interno próprio quanto ao exercício de magistério por seus membros, qual seja, o Provimento n. 04/2011- PGJ. A cada semestre, os membros que exercem o ma-



gistério devem comunicar o fato à Corregedoria-Geral, remetendo a documentação exigida na norma, como “*comprovação de que o expediente administrativo e judicial do órgão do Ministério Público esteja devidamente em ordem*”. A comunicação é autuada e submetida à consideração do Corregedor-Geral, procedendo-se à análise quanto ao cumprimento dos dispositivos regulamentares. Em caso de atendimento, é proferido despacho considerando regular o exercício do magistério, anotando-se nos assentamentos funcionais do membro. Finalmente, a informação de todos os membros que exercem o magistério é compilada em outro procedimento, destinado à prestação de informações ao Conselho Nacional do Ministério Público.

13. EM RELAÇÃO A OUTRAS ATIVIDADES EXERCIDAS PELO ÓRGÃO

13.1. Assentos funcionais. Não há controle de assentos funcionais na Corregedoria. A unidade de Recursos Humanos mantém as fichas físicas. Foi informado que está em vias de ser implantado, no início de 2016, um sistema (Sistema de Gestão de Pessoas) que reunirá todos os dados dos membros em uma ficha funcional virtual. Cada setor fará a alimentação dos dados de sua responsabilidade e as consultas poderão ser feitas por todos, de acordo com o perfil de acesso.

13.1.1. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA “Foi expedido o Memorando nº 142/2015/GAB/PGJ, de 11 de novembro de 2015, a fim de dar ciência e permitir o efetivo acompanhamento e observância, por parte da Secretaria Geral, do que fora afirmado a esse Egrégio Conselho Nacional, quanto ao assunto em epígrafe. (DOC. 17)”

13.2. Manifestações em procedimentos de autorização de residência fora da comarca. Provimento 44/2008-PGJ. A atribuição da Corregedoria se limita à análise dos requisitos de distância (50 Km) e de regularidade do serviço (certidões da secretaria da vara, da Promotoria e da Corregedoria sobre estar em dia com as resenhas).

13.3. Movimentação de quadro:

As promoções e remoções, após deferidas as inscrições pelo CSMP, são instruídas com um relatório elaborado pela Corregedoria-Geral. O relatório é confeccionado com base na certidão do RH sobre a vida funcional do membro, bem como de informações da própria corregedoria (relatórios de correições e inspeções e as resenhas estatística). A Corregedoria não tem acesso ao sistema RH. Está em vias de ser implantado (início de 2016) um sistema (Sistema de Gestão



de Pessoas) que reunirá todos os dados do membro em uma ficha funcional virtual. Cada setor fará a alimentação dos dados de sua responsabilidade. Todos poderão consultar, conforme os perfis de acesso.

13.3.1. MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. “Foi expedido o Memorando nº 142/2015/GAB/PGJ, de 11 de novembro de 2015, a fim de dar ciência e permitir o efetivo acompanhamento e observância, por parte da Secretaria Geral, do que fora afirmado a esse Egrégio Conselho Nacional, quanto ao assunto em epígrafe. (DOC. 17)”

13.4. Delegação do Procurador-Geral para prestar as informações requeridas pela Res. nº 74/CNMP:

O Provimento 168/2012-PGJ, que criou o NUGET - Núcleo de Gerenciamento Estatístico, em seu art. 1º, inciso IV, determina que é atribuição do referido núcleo alimentar e consolidar informações para atender as demandas oriundas do CNMP. A cada mês a STI disponibiliza um relatório consolidado com os dados preenchidos pelos membros (resenha CNMP). Sistema Resenha Web é utilizado para o preenchimento dos dados referentes à produção dos membros do Ministério Público. Há um formulário para a resenha local (dados de interesse do MP/CE) e outro para a resenha do CNMP (em especial da Resolução 74).

13.5. Relatório anual da Corregedoria.

O relatório anual da Corregedoria-Geral do Estado do Ceará foi regularmente apresentado ao Procurador-Geral de Justiça em 9 de fevereiro de 2015, em observância ao artigo 58, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual 72/2008. O documento compilou informações quanto às atividades de fiscalização exercidas pelo Órgão Disciplinar (inspeções), estatísticas dos Órgãos de Execução e outras atividades desenvolvidas pelas diversas unidades ministeriais.

13.6. Outras atividades exercidas pela Corregedoria-Geral:

O Provimento nº 010/2014 da PGJ disciplina a entrega da declaração de bens pelos membros, para análise da evolução do patrimônio, em observância ao artigo 26, incisos V e XVIII, da Lei Complementar Estadual 72/2008, e artigo 142, parágrafo primeiro, da Constituição do Estado do Ceará. O artigo 2º determina que os membros devem encaminhar a declaração ao Colégio de Procuradores e à Corregedoria-Geral, até trinta dias após a data limite fixada pela Secretaria da Receita Federal. A equipe de inspeção solicitou informações quanto à análise de algumas destas declarações de renda, porém obteve a resposta de que nem todos os membros prestaram as



informações. Sendo assim, solicitou-se a emissão de certidões quanto aos membros que não entregaram as declarações de bens. Observou-se, ainda, que nenhuma providência de cobrança ou responsabilização funcional havia sido tomada pela Corregedoria-Geral até a data da inspeção.

13.6.1. MANIFESTAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL. “Já estão sendo adotadas as providências pertinentes ao cumprimento do Provimento PGJ nº 010/2014, que disciplina a entrega da declaração de bens pelos membros, para fins de análise da evolução patrimonial, conforme se verifica do Processo nº 42141/2015-8, onde se determinou a expedição de ofício a todos os membros em atraso com a entrega das declarações para que o façam no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de instauração de Sindicância.”

14. PROPOSIÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL

14.1 – Quanto à estrutura de pessoal do Órgão (item 5.1.) – Considerando as constatações feitas pela equipe de inspeção quanto ao quadro de pessoal do Órgão mostrar-se insuficiente para o adequado cumprimento de sua missão, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público a expedição de **DETERMINAÇÃO** ao Procurador-Geral de Justiça para que, enquanto o projeto de reestruturação do quadro de pessoal da Corregedoria-Geral estiver sobrestado, empreenda esforços para realocar servidores de outras áreas, lotando-os transitoriamente naquela unidade, a fim de sanar a grave deficiência de pessoal no órgão correicional. No prazo de 30 (trinta) dias a Corregedoria Nacional será informada das medidas adotadas.

14.2. – Quanto à estrutura física (item 6.1.) – Diante do que foi constatado pela Equipe de Inspeção, em relação aos servidores que, por falta de espaço, desenvolvem suas atividades na sala de arquivo, em meio às estantes contendo caixas de documentos e procedimentos arquivados, local manifestamente inadequado e insalubre, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público a expedição de **DETERMINAÇÃO** ao Corregedor-Geral para que: a) Proceda a imediata retirada dos servidores que atualmente trabalham no interior da área de arquivo da Corregedoria-Geral, reacomodando-os nas demais salas do órgão, independentemente da conclusão da reforma de novo prédio destinado a abrigar a Administração Superior. No prazo de 15 (quinze) dias a Corregedoria Nacional será informada das medidas adotadas; b) Conste expressa designação de local para os servidores no projeto de



reforma. No prazo de 30 (trinta) dias a Corregedoria Nacional será informada das medidas adotadas.

14.3. – Quanto ao sistema de arquivo (item 7.1.) – Diante do que foi constatado pela Equipe de Inspeção, a Corregedoria Nacional entende que não é necessário o encaminhamento de proposições ao plenário do CNMP.

14.4. – Quanto à estrutura de tecnologia da informação (item 8) – Diante do que foi constatado pela Equipe de Inspeção, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público a expedição de **RECOMENDAÇÃO** ao Corregedor-geral para que : a) Todos os membros e servidores da Corregedoria-geral utilizem, obrigatoriamente, o sistema *Arquimedes* para consulta e extração de relatórios referentes à atividade-fim das Promotorias de Justiça, devendo apurar regularmente as inconsistências para garantir a confiabilidade dos dados; b) diligenciar junto a TODOS os Promotores de Justiça para que insiram os dados no sistema *Arquimedes*, cumprindo a determinação contida no Ato conjunto do Procurador-Geral e Corregedor-Geral; c) Todos os membros e servidores da Corregedoria-geral façam uso imediato da nova funcionalidade do sistema *portal web* desenvolvida especialmente a pedido da Corregedoria-geral, referente a tramitação interna de documentos e procedimentos. No prazo de 15 (quinze) dias a Corregedoria Nacional deverá ser informada das medidas adotadas em relação aos 3 itens constantes desta proposição.

14.5. Quanto aos procedimentos disciplinares (item 9) – Em que pese os esclarecimentos prestados, a Corregedoria Nacional já instaurou 26 Reclamações Disciplinares e determinou inspeção extraordinária em 7 Promotorias. Assim, a Corregedoria Nacional entende que não é necessário o encaminhamento de proposições ao plenário do CNMP uma vez que já tomou as medidas cabíveis ex officio.

14.6. Quanto ao estágio probatório (item 10.) – Quanto às questões relativas ao Estágio Probatório, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público a expedição de **RECOMENDAÇÃO** ao Procurador-Geral para que: **a)** Acompanhe a tramitação da proposta de alteração do caput do artigo 131 da Lei Orgânica, zelando para que o mesmo seja alterado contemplando o prazo máximo de noventa (90) dias antes do final do biênio, para que o relatório circunstanciado da Corregedoria-Geral do Ministério Público, a respeito do estágio probatório, seja remetido ao Conselho Superior do Ministério Público. No mesmo diapasão, o Regimen-



to Interno da Corregedoria-Geral deve ser adaptado; **b)** Acompanhe a tramitação de proposta de alteração do caput do artigo 130, com a inserção do inciso VII, para que o exame psicológico passe a ser um dos elementos a ser considerado para fins de aprovação no estágio probatório. No prazo de 60 (sessenta) dias a Corregedoria Nacional deve ser informada sobre as medidas até então adotadas. **DETERMINAÇÃO** ao Corregedor-Geral para que: **a)** Estabeleça a obrigatoriedade dos Promotores de Justiça em estágio probatório realizarem trabalhos no Plenário do Tribunal do Júri; **b)** Exerça papel de protagonista no Curso de preparação para ingresso na carreira, realizado pela Escola Superior do Ministério Público, participando do planejamento e garantindo, também, que a Corregedoria disponha de tempo adequado nos módulos do curso; **c)** Submeta os promotores em estágio probatório, ao menos, a uma inspeção/correição ordinária; **d)** Acompanhe a tramitação de proposta de alteração do caput do artigo 131 da Lei Orgânica, zelando para que o mesmo seja alterado contemplando o prazo máximo de noventa (90) dias antes do final do biênio, para que o relatório circunstanciado da Corregedoria-Geral do Ministério Público seja remetido ao Conselho Superior do Ministério Público. No mesmo diapasão, o Regimento Interno da Corregedoria-Geral deve ser adaptado; **e)** Acompanhe a tramitação de proposta de alteração do caput do artigo 130, com a inserção do inciso VII, para que o exame psicológico passe a ser um dos elementos a ser considerado para fins de aprovação no estágio probatório. No prazo de 60 (sessenta) dias a Corregedoria Nacional será informada das medidas até então adotadas.

14.7. Quanto às Correições e Inspeções (item 11) – A Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do Conselho Nacional expedir **DETERMINAÇÃO** para que o Corregedor-geral: **a)** Submeta os promotores em estágio probatório, ao menos, a uma inspeção/correição ordinária; **b)** Realize inspeção/correição nas Procuradorias de Justiça; **c)** Realize inspeção/correição observando os termos da Resolução nº 43 do CNMP. No prazo de 60 (sessenta) dias a Corregedoria Nacional será informada das medidas até então adotadas.

14.8. Quanto às Inspeções em estabelecimentos prisionais- Resolução nº 56/CNMP (item 12.4.) – A Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público expedir **DETERMINAÇÃO** para que o Procurador-Geral expeça Ato normativo que vincule cada estabelecimento prisional a um ofício. No prazo de 90 (noventa) dias a Corregedoria Nacional será informada das medidas até então adotadas. **DETERMINAÇÃO** ao Corregedor-Geral para que adote as providências cabíveis para o controle rotineiro o preenchimento dos relatórios de que trata a Resolução nº 56/CNMP, mediante o encaminhamento de cobranças formais aos membros em



atraso e, em caso de descumprimento, que tome medidas de cunho disciplinar. No prazo de 90 (noventa) dias a Corregedoria Nacional será informada das medidas até então adotadas.

14.9. Quanto às fiscalizações em unidade de cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade – Resolução nº 67/CNMP (item 12.5.) - Considerando o regular índice de preenchimento das informações constantes das Resoluções nºs 67 do CNMP, a Corregedoria Nacional entende que não é necessário o encaminhamento de proposições ao plenário do CNMP.

14.10. Quanto à indicação dos termos e prazos prescricionais em procedimentos disciplinares – Resolução nº 68/CNMP (item 12.6.) – Quanto ao constatado pela Equipe de Inspeção no item 12.6., a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público expedir **DETERMINAÇÃO** para que o Corregedor-Geral adote as providências cabíveis para que se insira na capa de todos os procedimentos de caráter disciplinar indicação do prazo prescricional, que deverão constar também, no sistema eletrônico, em cumprimento a Resolução nº 68/CNMP. No prazo de 30 (trinta) dias a Corregedoria Nacional deve ser informada das medidas adotadas.

14.11. Quanto à inspeção dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes – Resolução nº 71/CNMP (item 12.7.) - A Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público expedir **DETERMINAÇÃO** para que o Corregedor-Geral adote as providências necessárias ao controle rotineiro do preenchimento dos relatórios de que trata a Resolução nº 71/CNMP, mediante o encaminhamento de cobranças formais aos membros em atraso e, em caso de descumprimento, que tome medidas de cunho disciplinar. No prazo de 60 (sessenta) dias a Corregedoria Nacional deve ser informada das medidas adotadas.

14.12. Quanto ao exercício do magistério – Resolução nº 73/CNMP (item 12.8.) - Diante do que foi constatado pela Equipe de Inspeção, a Corregedoria Nacional entende que não é necessário o encaminhamento de proposições ao plenário do CNMP.

14.13 – Quanto aos assentos funcionais (item 13.1.) – A Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público expedir **DETERMINAÇÃO** para que a Correge-



dor-Geral adote as providências necessárias ao controle eletrônico dos assentos funcionais conforme informação de implantação prevista para início de 2016. No prazo de 120 (cento e vinte dias) dias a Corregedoria Nacional deve ser informada das medidas adotadas.

14.14. Manifestações em procedimentos de autorização de residência fora da comarca (item 13.2) -Diante do que foi constatado pela Equipe de Inspeção, a Corregedoria Nacional entende que não é necessário o encaminhamento de proposições ao plenário do CNMP .

14.15. Quanto à movimentação de quadro (item 13.3.) – A Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público expedir **DETERMINAÇÃO** para que a Corregedor-Geral adote as providências necessárias ao controle eletrônico do sistema de gestão de pessoas que reunirá todos os dados do membro em uma ficha funcional virtual, conforme informação de implantação prevista para início de 2016. No prazo de 120 (cento e vinte) dias a Corregedoria Nacional deve ser informada das medidas adotadas.

14.16 . Delegação do Procurador-Geral para prestar as informações requeridas pela Res. nº 74/CNMP (item 13.4) - Diante do que foi constatado pela Equipe de Inspeção, a Corregedoria Nacional entende que não é necessário o encaminhamento de proposições ao plenário do CNMP.

14.17. Relatório anual da Corregedoria (item 13.5). Diante do que foi constatado pela Equipe de Inspeção, a Corregedoria Nacional entende que não é necessário o encaminhamento de proposições ao plenário do CNMP.

14.18. Quanto à entrega da declaração de bens pelos membros (item 13.6.) - A Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público expedir **DETERMINAÇÃO** para que a Corregedor-Geral adote providências necessárias para que se fiscalize a remessa anual das declarações de bens pelos membros, em observância ao provimento nº 10/2014 da Procuradoria-Geral de Justiça e artigo 26, incisos V e XVIII, da Lei Complementar Estadual nº 72/2008 e, em caso de descumprimento, que empreenda medidas de responsabilidade funcional. No prazo de 60 (sessenta) dias a Corregedoria Nacional deve ser informada das medidas adotadas.



15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

15.1. Ao concluir este Relatório de Correição, cabe deixar consignada a total colaboração da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral do Ministério do Estado do Ceará para o bom êxito das atividades correcionais da Corregedoria Nacional, o que certamente facilitou a coleta de dados e a elaboração do presente relatório. Todos os membros, servidores e colaboradores dispuseram-se a fornecer as informações solicitadas e os meios materiais necessários ao bom desenvolvimento dos serviços, sem qualquer objeção ou resistência, o que demonstra a disposição de enfrentar novos desafios e aperfeiçoar os processos internos.

15.2. A Corregedoria Nacional agradece o imprescindível apoio dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público e a inestimável colaboração, empenho e dedicação dos membros auxiliares e servidores do CNMP, sem os quais este trabalho não teria sido realizado.

Brasília, 10 de dezembro de 2015.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

Corregedor Nacional do Ministério Público